



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANDRESA PEREIRA DE SENA

**A Questão racial na PMDF: retratos sociológicos de policiais militares
negras/os**

**Brasília,
2021.**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A Questão racial na PMDF: retratos sociológicos de policiais militares
negras/os**

ANDRESA PEREIRA DE SENA

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Haydée Glória
Cruz Caruso

Brasília,
2021.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A Questão racial na PMDF: retratos sociológicos de policiais militares negras/os

Autora: Andresa Pereira de Sena

Aprovada em: 25/11/2021

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Haydée Glória Cruz Caruso (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGSOL/UnB

Prof. Dr. Gilvan Gomes da Silva
PMDF/UNICEUB

Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa
Universidade de Brasília - UnB

RESUMO

SENA, Andresa Pereira. A Questão racial na PMDF: retratos sociológicos de policiais militares negras/os. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

Esse trabalho investiga a relação entre ser negro e ser policial, uma dupla posição que reflete experiências simbólicas e identitárias complexas e até mesmo conflitantes. Na tentativa de fazer um diálogo entre a Sociologia da Violência e Segurança Pública e a Sociologia das Relações Raciais esse trabalho se ocupa em tratar das percepções sobre o racismo. A partir da metodologia dos Retratos Sociológicos de Lahire (2004), discute-se aqui a trajetória de vida dos policiais e a experiência deles enquanto policiais negros em cargos superiores na PMDF, especificamente policiais do quadro de oficiais. A partir das categorias analíticas de raça e racismo, o trabalho se propôs a olhar para as instituições e para o tratamento que as mesmas dão aos seus membros segundo a visão dos próprios policiais negros. Ou seja, como estes interpretam as relações raciais na PMDF. Por meio de entrevistas semi-estruturadas que abordaram as várias dimensões da vida dos policiais (família educação, profissão) foram entrevistados 5 oficiais negros da PMDF, entre eles homens e mulheres. Os resultados apontam para uma complexidade entre ser oficial da PM e ser negro. Apesar de eles reconhecerem a mudança de vida que a polícia os proporcionou, falta o reconhecimento do seu trabalho ainda que muito bem qualificados com cursos de especialização e pós-graduação. A pesquisa indica ainda que há aproximações entre as vivências desses policiais e ao mesmo tempo uma *solidão racial* baseada no pouco compartilhamento dessas experiências entre eles mesmos. As experiências desses policiais dentro da PMDF no quadro de oficiais, mostra que o racismo atua nos diversos meios sociais, mesmo nos espaços de privilégio.

PALAVRAS-CHAVE: policiais negros, relações raciais, polícia militar, retratos sociológicos.

ABSTRACT

This dissertation investigates the relation between being black and being a police officer, a dual position that reflects complex and even conflicting, symbolic and identity experiences. Based on the methodology of Lahire's *Sociological Portraits* (2004), the life trajectory of police officers and their experience as black police officers from the police of Distrito Federal-PMDF, specifically officers in the ranks of seniors, are discussed here. Based on the analytical categories of race and racism, the work proposed to look at institutions and the treatment they give to their members according to the vision of black policemen themselves. That is, how they interpret race relations inside the PMDF. Through semi-structured interviews that addressed the various dimensions of police officers' lives (family, education, profession), 5 black PMDF officers were interviewed, among them men and women. The results point to a complexity between being a police officer and being black. Although they recognize the improvement in their lives that the working in the police have brought about, they understand that they are not well valued, even though they are very well qualified with specialization and postgraduate courses. The research also indicates that there are similarities between the experiences of these police officers and, at the same time, a *racial loneliness* based on the little sharing of these experiences among themselves. The experiences of these police officers within the PMDF as seniors officers, shows that racism acts in different social environments, even in privileged spaces.

KEY WORDS: black police officers, racial relations, military police, sociological portraits.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada árdua e cheia de experiências inovadoras, preciso agradecer primeiramente à minha família (mãe, pai, irmãos, tias, tios e avó) por sempre terem me dado apoio em todos os meus anos de estudo e estarem comigo sempre que precisei. Ao meu companheiro, João Augusto, por todo apoio, paciência e companheirismo.

Aos meus amigos de profissão que nos dias mais difíceis e receosos estiveram comigo. À Gabriela Costa por cada ensinamento, por toda paciência e pela enorme parceria que construímos juntas nesse Mestrado. Com você esse texto se tornou muito melhor e minha caminhada foi mais leve. Ao Matheus Ribeiro, Wanderson Barbosa, Polliana Machado, César Aspiazu e Marina Maia também pelo companheirismo nas salas de aula e nos corredores do ICS. Vocês só acrescentam!

Aos meus colegas de pesquisa Laura Carvalho, Marina Carvalho, Yacine Guellati que contribuíram demais com esse trabalho. Muito obrigada por todas as experiências compartilhadas, pesquisas realizadas e textos construídos. Quero agradecer ainda, à minha amiga Maysa Gonzaga por se disponibilizar em me auxiliar com a formatação desse trabalho. Nunca deixou de estar presente. Obrigada, amiga!

Aos entrevistados dessa pesquisa, os policiais negros que se dispuseram a me receber e contar um pouco de suas vidas e sua carreira na PMDF. Gratidão! Sem vocês essa pesquisa não aconteceria.

À minha orientadora por me receber de braços abertos com a proposta dessa pesquisa, por me auxiliar, por me dar a oportunidade de participar de uma pesquisa tão linda como essa. Agradeço imensamente a cada troca que tivemos.

A todo os membros do ICS, por todos esses anos me auxiliando nas demandas cotidianas.

Agradeço a CAPES, pelo apoio financeiro fundamental para a realização dessa pesquisa e pela minha permanência no Mestrado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Efetivo policial por cor/raça

Tabela 2 - Efetivo de policiais por raça ou cor segundo carreira no Brasil

Tabela 3 - Mapeamento Étnico-Racial da PMDF

Lista de Siglas

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PM – Polícia Militar

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PC – Polícia Civil

GM – Guarda Municipal

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNB – Universidade de Brasília

UNICEUB – Centro Universitário de Brasília

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Construção do objeto sociológico	12
Retratos Sociológicos como estratégia metodológica	16
APRESENTANDO O CAMPO	18
Composição racial da Polícia Militar	19
MATERIAIS DE PESQUISA	23
Materiais bibliográficos: policiais e acadêmicas/os	26
1 - RAÇA, RACISMO: CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA PENSAR AS INSTITUIÇÕES	31
1.1 - Uma reflexão sobre a natureza do racismo no Brasil	32
1.2 - Sobre racismo institucional	35
1.3 - Estudos sobre raça na Polícia Militar	40
2 - CULTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS: PARADOXOS DA IDENTIDADE POLICIAL	45
2.1- Solidariedade Racial: percepção de si e do próximo	55
2.2 - A polícia que humanizou: a profissão que dignifica	59
3 - POLICIAIS MILITARES NEGROS EM CARGOS SUPERIORES E SUAS TRAJETÓRIAS	61
3.1 - Ascensão Social do Negro na Polícia Militar: os cargos superiores	62
3.2 - As trajetórias de vida das/os policiais negras/os: retratos sociológicos das experiências	76
3.2.1 - Retrato Sociológico 1 – Elisa	77
3.2.2 - Retrato sociológico 2 – Bernardo	81
3.2.3 - Retrato Sociológico 3 – Marcelo	83
3.3 - Breve Análise dos Retratos Sociológicos: o que os dispositivos nos mostram	85
3.4 - As diferentes experiências entre os policiais negros na PM	89
3.4.1 - As experiências raciais	89
3.4.2 - As experiências de gênero	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os estudos sobre as relações raciais dentro da Polícia Militar vêm crescendo nas Ciências Sociais. Um tema que por muito tempo foi preocupação para pesquisadores dos Estudos das Relações Raciais, hoje tem se tornado interesse dos outros campos da Sociologia, como no caso da Sociologia da Violência. Para tanto, essa pesquisa é resultado de inquietações minhas ainda na graduação. Inquietações essas que refletiam principalmente qual era a relação dos policiais negros com a instituição policial e com todas as suas práticas de policiamento. Isto é, a partir de uma posição muito bem demarcada (de negro e policial), quais eram as percepções dos policiais negros sobre questões raciais dentro da PMDF.

O tema do racismo institucional tem crescido nas pesquisas apresentadas nos últimos anos nas Ciências Sociais, principalmente quando o relaciona com o policiamento efetuado pela polícia militar. Nesse sentido, a polícia é muito questionada no seu trabalho de policiamento, principalmente com relação às abordagens policiais. Isso se dá mediante o que os dados nos mostram: o alto índice de homens negros presos ou mortos pela polícia e toda truculência policial nas abordagens. A base desses questionamentos seria a hipótese de que há filtragem racial na identificação do suspeito nos procedimentos da abordagem da PM. Segundo os próprios policiais, essa suspeita se dá por meio de um “faro policial” que identifica atitudes suspeitas. Mas segundo pesquisas feitas anteriormente (SINHORETTO, 2014; ROSÁRIO, 2017; RIBEIRO, 2009; SILVA, 2009, SCHLITTLER, 2020; BARROS, 2008), a cor de pele e outros atributos são características que influenciam no olhar e na decisão do policial que irá abordar. Já *intra corporis* pouco se questiona sobre as relações raciais ali mantidas, principalmente aos policiais negros. Como se dá a relação entre os pares? Quais são as experiências dos policiais negros dentro da instituição? O que esses policiais têm a nos dizer sobre racismo institucional? Enquanto oficiais, qual a percepção deles sobre o tema? Essas são algumas perguntas que nos levaram aos resultados dessa dissertação.

Construção do objeto sociológico

Um dos fatos que marcam a escolha pelo tema que desenvolvo nesta dissertação foi a produção da minha monografia defendida em 2017. Minha intenção foi pesquisar a trajetória de vida de policiais autodeclaradas/os negras/os a fim de compreender suas vivências anteriores enquanto pessoas negras e enquanto policiais negras/os. Além disso, quis investigar o porquê de terem entrado para a polícia e entender um pouco sobre suas origens.

O foco estava em investigar como raça atravessava as relações sociais ali compostas e construídas por essas/es policiais durante sua vida; se os mesmos identificavam situações em que apareciam práticas racistas na PM. Porém na tentativa de aprofundar esses relatos, fossem eles vítimas ou não, as/os interlocutores não chegavam a confirmar que aquilo consistia de fato numa ação de discriminação racial. Havia um discurso de defesa institucional muito presente (ou diria de encobrimento da instituição) assim como um discurso de classe, onde aquela ação específica era justificada e vinculada muito mais a uma discriminação de classe do que a uma discriminação racial.

Sendo assim, no primeiro trabalho não se ouviu das/os policiais sobre a existência de racismo institucional, nem mesmo da estereotipação dos suspeitos nas abordagens. Vários motivos podem ter ocasionado esse silêncio. Podemos presumir que seja reflexo da cultura policial, no qual muitas vezes não se percebe que isso é um problema ou não se assume que ele existe, a fim de proteger a instituição e suas práticas da crítica, dando enfoque apenas na questão do trabalho policial, como parte do procedimento. O fato de alguns entrevistados serem praças, também pode ter gerado receio em explanar mais sobre o assunto, com apreensão de serem advertidos por seus superiores.

Na pesquisa anterior também tentei compreender se havia alguma relação entre a trajetória dessas/es policiais e dos suspeitos para a polícia, no caso jovens negros. Para isso foi preciso entrevistar policiais negras/os a fim de escutar mais sobre suas trajetórias. Nesse processo realizei 6 entrevistas semiestruturadas com policiais militares tanto praças quanto oficiais, cinco homens e uma mulher. A partir dessas duas chaves teóricas: racismo institucional e trajetórias de vida, foi que percebi que esse estudo deveria continuar como questão de pesquisa da minha dissertação de mestrado.

Então o que traria de inovador ou diferente para a atual pesquisa? Esse estudo teve como enfoque policiais que se percebem negras/os, ou seja, que tenham uma identidade racial consolidada, e que em suas trajetórias reconhecem sua posição racial na sociedade. Além disso, conseguem relacionar em seu cotidiano os efeitos de ser negra/o com a possibilidade de tomar medidas vinculadas à pauta racial em suas vidas profissionais. Ademais, policiais que adotem uma perspectiva antirracista interna à instituição ou ao menos consigam perceber sua posição racial na PM. Policiais estes que de alguma forma estão envolvidos com a temática na polícia, seja por meio de suas vivências, seja na elaboração de projetos e estudos acerca da questão. No mais, pretendeu-se também compreender como essas/es policiais percebem as relações raciais na Polícia Militar com seus pares e no que tange às práticas policiais de abordagem.

Na tentativa de fazer um diálogo entre a Sociologia da Violência e Segurança Pública e a Sociologia das Relações Raciais esse trabalho se ocupa em tratar das percepções sobre o racismo. Apesar do pouco diálogo, esses campos têm muito o que contribuir para análise e discussão deste estudo. São poucas pesquisas que têm trabalhado especificamente com policiais negras/os, principalmente na Sociologia da Violência, o que mostra a relevância desse tema. Entretanto, não posso deixar de mencionar a nova geração de pesquisadores da Sociologia da Violência, que trouxeram esse tema para o centro da discussão nos últimos anos, levando em consideração uma nova linha de pesquisa focada o debate do “policimento, desigualdade e relações raciais”.

Além disso, a criação de políticas públicas como o Pacto pela Vida, Juventude Viva e a publicação do edital “Pensando a Segurança Pública” em 2012 - que pela primeira vez traz uma linha de pesquisa específica sobre segurança pública e relações raciais no âmbito governamental - , são exemplos de ações governamentais com objetivo de implementar a discussão e achar possíveis soluções para diminuição das desigualdades raciais (Schlittler, Silvestre & Sinhoretto, 2014) no campo em que esta pesquisa se insere. Parte dos dados aqui coletados só foram possíveis após meu envolvimento enquanto pesquisadora na pesquisa “Policimento e Relações Raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime”, coordenada nacionalmente pela Prof^a. Dr^a. Jacqueline Sinhoretto (UFSCar) e no Distrito Federal pela Prof^a. Dr^a. Haydée Caruso (UnB). Nessa pesquisa, tivemos como foco o policiamento ostensivo e a maneira como esse instrumento tão importante no trabalho policial é planejado, tudo isso a fim de compreender se esse policiamento influenciava na produção de desigualdades raciais. A

pesquisa foi desenvolvida nos estados do Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Como resultado, a pesquisa identificou que o tratamento e o uso da força entre brancos e negros nas abordagens é diferente, além de existir mecanismos de racialização dos suspeitos no policiamento, mesmo que nos saberes informais – aquele saber que se aprende na rua (Sinhoretto, 2021¹).

Sendo a polícia um dos aparatos do Estado responsável pela segurança e pelo ordenamento público, alguns dados nos levam a repensar de que forma esse tipo de segurança é ofertada pela Polícia Militar, e a quem ela se destina. O Atlas da Violência (2019) demonstra que a desigualdade racial ainda reflete diretamente nos indicadores de violência letal no Brasil. No ano de 2017, 75,5% das taxas de homicídios foram contra pessoas negras. Ainda segundo o Atlas da Violência, a taxa de homicídios de negros foi de 43,1 a cada 100 mil indivíduos deste grupo racial, enquanto para indivíduos não-brancos foi de 16,0. Ou seja, jovens negros continuam sendo as vítimas preferenciais dos homicídios e figurando entre os altos índices de assassinatos no país. Dados como esses traduzem quem morre, quem mata, e conseqüentemente quem é mais vigiado. São esses dados que nos fazem repensar, por exemplo, as táticas de policiamento e as relações raciais na e para a Polícia Militar brasileira.

Diante dos dados aqui expostos, surgem algumas questões que dão norte a essa pesquisa. A partir de todos esses dados, parece estar instalado o conflito entre a Polícia Militar e a população negra, principalmente diante das denúncias da população e do movimento negro que colocam em evidência casos e mais casos de abuso de poder contra a população negra que se manifestam diante dos índices de mortes ocasionadas pela ação da polícia. Além disso, o trabalho policial é fundamentado no poder sobre alguém, o que exige métodos de coerção para manutenção da ordem e por isso pode ser interpretado enquanto “o serviço mais antipático, estigmatizado e condenado pela opinião pública devido aos seus “excessos” ou “descontroles” (Nobre, 2010). Posto isso, um cenário conflituoso é instalado não somente pelo olhar não glamoroso em relação ao trabalho policial, pois a profissão policial sofre com a estigmatização, mas também por meio de algumas práticas cotidianas da polícia militar brasileira que reforçam a insegurança, o medo e repressão sentida por uma parte específica da população.

¹ Pesquisa que tem como resultado o livro: “Policiamento Ostensivo e Relações Raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime”/Organizadora Jacqueline Sinhoretto – Rio de Janeiro, RJ: Autobiografia, 2021. (Coleção Conflitos, direitos e sociedade, v.38)

Diante dos conflitos já introduzidos entre população negra e a instituição policial, em que posição estão as/os policiais negras/os nessa problemática? Além disso, compreender como esse corpo está inserido socialmente em ambos espaços (civil e policial), a fim de entender como raça perpassa esses campos e como o racismo institucional atua no meio policial intramuros, pode contribuir não somente para formação de políticas públicas para o enfrentamento ao racismo, bem como na idealização de projetos para tratar especificamente da formação policial com objetivo de dar maior ênfase à temática racial.

Ademais, esse estudo inclina-se para a complexidade dessa duplicidade de lugar de fala, como policial e como negro e para toda a discussão crítica que envolve a instituição policial militar e o racismo institucional, não somente para problematizar o campo, mas também para trazer reflexões sociológicas acerca do corpo negro, das vivências negras e do trabalho policial, contribuindo assim para os estudos policiais que vem crescendo nas duas últimas décadas.

Tendo como hipótese a existência do racismo institucional na polícia militar, baseado em estudos que evidenciam essas atitudes, principalmente através do policiamento ostensivo da PM (Sinhoretto, 2014; Rosário, 2017; Ribeiro, 2009; Silva, 2009) esse estudo tem como objeto de pesquisa a percepção de policiais autodeclaradas/os negras/os sobre suas trajetórias de vida, policiais estes que relacionam em seu cotidiano os efeitos de ser negro e estar na Polícia Militar do Distrito Federal. Tendo como problema de pesquisa: Como essas/es policiais negras/os lidam com a questão racial na PM, seja na sua vivência, seja num enfrentamento a práticas racistas da/na instituição? Como objetivo geral quis compreender a trajetória de vida de policiais negras/os dentro da Polícia Militar, a partir de suas vivências enquanto indivíduos negros e como isso perpassa suas identidades e subjetividades. Para objetivos específicos: Identificar como as/os policiais negras/os percebem a questão racial na Polícia Militar do DF; Como suas trajetórias inter-relacionam e complexificam o olhar dessas/es policiais envolvendo principalmente a atividade policial; A partir de suas vivências cotidianas no trabalho, procurei identificar especificidades entre ser policial negra/o e ocupar cargos superiores na PMDF; Quais ações e medidas essas/es policiais tomam para inibir as práticas de racismo na polícia?

Retratos Sociológicos como estratégia metodológica

A estratégia metodológica que tomei como parte desse trabalho foi dos Retratos Sociológicos de Lahire (2004), tendo como base a ideia de que essa abordagem poderá ajudar a levantar informações mais detalhadas sobre o impacto da trajetória policial nas experiências de vida desses sujeitos ou mesmo das suas experiências nos diversos contextos da vida até a chegada a profissão.

A entrevista biográfica tem sido um instrumento muito utilizado nas Ciências Sociais, principalmente para uma análise mais individual (Lima Junior & Massi, 2015). E a produção de retratos sociológicos vem a contribuir por meio do uso do instrumento de entrevista. Tendo como base uma sociologia tradicional das disposições, Lahire (2004) propõe novos usos dessa sociologia. A partir das entrevistas, ele procura mostrar as disposições que orientam ações e comportamentos.

Na verdade, uma disposição só se revela por meio da interpretação de múltiplos traços, mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado, sejam eles produto da observação direta dos comportamentos, do recurso ao arquivo, ao questionário ou à entrevista sociológica. Ao considerar uma série de informações relativa à maneira como o ator se comporta, age e reage em diversas situações, o sociólogo tenta formular o princípio que dá origem a esses comportamentos (Lahire, 2004, p. 22)

Sendo assim, os Retratos Sociológicos de Lahire, baseiam-se na tentativa de abranger várias dimensões da vida do entrevistado (família, escola, religião, sociabilidades, lazer, trabalho...) através da noção de disposições, para analisar diversos espaços e ações da vida social aplicadas ao mesmo entrevistado. Dentro desses contextos, existem diversas formas de socialização a que o ator foi exposto e que pode gerar uma série de comportamentos. Por esse motivo, Lahire propõe reconstruir a variação desses contextos individuais nos contextos sociais. (Lahire, 2004, p.28)

Posto isso, sendo as experiências plurais, elas podem influenciar nas ações futuras dos indivíduos, mas ainda sim Lahire (2004) chama atenção para o fato de que não se deve pensar que a disposição é geral, transcontextual e ativa em todos os momentos da vida dos atores apesar dela evidenciar coerência de comportamentos (Lahire, 2004, p.28).

Se as experiências passadas dos indivíduos são plurais, plurais também tendem a ser as suas ações em contextos presentes. Portanto, é possível afirmar que olhando para o mundo social de um específico grupo cultural sob as lentes da escala individual se dá conta de que cada indivíduo é ativamente partícipe, de maneira sequencial, alternada ou ao mesmo tempo, de alguns ou muitos grupos socioculturais e instituições. (Sena & Gonçalves, 2016, p. 05)

É importante pontuar ainda que apesar do ator ser consciente dos relatos, ele não tem consciência “das determinações internas e externas que o levaram a agir como agiu, pensar como pensou e sentir como sentiu”(Lahire, 2004, p.22 – 23). Lahire chama atenção para esse processo de que o ator pode até ter consciência das suas ações, mas não necessariamente dos dispositivos que o levaram até ela. (Lahire, 2004, p.22). E para isso é importante o papel do pesquisador.

Assim, os retratos sociológicos são produzidos por meio da entrevista, mas é papel do entrevistador conduzi-la, saber aprofundar pontos que talvez o entrevistado não esperasse que fossem perguntados, para que daí a coleta de dados sobre a trajetória desses indivíduos seja mais rica em detalhes e situações que as narrativas, mas também a entrevista nos dê informações suficientemente relevantes para que a análise “salte de uma mera reprodução do autorretrato que o entrevistado entrega, para um retrato mais genuinamente sociológico”. (Lima Junior e Massi, 2015). Portanto, o pesquisador deve se atentar para os contextos em que as disposições são acionadas, deve reparar se a mesma disposição é acionada em vários contextos ou se são específicas àquele contexto. Sendo assim, Lahire explica que:

O projeto visava essencialmente a estudar a *variação intra-individual* dos comportamentos, atitudes, gostos, etc, segundo os contextos sociais. Essa variação foi captada em suas dimensões diacrônica (durante uma biografia) e sincrônica (nos domínios de práticas diferentes ou em diversos microcontextos intradomínios), e tentou lhe dar um sentido a partir da combinação da pluralidade das disposições incorporadas e da pluralidade dos contextos que os atores evoluem. (Lahire, 2004, p.25)

Sendo assim, Lahire faz uso de um olhar microssociológico para compreender essas disposições. Para entender essa pluralidade de experiências e contextos (sincrônico) de socialização por meio de práticas diferentes, ele busca averiguar as histórias de vida (diacrônico). A partir das entrevistas, essa pesquisa também tentou captar os microcontextos da vida dos indivíduos aqui selecionados.

Nessa pesquisa, esquematizamos três retratos sociológicos entre os 5 entrevistados, são eles os retratos da Elisa, do Bernardo e do Marcelo. Todos nomes fictícios para que pudéssemos preservar a identidade dos entrevistados. Quanto aos outros entrevistados, suas experiências e trajetórias também fazem parte das análises dessa pesquisa e estão inclusas no corpo do texto.

APRESENTANDO O CAMPO

A história da Polícia Militar do Distrito Federal tem alicerces ainda na vinda da Família Real ao Rio de Janeiro com a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. Mas, a base estrutural da PMDF está vinculada a GEB – Guarda Especial de Brasília - formada ainda no período de construção da cidade. Os guardas que compunham a GEB, eram aqueles que faziam guarda às obras da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) na construção de Brasília. A GEB era responsável principalmente pelo policiamento, conhecido hoje como ostensivo. A GEB foi extinta dando lugar a PMDF com sede no Planalto Central em 1966. O corpo policial da época era formado pelos mesmo trabalhadores que já eram guardas atuantes nas obras de Brasília, bem como o efetivo da Polícia Militar da Guanabara e oficiais do Exército.

Em 1967, ingressou na corporação a primeira turma de praças e em 1990 iniciou-se as primeiras atividades da Academia de Polícia Militar de Brasília, onde também ingressou a primeira turma do Curso de Formação de Oficiais. A entrada na Polícia Militar organiza-se de duas formas: pelo Curso de Formação de Praças e pelo Curso de Formação de Oficiais. Não é raro, o Curso de Formação de Oficiais ter a presença de praças que passaram a ter conhecimento sobre o processo seletivo para oficiais já estando dentro da estrutura da PMDF, optando assim por tentar integrar o quadro de oficiais. O que faz compreender porque há um grande número de oficiais que um dia já foram praças.

No caso do Distrito Federal, algumas exigências são importantes para a entrada na PMDF, uma delas a exigência de Ensino Superior no concurso. Dentro do quadro de praças da polícia militar encontram-se: Soldado, Cabo, Terceiro Sargento, Segundo Sargento e Primeiro Sargento e Subtenente. Já no quadro de oficiais: Segundo Tenente, Primeiro Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel. Os subtenentes e sargentos do círculo dos praças são responsáveis por auxiliar e complementar as atividades dos oficiais, além de desempenhar o policiamento ostensivo. Os cabos e soldados, ainda do círculo dos praças são aqueles que devem executar a atividade de policiamento. No campo do oficialato, os superiores (coronel, tenente-coronel e major) são preparados para exercer funções de chefia e comando, enquanto que os intermediários

(capitão, primeiro tenente e segundo tenente) são responsáveis por intermediar a comunicação com as praças. Há ainda no círculo de oficiais, o aspirante a oficial e o aluno oficial na escala hierárquica. (Muniz, 2011). No caso do oficialato, a qual estamos debruçados nessa pesquisa, o curso de formação tem duração de 3 anos.

A estrutura organizacional da PMDF é dividida entre Comandos de Policiamento Regional que são responsáveis pelo policiamento nas diferentes regiões administrativas. Cada Comando de Policiamento tem seus batalhões subordinados. Além disso, a PMDF contém ainda: o Comando de Policiamento de Missões Especiais, o Comando de Policiamento Especializado e o Comando de Policiamento de Trânsito. Todos esses batalhões estão distribuídos pelas regiões administrativas do Distrito Federal e operam de acordo com o planejamento operacional dos comandos de policiamento. Para fins dessa pesquisa contemplamos policiais de diferentes Batalhões do DF, que de alguma maneira já trabalharam diretamente com o planejamento operacional, a fim de compreender a construção das narrativas policiais sobre suas vivências com o trabalho policial.

Composição racial da Polícia Militar

Alguns estudos revelam que a Polícia Militar brasileira por muito tempo foi atrativa para negros/negras como forma de ascensão social por meio da instituição (Nobre, 2010; Arandas, 2010; Nascimento, 2015). Não só a Polícia Militar, bem como as outras profissões de farda. De fato, por ser um cargo público, onde as condições de trabalho são as mesmas e com um bom salário, a PMDF continua sendo atrativa para muitos. Na polícia, jovens negros podem chegar a cargos de chefia, o que chama atenção dos mesmos. Os números revelam que atualmente ainda temos um alto índice de policiais negros/os nas corporações policiais do Brasil. Lembrando que no passado, esse levantamento por cor/raça era bastante inseguro, considerando que esses dados eram preenchidos por terceiros e não pelos próprios policiais. Sendo assim, não havia um sistema de autodeclaração.

Tabela 1 - Efetivo policial por cor/raça:

UF	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Informado
AC	174	---	1290	---	---	938
AL	0	0	0	0	0	0
AM	---	---	---	---	---	---
AP	476	272	2401	19	17	0
BA	-	-	-	-	-	-
CE	0	0	17997	0	0	0
DF	4022	838	6375	95	30	32
ES	3716	939	4324	82	27	84
GO	---	---	---	---	---	12091
MA	---	---	---	---	---	---
MG	16949	3178	19150	555	165	1560
MS	2693	280	1796	35	1	658
MT	896	323	6404	4	---	3
PA	1209	135	6870	0	0	7925
PB	2280	709	5523	275	3	0
PE	3974	1783	9216	187	33	3720
PI	669	446	4466	---	---	---
PR	13266	891	2768	116	15	169
RJ	16144	3209	16877	97	22	2370
RN	-	-	-	-	-	-
RO	1307	382	3286	36	3	356
RR	559	137	1122	2	41	0
RS	13316	570	1831	0	0	0
SC	9677	261	613	13	154	69
SE	784	696	3558	---	16	---
SP	53973	4070	26237	362	9	1
TO	---	---	---	---	---	---
TOTAL	146.084	19.119	142.104	1.878	536	29.976

Fonte: MJSP/SENASP. 2019. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública ano-base 2017

Na tabela acima, com dados referentes a 2017, pode-se observar que o efetivo policial da PMDF é majoritariamente negro, considerando o padrão agregado de pretos e pardos. Num contexto nacional, também temos uma polícia negra. Ao fazer a separação por cargos, praças e oficiais, vemos uma outra composição:

Tabela 2 - Efetivo de policiais por raça ou cor segundo carreira no Brasil²

² A categoria cor/raça “negra” é a soma de “preta” e “parda”.

Tabela 49 - Cor/raça agregadas (categoria cor/raça “negra” é a soma de “preta” e “parda”)

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Brasil ¹⁶
Branca	39,6%	51,0%	48,7%	70,1%	39,5%	39,0%	53,0%	49,5%
Negra	58,1%	47,0%	48,9%	28,0%	58,3%	58,2%	43,9%	49,7%
Outras	2,3%	2,1%	2,4%	1,9%	2,2%	2,7%	3,0%	0,8%

P. Segundo a classificação do IBGE, como você definiria sua cor ou raça?

3

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Os dados acima mostram os efetivos de policiais negros numa perspectiva nacional, considerando os quadros da segurança pública. Os dados foram retirados da pesquisa “*como pensam os profissionais de segurança pública*” (2009) da SENASP que contou com uma amostra de mais de 40 mil policiais militares entrevistados por todo o Brasil por meio virtual e para fins dessa pesquisa, observaremos apenas os dados da PM. A partir desses dados, observa-se que o contingente de oficiais negros, é um pouco menor, quando comparado ao de oficiais brancos, mas esses dados ainda assim consistem com a distribuição de negros na população brasileira, pois segundo o IBGE (2018) cerca de 55,8% da população brasileira é negra. Assim como nas outras profissões lidas como de prestígio da tabela, tem-se brancos como maioria. Já a tabela 3 apresenta resultados da pesquisa “*Identidades Profissionais e Práticas Policiais*”, coordenada pela Prof.^a Dr^a Maria Stela Grossi Porto, a partir de uma amostra de 1181 policiais que responderam ao questionário da pesquisa, onde 66% dos entrevistados se autodeclararam “não-brancos”⁴:

Tabela 3 - Mapeamento Étnico-Racial da PMDF⁵

Raça	Quantidade	Porcentagem
Não-brancos	791	66,9%
Branco	331	28,0%
Outros	35	3,0%
Não declarados	24	2,1%
Total da Amostra	1181	100%

³ As categorias abreviadas na tabela são: PM (Polícia Militar); PC (Polícia Civil); Bomb. (Bombeiros); GM (Guarda Municipal); Sist Penit (Sistema Penitenciário).

⁴ Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1993) utilizam dos termos “brancos” e “não-brancos” para classificação dos grupos, onde “não-brancos” contemplam pretos e pardos.

⁵ Quadro retirado da pesquisa: “*A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de pm’s negros com a comunidade negra do Distrito Federal*”. Aline Maia Nascimento, 2014. Universidade de Brasília.

Fonte: Identidades profissionais e práticas policiais (Porto, 2017 apud Nascimento, 2014).

Mesmo com alto efetivo de policiais negras/os nas carreiras de oficiais e praças, os relatórios da SENASP fazem menção a necessidade de implementação de políticas e ações dentro da Polícia Militar, uma das ações seria a inserção do tema “Políticas Raciais” nos cursos de formação dos magistrados, bem como realização de pesquisas que pudessem traçar o perfil racial da polícia⁶. Ou seja, o relatório entende e aponta a necessidade de melhor tratar da temática racial nas academias de polícia militar do Brasil. Isto é, levar a conscientização, a discussão racial para dentro da instituição, problematizar os índices de encarceramento de pessoas negras, o número de mortes de jovens negros e os procedimentos adotados na abordagem policial é, de fato, importante para a desconstrução de estereótipos que têm sido vinculados à população negra, principalmente quando esses estereótipos resultam em consequências drásticas à vida das pessoas de cor.

Perceba que esse tema demonstra tamanha relevância para aperfeiçoamento do trabalho policial, que ele não se insere apenas numa bandeira militante como do movimento negro, ou de outros movimentos sociais, mas também nas instâncias sociais. E nesse campo, algumas ações institucionais foram fundamentais para levantar temáticas como essas, entre essas ações os vários relatórios: “Pensando a Segurança Pública” (2011 – 2016), “Como Pensam os Profissionais de Segurança Pública no Brasil”(2009), “Juventude Viva”(2012), a implementação do PRONASCI (2007), entre várias outras ações, que não só dão voz aos atores envolvidos nessa trama, bem como gera compromisso de todos os envolvidos para tratar da segurança pública.

O processo de socialização do indivíduo pode explicar muito sobre a construção do imaginário social, pois esse processo também acontece com as/os policiais ao entrarem na polícia. Elas/es passam por uma socialização mediante a formação profissional nas academias de polícia, e também por meio das interações entre umas/uns e outras/os que moldam a linguagem, os modos de pensar sobre si e sobre o mundo que vão expressar especificidades e vão conferir características comuns a esse grupo (Poncioni, 2014). Esse fenômeno é o que podemos chamar de cultura policial que age sobre uma identidade profissional.

⁶ Relatório de Gestão do Exercício de 2014 do Ministério da Justiça.

Nessa direção, o processo de socialização profissional, incluindo-se a formação profissional nas academias de polícia, é essencial para a construção da identidade profissional do futuro policial, exercendo por intermédio das orientações, conduta atitudes relacionadas ao que deve ser o policial e ao que a organização deve realizar na sociedade, o papel de inclusão do indivíduo como membro deste campo (o pertencimento – nós”) e o delineamento do processo de exclusão daqueles que a ele não pertencem (a diferença – “eles”), em um dado contexto sócio-histórico. (Poncioni, p. 417, 2014)

Porém não se deve considerar a cultura policial como “homogênea e imutável”. A cultura policial nos mostra que entre esses policiais existem semelhanças expressas no seu modo de ver o mundo, bem como na sua relação com a sociedade. Isto é, eles possuem uma “visão do mundo policial” (Poncioni, 2014). No entanto, nesse mesmo contexto de muitas similitudes, podemos identificar algumas divergências entre os pares. Como dito, o mundo policial não é homogêneo, tem-se aqueles que possuem uma visão diferente sobre a realidade social, como no caso de policiais que de alguma forma se engajam por uma causa social. Mas também existem aqueles que, por ocuparem um cargo de maior autoridade na PM, sentem-se com mais razão em relação ao trabalho policial e ao saber policial e acabam por exercer comportamentos desprezíveis para a sociedade.

Portanto, o campo a qual essa pesquisa se insere é um campo composto por questões a priori pouco investigadas, mas bastante complexas. Um campo com temáticas que tem se tornado prioridades nas pesquisas da Sociologia da Violência (ou diria sociologia das polícias), o que muitos pesquisadores têm chamado de “virada antirracista” dessas sociologias. É interessante refletir sobre esse campo, pois podemos levantar questionamentos sobre o papel da/o policial negra/o nesse contexto. Quais as ações cometidas por essas/es policiais quando percebem que ali há uma situação de discriminação racial? Como essas/es policiais enxergam as relações raciais na PM? Como é ser policial e ser negra/o na PM? A cultura policial, assim como a identidade racial dos policiais entram em choque em vários momentos nessa trama e isso reafirma pontos de vistas, identidades e constrói novas formas de ver o mundo.

MATERIAIS DE PESQUISA

Os materiais aqui explorados versam sobre dois campos: o bibliográfico e o campo das entrevistas (semi-estruturadas). No campo bibliográfico reuniu-se as principais produções acadêmicas sobre a temática, entre elas produções dos próprios policiais. É importante pontuar que esse movimento tem crescido: a produção de pesquisas dentro das instituições policiais. Esse movimento além de mostrar que a polícia está altamente engajada para falar de si, mostra que os policiais estão buscando investir em qualificação.

As entrevistas

Para definir a amostra da pesquisa, foi feito o mapeamento de policiais militares que se autodeclararam negras/os. Por meio da técnica “bola de neve” foi possível entrevistar 5 policiais autodeclaradas/os negras/os, 3 homens e 2 mulheres, com pelo menos 25 anos de profissão e idade entre 40 e 50 anos que estão na carreira de oficiais da PMDF. Diferentemente da pesquisa anterior de monografia na qual entrevistei tanto praças quanto oficiais, nesse momento me atentei apenas ao grupo de oficiais da PMDF. Trabalhar com oficiais aqui é justamente se contrapor à pesquisa anterior na qual os praças tinham maiores dificuldades em pensar questões raciais na PM e até explanar sobre o tema, diante do cargo em que ocupavam, de patentes mais baixas. Ou seja, os oficiais aqui têm, talvez, mais autonomia e poder para exibirem as percepções sobre as questões raciais. Um dos motivos principais para entrevistar oficiais foi a minha inserção em campo numa pesquisa desenvolvida juntamente com minha orientadora, que se propunha entrevistar policiais que tinham ou que tiveram contato com o planejamento do policiamento ostensivo, o que se concentra principalmente na figura dos oficiais da PM.

É preciso pontuar ainda que no caminhar dessa pesquisa, o mundo foi pego com uma pandemia que afetou possíveis interlocuções diante da incapacidade de novos encontros no campo ou das diversas barreiras econômicas, físicas e psicológicas que essa pandemia trouxe a todos nós. No caso específico dessa pesquisa, e diante da proposta de voltar a campo pelo menos duas vezes com cada entrevistado, não obtive a oportunidade de reencontros com alguns dos interlocutores. Em outros casos, eles de fato não se dispuseram para uma nova conversa nem mesmo via internet. Sendo assim, trabalhei com o material disposto: 3 entrevistados com duas entrevistas cada e 2 entrevistados com apenas uma entrevista cada. Esse contratempo não invalida as informações contidas nas entrevistas feitas apenas uma vez, até mesmo pela extensividade delas.

Como mencionado anteriormente, existe uma cultura policial muito presente na instituição que contribui de maneira expressiva na construção da identidade profissional do policial. Portanto, acredita-se que é extremamente importante investigar como a temática racial é recebida inicialmente nas corporações nas quais estas/es policiais negras/os trabalham e como esses policiais também são recebidos por seus colegas de profissão. Para tanto, além das perguntas sobre a vida anterior antes da polícia até a chegada à profissão, foi perguntado também sobre as experiências que os levaram a refletir sobre seu lugar enquanto negra/o dentro da PM. Então, questões sobre trajetória pessoal, formação policial, policiamento ostensivo e relações raciais na PMDF fizeram parte do roteiro⁷.

Para análise das entrevistas, a pesquisa utilizou-se da análise do discurso, compreendendo que cada narrativa representa práticas sociais e nenhum desses discursos encontra-se em um vácuo, mas se orienta por um “contexto interpretativo”, o que influencia em como o discurso é construído (GILL, 2008).

O ponto central aqui é que não existe nada “simples”, ou sem importância, com respeito à linguagem: fala e textos são práticas sociais, e até mesmo afirmações que parecem extremamente triviais, estão implicadas em vários tipos de atividades. Um dos objetivos da análise de discurso é identificar as funções, ou atividades, da fala e dos textos, e explorar como eles são realizados. ” (Gill, 2008: 250)

Temos consciência de que alguns desses policiais que entrevistamos podem ser figuras públicas altamente conhecidas na instituição ou até mesmo na mídia a depender do cargo em que ocupam na PM. Sendo assim, manteve-se durante a produção deste texto a privacidade das identidades dos interlocutores, pois:

Independentemente do enfoque adotado, os diferentes estudos sobre “cultura policial” apresentam como argumento principal a existência de conjuntos de valores, normas, perspectivas e práticas compartilhadas pelos policiais, que mudam de acordo com diferentes variáveis – lugar ocupado pelo policial na divisão de trabalho (divisões hierárquicas, funções, especializações e responsabilidades na organização); geração ou trajetória de carreira; relação com o tipo de público (“gente suspeita”, “doutores”, “pés de chinelo” etc.); diferença de sexo (especialmente retratada pelo culto à masculinidade), dentre

⁷ Junto ao questionário da pesquisa sobre policiamento e relações raciais, fiz um acréscimo com perguntas que estavam relacionadas diretamente com a minha dissertação.

outros –, resultando em algumas características comuns aos policiais, como: a divisão do mundo social em “nós-eles”; a atitude constante de suspeita; o isolamento social e a solidariedade entre pares, o pragmatismo; a visão cínica e pessimista do mundo; o conservadorismo político e moral; o machismo; o preconceito racial, dentre os mais citados. (Poncioni, 2014, p. 418)

Quer dizer, existem simbologias e linguagens compartilhadas entre eles que podem expressar até mesmo preconceitos. Ou seja, esta pesquisa não tem intenção alguma de causar-lhes quaisquer constrangimentos diante dos seus pares ou diante da instituição. Pois sabe-se da importância que dão à hierarquia, ao respeito e à imagem da instituição policial.

Por fim, acredita-se que através dessas técnicas foi possível um maior contato com as/os policiais. E que tais técnicas puderam contribuir para, no mínimo, uma compreensão inicial do imaginário desses profissionais acerca de relações raciais na Polícia Militar do Distrito Federal.

Materiais bibliográficos: policiais e acadêmicas/os

No campo acadêmico é possível encontrar uma produção até extensa de trabalhos feitos por policiais negros/os que trazem esse debate sobre raça para dentro e fora da instituição. Policiais que perceberam durante sua trajetória na polícia que era necessária uma mudança na instituição sobre as questões raciais e por meio da pesquisa quiseram produzir conhecimento sobre esse campo. Esses policiais não são somente produtores de conhecimento, mas são também sujeitos da pesquisa aqui desenvolvida e que estão contribuindo junto comigo ao campo.

Foi possível identificar alguns desses trabalhos, como o do Gilvan Gomes da Silva, policial negro e acadêmico que produziu uma dissertação⁸ sobre a lógica da construção do suspeito na PMDF dando enfoque também na questão do policiamento e nas mudanças que ocorreram nessa atividade. Neste trabalho, como resultado de pesquisa, foi identificado que o jovem negro é visto pela polícia como elemento suspeito, carregado de características que podem ser elencadas e julgadas, mesmo quando constituem um

⁸ SILVA, Gilvan Gomes. A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UnB, 2009.

estilo, a exemplo do chamado "kit peba" que presume a delinquência do jovem a partir de características raciais, e do vestuário como o uso de boné de aba reta, bermudas e "blusões". Além disso, o autor descreve os vários policiamentos, aqueles formais dos cursos de formação e o policiamento "informal", apreendido na rua. Apesar de não citar como surgiu a ideia de trabalhar com esse tema, o autor menciona sua posição dúbia entre pesquisador e policial. Enquanto policial, a facilidade em ter acesso "aos bastidores" da pesquisa e a cenas que com a presença de um estranho não se tornaria possível. Enquanto pesquisador, o estranhamento para analisar todos os dados ali obtidos.

Outro trabalho importante que levanta esse debate entre policiamento e relações raciais é a pesquisa do Major Airton Edno Ribeiro, professor da PM de São Paulo e mestre na área de Educação das Relações Raciais⁹. Também policial negro, o major fez um estudo sobre a relação da polícia com a população negra em "A Relação da Polícia Militar Paulista com a Comunidade Negra e o Respeito à Dignidade Humana: a Questão da Abordagem Policial"(2009). Durante a leitura do texto, é possível identificar como o autor se posiciona no momento da escrita, nas palavras dele:

"Eu sou negro, pertencço à comunidade, e é esta perspectiva da raiz africana que me permite entender, conforme Tedla (1995, p. 30), que "eu sou porque nós somos". Nessa postura, compreendo que minha realização individual só acontece quando ajudo a fortalecer a comunidade, minha comunidade negra, e é assim que a pesquisa deste tema necessariamente se insere nas perspectivas de ações que visam à formulação de políticas para e com essa comunidade, daí a relevância social do tema." (2009, p. 14)

Ribeiro afirma ainda que essa pesquisa é parte de uma luta na qual através dela ele pretende contribuir com medidas de fato efetivas de combate ao racismo para com a população negra, pois esse tema até 2004 era tabu, a partir do momento em que foi inserida a matéria Ações Afirmativas e Igualdade Racial em 2005 em todos os cursos de formação e aperfeiçoamento da PM paulista, esse silenciamento foi quebrado. Dentro da polícia, ainda como praça, Ribeiro relata em seu texto as várias situações em que foi exposto a humilhação e a cenas de racismo por parte de seus colegas de trabalho. Na sua trajetória ele teve a oportunidade de participar como membro do Conselho Estadual da Comunidade Negra de eventos socioculturais que envolviam as periferias e lá ouviu todos os relatos sobre as abordagens policiais, que o fizeram refletir sobre o papel da polícia militar e sobre como as comunidades entendiam esse trabalho. Isso deu abertura a dissertação na qual ele escreveu. O trabalho foi feito com policiais negros e com pessoas

⁹ <https://revistaraca.com.br/uma-voz-na-pm/>

negras abordadas pela polícia em São Paulo. Como resultado, o autor identifica que a polícia militar ainda trata negros como suspeitos primeiros, baseado principalmente em estereótipos.

Ao falar do DF, também identificamos trabalhos que tentam promover o debate das relações raciais na PMDF. É o caso do Coronel de-Araújo, um policial negro, que recebeu o título de cidadão honorário de Brasília por toda sua contribuição com projetos voltados a luta pela igualdade racial. Autor do livro “Mobilidade Social, Multiculturalismo ou Discriminação da Polícia” que é resultado de sua dissertação de mestrado. O livro teve como foco a mobilidade social de policiais militares pretos e pardos na PMF, além de investigar se há discriminação racial dentro da PM. O Coronel teve ainda participação essencial na construção do “Protocolo de Enfrentamento ao Racismo e Injúria Racial”¹⁰ (Portaria PMDF nº 972, de 07 de julho de 2015), juntamente com outros atores, entre eles policiais. Esse protocolo, visava regulamentar os procedimentos de enfrentamento ao racismo e a injúria racial na PMDF e tem como foco: as vítimas desses crimes, tanto o público em geral como as/os próprias/os policiais; a atuação da/o policial militar no atendimento de ocorrência de crimes de racismo e de injúria racial; e o próprio racismo institucional¹¹. Além disso, o documento menciona a obrigatoriedade de disciplinas e atividades pedagógicas nos cursos de formação, aperfeiçoamento, extensão e especialização, que tratem do tema e do enfrentamento ao racismo. Esse tipo de documento revela não só a urgência do tema, mas mostra a participação dos próprios policiais nesse processo. Ou seja, a ocupação e o protagonismo interno destes policiais, tema que também é de interesse desta dissertação.

Geová da Silva Barros é oficial da Polícia Militar de Pernambuco, historiador, e mestre em Ciência Política. Sua dissertação intitulada “Racismo institucional: a cor da pele como principal fator de suspeição” (2006) teve como foco identificar se a cor da pele era principal fator de suspeição policial, implicando assim, num racismo nas abordagens policiais. A pesquisa foi feita com alunos dos cursos de formação de oficiais (CFO) e de formação de soldados (CFSD), além deles foram entrevistados policiais já na profissão, afim de fazer esse paralelo entre os novatos e os mais experientes da PMPE. Na escrita do texto, o autor se apresenta enquanto oficial e afrodescendente e indica que sempre

¹⁰ PORTARIA PMDF No 972, DE 07 DE JULHO DE 2015.

¹¹ <http://www1.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/4821-pmdf-elabora-protocolo-de-enfrentamento-ao-racismo>

idealizou um policiamento mais democrático “na qual não houvesse qualquer indício de discriminação”. Durante a academia de polícia, o autor observa que os discursos dos professores eram de não-discriminação, mas nas unidades de polícia ele via que não se constituía dessa forma. A conversa entre outros membros da corporação indicava um padrão para suspeição policial, que era constituído por negros. No início ele imaginou que fazia sentido, já que a maioria dos infratores eram negros, mas quando observou que essa suspeição era modelo no discurso dos policiais militares, ele passou a problematizar, pois todos aqueles que se encaixassem nesse perfil, era abordado. Sendo assim, seu lugar de policial militar e todas essas questões o encaminharam para essa pesquisa. Como resultado, o autor identificou que tanto noviços, quanto os policiais que já atuam na instituição consideram sim que a cor da pele é um fator de suspeição entre os policiais militares.

Outro trabalho na polícia é de Jaime Ramalho Neto, Tenente-Coronel da PMBA, doutor e mestre em Estudos Étnico e Africanos. Sua dissertação intitulada “Mobilidade e Racismo nas Patentes da Polícia Militar da Bahia (2008) traz a discussão sobre mobilidade de policiais negros dentro da Polícia Militar, ou seja, a relação entre ascensão social e cor. O autor argumenta que apesar de uma polícia com número expressivo de policiais negros, a ascensão chega de forma facilitada para oficiais brancos. As inquietações do autor vieram ainda no curso de cadetes na Academia de Polícia Militar, onde observou que poucos eram os oficiais negros e na medida em que aumentava o grau de hierarquia, mais branco era o oficialato. Além disso, ele observou que os policiais estagnavam numa posição, quando não eram colocados em cargos subalternizados. O autor afirma que os caminhos da pesquisa não foram fáceis, muitos policiais questionavam a importância desse tema, já que a instituição se silenciava quanto a isso. E mais, os próprios policiais não visualizam o racismo na PM na mobilidade de cargos, mas muito mais nas agressões verbais ou nos atos hostis referentes a cor de pele deles. Além disso, a condição de ser policial e ser pesquisador não foi fácil para ele, pois ele precisou romper com alguns valores para gerar estranheza ao campo. Como resultado verificou-se que apesar da PMBA ser uma instituição composta por oficiais negros na sua capilaridade, as oportunidades de mobilidade não são tão democráticas.

Por fim, um trabalho pioneiro na área do qual não poderia deixar de mencionar, do Professor, Doutor e Coronel da PMERJ, Jorge da Silva. Obteve seu doutorado em Ciências Sociais com a tese “*Violência e Identidade Social: um estudo comparativo sobre*

a atuação policial em duas comunidades no Rio de Janeiro”(2005). Além disso, escreveu diversos livros que falam sobre violência e racismo, onde ele enfatiza que raça/cor isolado à classe tem acentuado os conflitos na sociedade e causado peso na produção de violência. Segundo ele, recusar esse dado, funcionaria como potencializador desses conflitos. Já na sua tese, Silva traz a discussão sobre os conflitos na cidade, envolvendo favela e asfalto. Sendo o Rio de Janeiro exemplo de conflito social com marcadores claramente étnicos, o autor entrevistou moradores de duas comunidades e algumas pessoas de camadas médias. Além disso, o autor tentou demonstrar a relação entre violência civil e polarização étnica, chegando a conclusão de que há uma “apartação étnica” entre comunidade e asfalto que acaba gerando violências.

Veja que dentro da própria polícia militar, o número de trabalhos de enfrentamento ao racismo a favor de uma política racial de fato efetiva tem aumentado. Aqui no DF temos uma representatividade considerável desse fenômeno, acompanhada também em outros estados¹². Os protagonistas desses trabalhos têm sido policiais negros, desta forma, algumas ações vêm sendo tomadas por parte deles mesmos. Seja por meio da pesquisa, seja nas suas atuações enquanto comandantes de uma viatura, seja no seu cotidiano dentro da instituição. É possível supor que tal debate, mesmo que muito incipiente, vem influenciando nas vivências e mexem com a percepção de identidade das/os policiais negras/os e não-negras/os, o que faz dessa pesquisa uma contribuição para esse debate em curso.

Se observarmos as datas dos trabalhos mencionados acima, vemos que a maioria data de 2004 para frente. Essa data é extremamente importante quando falamos de pesquisa e educação no Brasil. A partir de 2004, há uma movimentação no país inteiro para a constituição do sistema de cotas nas universidades. O número de pesquisas sobre questões raciais aumentou, assim como o número expressivo de pesquisadores negros nas universidades. Entre os pesquisadores citados acima, a maioria são policiais negros, e de certa forma sentiram que haviam questões específicas da polícia negra dentro da instituição e que era preciso falar sobre isso.

Como resultado, essa pesquisa se divide em três capítulos. No primeiro capítulo apresentou-se conceitos-chaves para a discussão que se segue: os conceitos de raça e racismo. Primeiramente foi feito um apanhado na sociologia sobre a natureza do racismo,

¹² A exemplo: Santiago (2017) na Bahia;

autores essenciais para discussão sobre as relações raciais no Brasil, além das discussões sobre embranquecimento e mito da democracia racial. Na sequência procurei falar sobre racismo institucional, utilizando da discussão na criminologia, mas também nas Ciências Sociais e por fim apresentamos as pesquisas na Sociologia sobre racismo e polícia, um movimento crescente no Brasil.

No capítulo 2 procurei abordar a discussão sobre cultura institucional, a fim de trazer uma reflexão sobre identidade policial e identidade negra. Após isso, foi introduzida a discussão sobre solidariedade racial, as consequências do racismo na identidade negra e o processo de humanização do negro, a partir de uma discussão fanoniana.

No capítulo 3, um pouco mais extenso, coloquei em evidência as experiências dos policiais entrevistados, onde foi investigado suas trajetórias, os motivos de terem entrado para a polícia e principalmente a visão deles sobre as experiências raciais dentro da instituição. A partir dos retratos sociológicos, foi feita a análise das entrevistas a fim de trazer os principais pontos entre ser um oficial e ser negro. Além disso, cuidou-se de trazer a discussão sobre ascensão social do negro na Polícia Militar. Utilizou-se da literatura que já discute ascensão social negro não só na polícia, mas em outras áreas da vida social.

Por fim, nas considerações finais apontou-se os principais resultados e as principais questões que podem se tornar futuramente agenda de pesquisa.

1 - RAÇA, RACISMO: CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA PENSAR AS INSTITUIÇÕES

Neste capítulo procurei introduzir a discussão sobre raça e racismo nas Ciências Sociais para pensarmos então a Polícia Militar e a questão do racismo institucional. Primeiro visitei as revisões bibliográficas do campo das relações raciais no Brasil, depois me ocupei especificamente acerca do racismo institucional. A partir daí, foi possível refletir sobre o mito da democracia racial, embranquecimento, sobre cultura policial e principalmente sobre a produção na Sociologia da Violência sobre tal tema.

1.1 -Uma reflexão sobre a natureza do racismo no Brasil

Por muito tempo, na agenda das Ciências Sociais, um dos maiores desafios e interesses dos intelectuais estava em discutir e descrever as relações raciais no Brasil. A partir não só do interesse nas dinâmicas raciais estabelecidas no Brasil, bem como na definição das categorias raça e racismo. Ora, sabemos das gerações de pesquisadores que influenciados pelos estudos de raça nos Estados Unidos, inclinaram-se em entender a construção social das raças no Brasil, até mesmo para fins de comparação. Esse fato se dá principalmente a partir dos estudos de Gilberto Freyre em 1930, com “Casa Grande e Senzala”, considerado pioneiro na área, seguido por Donald Pierson em 1940 e posteriormente com a Escola Paulista, em 1970, com os estudos de Florestan Fernandes. (Guimarães, 1995)

O conceito de raça aqui utilizado, nada tem a ver com o sentido biológico. Hoje esse conceito tem seu sentido ressignificado e adotado não somente pelo movimento negro como símbolo de luta, bem como pelos pesquisadores. Com ele vem a relação de poder e de dominação. Ou seja, a raça aqui é entendida como uma construção sociológica e “uma categoria social de dominação e exclusão” (Munanga, 2004).

Com base em ideologias racistas, a primeira geração de pesquisadores, antes mesmo de Freyre, acreditava que era necessário o embranquecimento da população brasileira para constituir-se uma sociedade mais civilizada e colocar um fim à população negra. Esse exercício se deu pelo fenômeno da mestiçagem. A partir do trabalho de Gilberto Freyre que trouxe à época o discurso de harmonização entre as raças, baseadas principalmente na miscigenação no Brasil, levantou-se a discussão das relações raciais no Brasil a partir de uma interpretação culturalista (RAMOS, 2014). Uma das contribuições de Freyre foi a teoria da “democracia racial” no Brasil. Essa teoria foi sujeitada à críticas principalmente pelos defensores da luta contra o racismo no Brasil, considerando que tal falácia era na verdade o “mito da democracia racial”, representativo da ideia de que o Brasil seria uma sociedade harmoniosa, que apesar das diferenças entre os povos aqui concentrados, a miscigenação teria afastado ou dirimido o embate entre as raças, o que segundo o autor, gerou um movimento de integração racial no país.

Ou seja, para ser mais claro, eram fatos estabelecidos, já em 1935, pelo menos entre os intelectuais modernistas e regionalistas, que: (a) o Brasil nunca conhecera o ódio entre raças, ou seja, o “preconceito racial”; (b) as linhas de

classe não eram rigidamente definidas a partir da cor; (c) os mestiços se incorporavam lenta mas progressivamente à sociedade e à cultura nacionais; (d) os negros e os africanismos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo físico e a uma cultura propriamente brasileiros. (Guimarães, 2004, p. 16)

Ou seja, a mestiçagem era um grande projeto de embranquecimento da população brasileira. Através dele escondia-se as diferenças, o preconceito e as desigualdades. Além de que essas ideias levaram ao apagamento da identidade negra e afro-brasileira e o mascaramento das desigualdades sociais.

Posteriormente, Donald Pierson em “ Pretos e Brancos na Bahia”(1945), incorporava não só as dinâmicas das relações raciais na Bahia, bem como incorporou em sua pesquisa o interesse na integração e mobilidade sociais dos negros. Em relação a esta última, Pierson atribuiu a inexistência de preconceito de raça “que, facultando, a miscigenação, explicaria a ascensão social dos mestiços” (Guimarães, 2004), o que apontou para o segundo resultado de sua análise: que o preconceito era na verdade de classe.

Ao visualizar que entre as classes mais altas encontravam-se alguns “mestiços”, em sua maioria de pele clara, que ascenderam socialmente e viviam entre brancos, Pierson, a partir da miscigenação, entendeu que havia preconceito de classe, por parte principalmente de brancos em classes mais altas.

Esse movimento fundamentou estereótipos, corroborou para o discurso de inexistência do racismo no Brasil e contribuiu para análises sociológicas enviesadas sobre as relações raciais no país, fato que repercutiu em como as pessoas percebem e entendem raça e em como o racismo é perpetuado nas relações sociais e institucionais no país.

Numa segunda geração, Florestan Fernandes (1978), investigou as relações raciais a partir do contexto de industrialização e denunciou o racismo nas relações sociais no Brasil. Florestan, junto com o Projeto UNESCO, detectou as formas de inserção do negro na sociedade de classes e concluiu que de fato nunca houve integração do negro nessa sociedade de modo igualitário (Ramos, 2014). A partir de uma leitura onde classe sobressai-se perante à discussão de raça, o autor chega a afirmar que ao haver integração do negro na sociedade de classes as diferenças raciais iam perder importância. Esses estudos reforçaram não somente as críticas à noção perpetrada no Brasil de Democracia

Racial, bem como influenciaram no pensamento social brasileiro. Porém, para Florestan Fernandes a situação racial estava condicionada ao passado de escravidão.

Em crítica a Florestan, Hasenbalg (1979) acredita que a marginalização do povo negro, está ligada às práticas no pós-abolição. Segundo o autor, o racismo não é um resíduo da escravidão, mas é resultado direto da diferença entre negros e brancos nos vários espaços, sejam eles na educação, na economia ou no acesso ao trabalho. Ou seja, a raça regula os mecanismos de estratificação social, “materializando-se em características como a cor da pele, o tipo de cabelo, construindo condições favoráveis aos não negros para ocupar as posições de maior prestígio na estrutura ocupacional” (Ramos 2014).

Hasenbalg enfatiza que a discriminação racial foi, na verdade, reconstruída a partir da lógica capitalista, pela ordem capitalista. Isso significa dizer que, “o racismo e a discriminação racial resultavam da competição só existente no capitalismo, no sentido de que só a partir da concorrência em que tal sistema viceja é que veríamos surgir a discriminação racial e o racismo sob sua formulação moderna” (Figueiredo, 2015)

Para a geração de Pierson, Wagley e Harris, nos Estados Unidos, as desigualdades raciais de classe entre negros e brancos se perpetuavam graças ao preconceito, à discriminação e à segregação raciais. Porque, no Brasil, havia as mesmas desigualdades, mas os fatores causais acima referidos eram relativamente fracos, os autores americanos concluíram que tais desigualdades dever-se-iam apenas a diferenças de pontos de partida, devendo desaparecer no futuro (ou seja, os negros provinham de castas subordinadas). Para Florestan e sua geração, entretanto, o preconceito não só existia como, de certo modo, impedia que a nova ordem competitiva se desenvolvesse em sua plenitude. Tratava-se, entretanto, de preconceitos e discriminações fora do lugar, uma espécie de consciência alienada dos agentes sociais. Para Carlos, Nelson e a minha geração, não apenas tais preconceitos eram funcionais para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como a reprodução do sistema de desigualdades raciais prescindia, até certo ponto, da consciência dos atores. (GUIMARÃES, 2004, p. 32, 33)

Nesse sentido, percebe-se que essas teorias baseadas em interpretações culturalistas, a fim de ver um Brasil diferente das relações raciais constituídas nos Estados Unidos ou mesmo na Europa, acabam não servindo para explicar o Brasil posterior. A convivência pacífica não existiu, com o capitalismo essas desigualdades se sobressaíram

e colocaram o negro em condições em que não havia ao menos direito a uma ordem competitiva. Sendo assim, tal teoria de fato se tornou um mito.

1.2 - Sobre racismo institucional

A partir da discussão acima, sobre as várias interpretações e conceituações sobre o racismo no Brasil dentro das Ciências Sociais, pretende-se aqui trazer a noção de racismo institucional. Muitos estudos conceituam o que é o racismo, qual sua origem, como se apresenta nas relações sociais e na estrutura social (MUNANGA, 2004; GUIMARÃES, 1999, 2003, SAMPAIO, 2003). Com o intuito de compreender o fenômeno do racismo no cotidiano policial, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica da instituição, não poderia deixar de falar sobre racismo institucional.

Segundo Almeida, o racismo é *“uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundamento, e que se manifesta por meio de **práticas conscientes ou inconscientes** que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”* (p. 32, grifo meu). Nesse sentido, esse comportamento está ligeiramente ligado às práticas sejam individuais, sejam institucionais de indivíduos que agem com viés discriminatório e atinge não somente a condição do sujeito ali exposto, bem como o coloca em uma posição de subalternidade. Essas atitudes discriminatórias só podem acontecer por meio do uso da força, ou seja, do poder. Mas, o racismo não se trata apenas de pequenos atos individuais discriminatórios ou de um conjunto, este se caracteriza enquanto um *processo*, pois ele se distribui nos âmbitos da política, economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2019), e isso faz com que ele esteja tão enraizado na estrutura social.

Ainda segundo o autor, o racismo articula-se com a segregação racial, o que leva a dividir espacialmente grupos raciais, sejam em bairros, periferias, ou mesmo em espaços como o sistema carcerário. Ora, bem sabemos que são territórios racializados, de maioria negra.

Almeida (2019) nos fala sobre três concepções de racismo, que darão base a essa pesquisa. São eles: racismo individualista, racismo institucional e racismo estrutural. Aqui nos interessa principalmente o racismo institucional. Racismo institucional é a relação entre o racismo e o Estado.

O racismo institucional não se resume a comportamentos individuais, mas sim ao funcionamento das instituições, que mesmo indiretamente, conferem desvantagens e privilégios com base na raça. São nas instituições que o Estado está materializado. São as instituições responsáveis por coordenar comportamentos e orientá-los. Sociedades são geradoras de conflitos e as instituições são as responsáveis por administrar esses conflitos, o que lhe dá o caráter de controle e manuseio do comportamento social. Sendo assim, numa situação de conflito, as instituições são as responsáveis pela absorção desses conflitos, para conseqüentemente resolvê-los. Almeida atentamente chama atenção para essa absorção, ela está ligada a ideia de normalizar tais fatos, de padronizar e ordená-los. Por conseguinte, *“as instituições moldam o comportamento humano tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional como dos sentimentos e preferências”* (2019, p.39). O que dá base para entender a cultura institucional, que se expressa de maneira tão forte em instituições de caráter total¹³.

Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p. 39 – 40)

Mantendo as instituições nas mãos de grupos dominantes, podemos ter o efeito da alteração da forma do racismo, que pode dar novos significados a esse movimento, dando certas vantagens a grupos raciais historicamente discriminados, por exemplo, colocando-os em espaços de poder, como no caso da polícia. Sabemos que durante a escravidão, homens negros escravizados foram colocados em postos de “autoridade”, como capitães do mato, que prestaram serviço para a classe dominante o que os possibilitou realizar práticas discriminatórias, mas que ao mesmo tempo não os isentava do lugar de vítima de discriminação, pois seu status permanecia comprometido por sua condição enquanto negro (NASCIMENTO, 2014).

É importante mencionar ainda Charles V. Hamilton e Kwane Ture, que afirmam que o racismo institucional é menos evidente e mais sutil em termos daqueles que cometem os atos, ele *“se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na*

¹³ Ver “GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. (D. M. Leite, Trad.) São Paulo: Perspectiva, 1987”.

sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro (o racismo individual) ”. (ALMEIDA, 2019, 47, acréscimo nosso)

Sendo então as instituições aquelas que normalizam a sociedade, aquelas que absorvem os conflitos da sociedade, que reproduzem condições e que mantém a ordem social, quer dizer que os padrões racistas e a imposição de regras racistas estão vinculadas a mesma ordem social que as instituições devem resguardar, visto que as instituições estão vinculadas a uma estrutura social. Estrutura essa que também carrega o racismo. Ou seja, as instituições são racistas, porque a sociedade é racista¹⁴. Significa dizer que o racismo não foi criado pela instituição, mas que ela reproduz o que está na estrutura social e que é tido como “normal”.

Por outro lado, numa discussão mais sociológica e menos jurídica como a qual Silvio Almeida está alocado, Bourdieu (1996), a partir do debate entre estrutura/agência e entendendo a vida social como estruturada e estruturante, aponta para a realidade como uma dicotomia, essa entendida enquanto estrutura social interna e estruturas sociais externas incorporadas “configurando um movimento reflexivo de interiorização do externo e exteriorização do interno” (ARBOLEYA, p. 09, 2013).

A estrutura para Bourdieu está ligada a noção de *habitus*, definido como “(...) um sistema de disposições duráveis e transferíveis a partir da incorporação das experiências vividas, atuando como matriz estruturante das percepções, apreciações e ações dos atores sociais” (1983, p.61) e ao conceito de *campo* que se remete às redes de relação. Sendo o *habitus* adquirido através das trajetórias dos indivíduos, incorporando crenças, valores e representações, os agentes vão construir suas visões de mundo que vão orientar suas ações.

Nessa disposição, o *habitus* aparece como o elemento que possibilita ao agente saber como agir e em que momento agir a partir de uma leitura incorporada pela experiência vivida dos sentidos e limites sociais objetivos que se deve respeitar. Essa leitura referencia princípios avaliativos desenvolvidos pelos agentes acerca das possibilidades e limitações objetivas que lhes são incorporadas por essas mesmas condições objetivas durante suas trajetórias individuais. (ARBOLEYA, p. 10, 2013)

¹⁴ Ibidem, p. 47.

Sendo assim, o conceito de *habitus* alinhado ao conceito de campo dá base para compreender não só as estruturas (ou instituições), bem como compreender os conflitos que podem ser gerados no *campo* a partir das interações e das disputas ali compostas. A noção de *habitus* em Bourdieu, traz como possibilidade de agência, possíveis mudanças no campo, respeitando a posição em que os indivíduos se encontram nas relações. A partir dessa concepção, pode-se afirmar que os conflitos são gerados a partir das disputas em campo, nas quais “os agentes interagem e competem por uma posição que os projetem como detentores de poder (simbólico) e os permitam exercê-lo” (ARBOLEYA, p. 11, 2013).

Nesse caso, os agentes não são apenas passíveis das coisas, eles podem definir-se entre se submeter ou agir, a fim de mudar as regras do jogo. Entretanto, não se pode descartar dessa análise bourdieusiana que ainda assim os indivíduos não estão isentos dos condicionamentos estruturais, mas na verdade há um espectro de liberdade de ação materializadas nas disputas e conflitos instalados.

Sendo assim,

Com tais formulações é que o autor propõe superar tanto o objetivismo quanto o subjetivismo, considerando que a prática social sofre influências dialeticamente estruturais e subjetivas, das condições objetivas de vida dentro das quais o agente reage subjetivamente, a partir de suas estratégias de ação. Os conceitos de *habitus* e *campo* são, portanto, instrumentos teórico-metodológicos exponenciais de uma proposta de renovo da ciência social definida por Bourdieu dentro dos marcos da praxiologia. (ARBOLEYA, p. 13, 2013)

Ou seja, a estrutura pode até ordenar comportamentos, ou definir regularidades que serão incorporadas pelos indivíduos, mas ela não está tão engessada a ponto desses indivíduos não comporem o menor grau de ação.

A partir do conceito dispositivo de sexualidade de Foucault e pensando o racismo na sociedade brasileira, Sueli Carneiro (2005), apresenta o dispositivo de racialidade/biopoder que ajuda a pensar as tecnologias de poder utilizadas pelo estado para exclusão racial no Brasil. Tal dispositivo conseguiria articular elementos definidos pelo Contrato Racial (em Mills), onde são definidas os papéis raciais no Brasil.

O dispositivo de racialidade ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de branca irá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão.(carneiro, 2005 p.43)

Entendendo o Biopoder como processo regulador dos estados modernos que através de seus dispositivos de poder controlam as sociedades, Sueli demonstra que na sociedade brasileira ocorre a morte institucional movidas pelas tecnologias do Estado. Essa política determina os corpos que são aceitos, ou seja, o “deixar viver e deixar morrer”. O dispositivo de racialidade explica a subalternização da população negra e mostra como o racismo se manteve.

Ainda sobre o racismo institucional, além de Almeida (2019), outros pesquisadores, principalmente no âmbito dos estudos sobre políticas públicas, têm se preocupado em definir o que seria o racismo institucional e de que forma ele se manifesta no meio social. Alguns acreditam ser a partir da construção do Estado Moderno, outros como processo alinhado e articulado com o capitalismo e com a democracia liberal (FONSECA, 2015). Luciana Jaccoud (2009) sobre o racismo institucional aponta que,

A grande inovação que esse conceito traz se refere à separação das manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial – tal qual conhecido e combatido por lei. O racismo institucional atua no nível das instituições sociais, dizendo respeito às formas como estas funcionam, seguindo as forças sociais reconhecidas como legítimas pela sociedade e, assim, contribuindo para a naturalização e reprodução da hierarquia racial. Não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, orientados por motivos raciais, mas, ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais. (2009, p. 157)

Portanto, na tentativa de entender como funciona esse racismo institucional, e como esses processos aparecem e acontecem, pretendeu-se compreender o imaginário das/os policiais negras/os e sua relação com situações a que foram expostos ao racismo institucional, seja intramuros ou fora da instituição. Sendo a raça e o racismo, categorias que impactam diretamente na vida e nas vivências cotidianas dessas/es policiais. Entendendo ainda que o racismo não deixa de existir uma vez que exista representatividade, isto é, não basta ter negros em espaços de poder, no caso na Polícia Militar, que a instituição deixará de atuar de maneira racista, pois existem princípios que estruturam a sociedade por detrás de todo arcabouço institucional que orientaria essas pessoas (ALMEIDA, 2019; DAVIS, 2009).

1.3 -Estudos sobre raça na Polícia Militar

O tema polícia e relações raciais, nas suas várias arestas, como perfil étnico-racial da polícia ou a relação das/os policiais com a temática racial tem sido ampliado, apesar de ainda serem poucas as pesquisas já realizadas na área, o campo tem avançado. A ONU (Organização das Nações Unidas), por exemplo, tem trabalhado com a noção de “*racial profiling*”¹⁵, onde se assimila atividades criminais ao perfil de negros afrodescendentes, tal prática é encontrada principalmente nas ações policiais. Ela é legitimada para uso das/os policiais como parte de descrições confiáveis de suspeitos relacionadas a crimes específicos. Ou seja, um tipo de seletividade racial no policiamento.

Do início dos anos 2000 até aqui, alguns pesquisadores se dedicaram especificamente à temática da *seletividade racial*, ou seja, da racialização das práticas de policiamento e como ocorrem os procedimentos da prática de *abordagem policial* (REIS, 2001, 2002; RAMOS & MUSUMECCI, 2004; BARROS, 2008; RIBEIRO, 2009; SILVA, 2009; DUARTE et al, 2014; SINHORETTO et al, 2013, 2014; MATTOS, 2012; FRENCH, J. H., 2017). Outros trabalhos se dedicaram ao *perfil étnico-racial* da Polícia Militar e as relações num panorama *racial* (SANSONE, 2002; PIRES, 2010; RAMALHO NETO, 2012; NASCIMENTO, 2014, 2015; SENA, 2017). Entre esses trabalhos, encontrei um estudo especificamente sobre policiais negras (GOMES, Marta M. de A., 2017), o que pouco se vê. Contudo, ainda são poucos os trabalhos que vão tratar das relações raciais na polícia, seja em relação ao perfil étnico-racial, seja em como eles percebem a questão racial dentro e fora da PM.

Inicialmente, optou-se por fazer uma seleção de artigos, livros, trabalhos que foram produzidos de 2014 até os dias atuais, mas diante do número ainda curto de produção sobre polícia e relações raciais, principalmente no âmbito de trajetórias e perfil étnico-racial, trabalhei com alguns textos de grande contribuição anterior a esse período. A frente veremos alguns desses trabalhos.

A pesquisadora Jacqueline Sinhoretto (2013), juntamente com o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São

¹⁵ Para saber mais: <https://www.un.org/en/events/africandescentdecade/assets/pdf/PreventRacialProfiling-EN.pdf>

Carlos (GEVAC/UFSCar), em sua pesquisa sobre desigualdade racial e segurança pública, tinha como objetivo investigar a existência de procedimentos de seletividade racial nas abordagens policiais no estado de São Paulo e quais as respostas institucionais construídas pelos policiais ali entrevistados. Como contribuição, a pesquisa traz que a vigilância dos policiais também é operada de forma racializada, o que explica o alto índice de morte de jovens negros, além do alto número de presos negros que se caracteriza enquanto o dobro do índice de brancos presos. Segundo a autora, esses dados reforçam que a vigilância da polícia está claramente reconhecendo negros enquanto suspeitos criminais.

Sobre os estudos da abordagem policial, temos o livro de Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2004) *“Elemento suspeito – abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro”* que traz a discussão sobre a suspeição policial e a percepção da comunidade sobre as abordagens, confirma a atração policial pelo perfil do jovem negro como suspeito. Nos critérios de construção da suspeita estão elementos como gênero (homens), cor (negra), idade (jovens) e classe (pobres).

Silva (2009) em sua dissertação intitulada como *“A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito”*, resume sua preocupação com fatores que influenciam o imaginário dos policiais militares do DF acerca da construção da suspeição policial, seja ela de gênero, raça, classe ou território. Nesse estudo a suspeição não está só no indivíduo, mas também nas ações e situações suspeitas. O estudo nos mostra que tal perfil de suspeição se confirma principalmente no policiamento de rua, na figura do jovem, negro, pobre, de bairros periféricos.

Ainda nessa mesma temática, Dyane Reis em *“A marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relatos de policiais militares”* (2002), realiza um estudo sobre suspeição policial em Salvador. A autora foca em qual é o perfil do suspeito nas abordagens policiais da PM, como essa concepção é construída e em que medida ela é adquirida e/ou influenciada pelo treinamento militar. Além disso, a autora traz uma reflexão sobre a estrutura da PM, relação vida-civil e trabalho e os perigos do trabalho policial. Como contribuição, a autora identifica que o tipo ideal de suspeito é homem negro, rastafari, com tatuagens ou cicatrizes pelo corpo, correntes de ouro, andar meio gingado, e morador de favelas e invasões.

Outra contribuição sobre filtragem racial está em Barros (2008). A partir da discussão sobre racismo institucional, o autor se preocupa em analisar se o fator cor da pele constitui fator de suspeição nas abordagens policiais e qual a percepção dos mesmos sobre racismo na instituição policial. Barros aplicou questionários para alunos dos cursos de formação e para aqueles que já estavam atuando a um tempo na profissão. Em ambos a pesquisa identifica que pretos e pardos são os maiores alvos de suspeição pela polícia, o que confirma sua hipótese da existência do racismo institucional, mesmo que não identificado pelos que cometem os atos.

Tal fato claramente faz parte de construções não só sociais, mas da incorporação dessas perspectivas numa instituição do Estado por parte dos seus profissionais de segurança pública, que têm, como função prioritária, garantir segurança à sociedade. A ideia do saber-fazer policial dá operacionalização a concepções estereotipadas sobre quem é suspeito.

A partir daqui, reúnem-se alguns trabalhos que numa perspectiva de encontros raciais, trazem reflexão sobre vivências negras, sejam elas nos encontros entre policiais negras/os e jovens negros, sejam nas vivências cotidianas das/os policiais negras/os com a própria instituição militar.

Aline M. Nascimento (2014), por exemplo, em seu trabalho de monografia intitulado como “*A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de pm’s negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal*” se dedica a compreender o encontro de jovens negros e policiais negros nos momentos de abordagem policial no Distrito Federal. A autora teve como pretensão, a partir da discussão sobre representações sociais, compreender o imaginário dos policiais em relação a abordagem policial com a comunidade negra, investigando se o imaginário desse policial auxilia numa abordagem não-racista, numa perspectiva de assegurar a dignidade humana. Além disso, a autora faz uma discussão sobre a identidade étnico-racial desses policiais. Como resultado, a autora identifica que as abordagens policiais continuam sendo praticadas com maior frequência em jovens negros e que por mais que esses policiais venham de territórios negros, ainda assim interpretam que esses locais são suspeitos. Isso significa dizer que, esses policiais internalizam a representação que - numa lógica dominador e dominado - fazem deles mesmos os suspeitos, o que estrutura as relações de poder nesse campo.

Nascimento (2015) se dedica ainda em outro artigo a discutir o porquê da PMDF ser um atrativo para homens e mulheres negras, considerando o alto índice de policiais negros que se encontram nessa profissão. A partir da relação entre ascensão e cor, a autora faz uma análise sobre a trajetória de alguns policiais negros e a mobilidade desses sujeitos na hierarquia da PMDF. Como resultado, vê-se que a polícia militar foi e tem sido por muito tempo uma oportunidade de ascensão social de negros, mas que para além disso, a decisão de entrar para a polícia se traduz em um “*desvio de um roteiro típico que historicamente é destinado ao negro*”, para além de lhe dar novo status, pois se tornaram mantenedores da ordem social, o que, segundo Nascimento, rompe com o mito estereotipado de que o negro é bagunceiro ou conflituoso.

No livro “O negro na polícia militar”, Carlos Nobre (2010) faz um estudo com policiais negros do Rio de Janeiro, oficiais e praças e aponta que a Polícia Militar do Rio de Janeiro é a instituição estatal que mais emprega pretos e pardos, cerca de 60% dos policiais são negros e esse número é ainda maior nos praças. O autor pontua que o negro viu a polícia como uma oportunidade de ascensão social e hoje estão alocados em altos cargos na PMERJ. Nesse estudo, policiais acham que o racismo dentro da polícia é velado e que, na verdade, o maior racismo está fora da polícia, pois acusam negros de os discriminarem por hoje estarem numa posição em que eles controlam e sujeitam o outro. Já nas ruas, eles admitem que o suspeito continua sendo o negro.

Ribeiro (2009), traz a contribuição de sua dissertação que discute como deveria ocorrer a abordagem policial, respeitando a dignidade humana do abordado. O autor entrevista policiais que praticam a abordagem e pessoas negras abordadas. Para além da percepção dos envolvidos, o autor procurou coletar sugestões para o curso de formação policial nas entrevistas. Ribeiro identifica que a polícia continua a agir por meio de estereótipos. Um ponto interessante é que entre as sugestões para o curso de formação policial, está a de que policiais negros seriam os mais aptos a darem os cursos sobre direitos humanos e igualdade racial justificada pela experiência que essas/es policiais carregam. E mais, os entrevistados mencionam que tais experiências carregadas por policiais negros devem ser consideradas pelos comandantes de policiamento, pois a partir dessas experiências discussões podem vir à tona e despertar reflexão no trabalho realizado pelos demais.

Entre os estudos sobre policiais negros está a contribuição de Pires (2010). O autor faz um estudo dos sistemas de classificação oficial e rotineira da PM de Sergipe, com o

propósito de mostrar como o policial se vê na instituição em relação a sua cor. A partir da análise de documentos que classificavam os policiais da PMSE em relação a sua cor, o autor traz uma reflexão-crítica de como era realizada a classificação identitária de policiais negros que não tinham como opção a autodeclaração, categoria muitas vezes alheia às utilizadas pelo IBGE. Apesar desse quadro ter mudado com o decorrer dos anos, ainda se vê categorias como “moreno”, “marrom” e “moreninho” serem utilizadas nas relações entre policiais. Pires, verifica ainda como policiais são vistos a partir do cargo em que estão ocupando na PM. A depender de onde está alocado, como seus colegas o percebem racialmente? O autor apura como as relações raciais se manifestam dentro da instituição, quais conflitos são encontrados na PMSE, considerando o fator raça e como policiais negros são tratados em sua relação com superiores e subordinados. A contribuição desse estudo está claramente em como a cor/raça é percebida na instituição, ou seja, o perfil étnico-racial da polícia a partir do reconhecimento de seus pares.

Em “*Fugindo para a Força: Cultura Corporativista e ‘Cor’ na Polícia Militar do Rio de Janeiro*”, Livio Sansone (2002) tem como foco a carreira de policiais afro-brasileiros na PMERJ e os discursos construídos sobre raça e identidade negra. Segundo o autor, a PMERJ se tornou uma forma de ascensão social para negros, além de lhe dar status ao considerar que agora os mesmos possuem o poder de coerção sobre indivíduos. Ainda sobre ascensão social do negro, Ramalho Neto (2012) no seu artigo “*Farda e ‘cor’: um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia*”, propõe analisar o ingresso de oficiais militares baianos na PMBA, a mobilidade e a ocupação de funções em cargos de comando, para assim identificar quais são os elementos necessários para ascensão na PMBA. O autor identifica nesse estudo a cor dos policiais ingressantes em cada turma de oficiais num período de 1967 a 2005, e verificou-se que o número de negros nos cargos de oficiais foi aumentando com o decorrer dos anos e que houve uma diminuição do perfil branco. Mas ainda assim, o número de pretos era baixíssimo a depender do período analisado. O estudo contribuiu para a análise do perfil étnico-racial da PMBA e de como negros foram sendo inseridos na instituição paulatinamente.

Verifica-se no estado da arte do campo que os estudos sobre seletividade racial e abordagem policial se sobressaem quando o foco está na temática *polícia e relações raciais*. Os estudos sobre policiais negros/os, suas vivências raciais e sociais ainda não são tão representativos, numericamente falando. Claro que devemos considerar que estudos sobre a polícia são recentes nas Ciências Sociais, essa transição da polícia como

problema social para uma problemática sociológica trata-se de um processo lento (CARUSO, MUNIZ, FREITAS, 2018), o que dirá das identidades interseccionais de policiais negras/os. E, nesse sentido, esse estudo pretende contribuir de forma qualitativa e quantitativa para os estudos sobre policiais e relações raciais.

2 - CULTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS: PARADOXOS DA IDENTIDADE POLICIAL

Neste capítulo pretendeu-se refletir sobre identidade profissional policial e identidade negra, a noção de cultura institucional e o quanto elas influenciam nas ações e atividades cotidianas dos policiais, bem como refletir sobre o impacto direto que a profissão causa nas suas relações sociais e na visão de mundo dos policiais. O quanto o “mundo da caserna” (Muniz, 1999) imprime símbolos e gestos na construção da identidade policial e na identidade racial do mesmo. Preocupa-se também em compreender a relação entre cultura institucional e policiamento. O processo de socialização desses policiais nas academias de polícia, e as relações cotidianas tem influência em como o policiamento acontece? O quanto a prática policial também age sobre a identidade do policial? Essas são algumas das perguntas que guiam esse momento.

Cultura institucional e o policiamento

A discussão sobre os papéis e as funções desenvolvidas por agências de segurança pública, como no caso da polícia militar, tornou-se por muito tempo um dos focos dos pesquisadores que se interessam pelo fenômeno do policiamento. Vários questionamentos emergiram, a partir do indicativo de que essas agências eram consideradas como violadoras de direitos durante suas práticas policiais. No campo de estudos sobre policiamento, umas das grandes contribuições, segundo Muniz e Paes-Machado (2010), era a disseminação intelectual da teoria da rotulação (ou da reação social): “segundo esta abordagem, tais agências têm um papel paradoxal, porque contribuem ativamente para

produzir comportamentos desviantes e delituosos que deveriam, por princípio, coibir” (MUNIZ e PAES-MACHADO, 2010, p.437). Os mesmos chamam atenção para a liberdade dada às agências de segurança pública em interpretar as leis e atuar a partir delas, o que contribuiu para a “construção conceitual do poder discricionário de polícia”.

O dever-poder policial, que também está vinculado ao uso da força nas suas diversas atividades como a do policiamento e nas práticas da abordagem policial, tem sua legalidade enquanto procedimento respaldado no estado democrático de direito a partir o uso da força que esse mesmo estado lhes confere, além de sua legitimidade enquanto atividade primeira na prevenção do crime, levando em conta também o poder de discricionariedade, que basicamente está ligada ao “princípio de garantir ao agente público, diante de uma situação concreta, uma margem de liberdade dentre opções predefinidas, escolhendo a que mais se adequa à situação real, mas sempre visando ao interesse público” (Walmery Costa, p. 6, 2016). Sendo assim, a prática da abordagem policial, pode ser amparada pelo poder discricionário da polícia, dando margem até mesmo ao uso ilegal da força policial. A polícia está nessa interface, daquela que é autoridade legal do Estado e que media demandas “provenientes do convívio em sociedade” (Muniz, 1999).

É, por excelência, nos encontros ordinários entre policiais e cidadãos, em alguma esquina ou rua de nossa cidade, que os princípios da legalidade e da legitimidade, que conformam o abstrato “estado de direito”, são negociados, reinterpretados, experimentados e mesmo constituídos. É, pois, nas interações dos “agente da lei” com a população que a arquitetura formal dos direitos e deveres constitucionais é concretamente vivenciada, tornando-se, mais do que uma realidade “de direito”, uma realidade “de fato”, um recurso estratégico disponível e mobilizável pelos atores sociais. (Muniz, p. 35, 1999)

Sendo assim, nesses encontros entre a população dá-se a margem do diálogo, da cobrança, ou até mesmo dos confrontos entre a população e a polícia. É onde está sinalizado o papel de cada um dos sujeitos no cenário disposto.

O que a sociedade e o Estado exigem é a ação e a eficácia da polícia no combate ao crime, ou seja, não basta apenas o serviço prestado, mas a eficiência desse serviço, os resultados do mesmo. Por muito tempo, acredita-se que a polícia militar tem como fim o enfrentamento ao crime, a inibição do crime e o aprisionamento de delinquentes. Tal finalidade traz consigo o ideário de “combate ao crime”, que está não só no imaginário social, bem como também no imaginário dos policiais de maneira muito forte, quase aproximando-se do discurso de “guerra ao crime”.

Com o gradual aumento do crime violento na maior parte das grandes cidades dos países das democracias ocidentais, o discurso do “controle do crime é progressivamente substituído pelo da “guerra contra o crime”, fortalecendo no imaginário do público e da polícia a ideia do perigo iminente e da necessidade de mobilização máxima de esforços para derrotar aquilo que provoca tal circunstância. (PONCIONI, p. 06, 2005)

Ou seja, a noção de perigo constante, de cidades violentas, do risco do crime, da perda de suas propriedades particulares reforça na sociedade não só o medo do crime, mas também a ideia da necessidade de combatê-lo a qualquer custo. Consequentemente, surge a cobrança por mais segurança, e a ideia de ineficiência da polícia, principalmente quando a mídia passa anunciar situações de insegurança na rua, nos bairros, nos dados. Essa discussão reforça cada vez mais o sentimento de insegurança na população e também pressiona a polícia a mostrar resultados em seu serviço.

Dessa forma, o discurso de combate à criminalidade é legitimado não apenas pela própria instituição policial que se sente no dever de combater o crime –o discurso de combate ao crime não aparenta ter o mesmo sentido que o da manutenção da ordem, o combate ao crime exige resultados, eficiência da polícia, muitas vezes materializadas na punição como no caso do aprisionamento – bem como pela sociedade que exige ação da polícia. Já as ações que estão mais próximas da definição de violência policial ou de violação de direitos humanos, podem até ser legitimadas por uma parcela da população, mas não significa que estas se constituem enquanto práticas legais.

Muniz e Paes-Machado (2010) apontam uma definição aproximada do que seria a prática do policiamento:

O fenômeno do policiamento tem a sua inteligibilidade articulada à noção de controle social e suas dinâmicas descontínuas na vida social. Nesse recorte, ele pode ser visto como um expediente particular de controle pela ênfase no seu caráter instrumental, isto é, na sua capacidade de produzir efeito inibitório e o mais imediato possível sobre os acontecimentos e as atitudes de indivíduos e grupos. Constitui-se como um variado repertório de meios (vigiar, regular, impor, fiscalizar, patrulhar, guardar, conter, etc.), aplicados através de certos modos, para determinados fins: a sustentação de um status quo, de uma determinada visão e expectativa de ordem que se deseja obedecida e, em alguma medida, consentida pelos indivíduos ou grupos policiados. (MUNIZ & PAES-MACHADO, p. 438, 2010)

Sendo assim, o policiamento se traduz numa forma de controle social, por vezes feita por agências estatais como a polícia, mas não somente por ela. A prática do policiamento ostensivo é conteúdo disciplinar na formação dos policiais nas academias de polícia. E apesar de se constituir parte do currículo formal, a prática desse policiamento pode se diferenciar daquela vista na academia no momento em que esses policiais vão

para as ruas. Pois, como muitos deles afirmam: o policiamento de rua na prática é outra coisa (Muniz, 1999).

Muniz aponta que a prática de policiamento de rua também se traduz na construção de um novo saber policial, diferente daquele encontrado na academia e nos manuais, um saber prático. Junto a esse novo saber e a essa nova forma de trabalhar construída e dinamizada apenas com a experiência na rua, estão inseridas ações mais “enérgicas” da polícia, aquelas de maior grau da força policial. Na verdade, esse novo saber faz referência não só aos maiores desafios encontrados no trabalho de rua, bem como à discricionariedade das ações policiais, além de reforçar a dicotomia entre um saber construído coletivamente nas escolas de polícia e um saber mais individualizado (Caruso, 2006).

No que diz respeito, especificamente, à socialização profissional do policial pode-se apontar uma primeira importante consequência resultante do modelo profissional em foco - o descompasso entre o conhecimento adquirido para o desempenho do trabalho policial nos bancos das academias e a realidade na qual se realiza o trabalho cotidiano da polícia. De um lado, dentro da organização, principalmente no período de treinamento, transmite-se a ideia do trabalho policial baseado essencialmente no controle do crime e no cumprimento da lei, com ênfase na importância de sua adesão às regras e procedimentos da organização para o controle do crime nos limites da lei. Além disso, neste contexto, ele experimenta uma enorme restrição com relação à tomada de decisão nas atividades concernentes ao dia-a-dia da organização. De outro, fora da organização, ele se depara com uma grande diversidade de situações com relação às quais tem de tomar constantemente decisões que não estão necessariamente de acordo com as diretrizes, procedimentos, ordens gerais, ou mesmo com os processos formais da legalidade, mas têm por objetivo fundamentalmente a aplicação eficiente de certas leis e regras para a manutenção da ordem, muito mais do que o respeito integral à legalidade ou às regras estabelecidas pela organização. (PONCIONI, p. 7, 2005)

Ou seja, há uma série de emaranhados de experiências que vão compor a forma em que os policiais irão agir nas ruas. Essa forma não está necessariamente ligada a legalidade, mas está no âmbito da legitimidade da autoridade policial. Muniz & Paes (2010), no artigo “*Polícia pra quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento*”, vão retratar os vários policiamentos possíveis no âmbito legal e ilegal. Entre os tipos de policiamento estão: os policiamentos estatal legal e público e o estatal ilegal e público. Este último diz respeito, por exemplo, às ações policiais num âmbito público, mas de forma não autorizada, sem mandato e muitas vezes com intenções para fins próprios, como no caso das milícias no Brasil. Em contraponto, a tipificação estatal legal e pública, permite indagar a legalidade das práticas de policiamento, ou seja, com

ela é possível questionar quem e para quem se polícia e pode-se ainda problematizar as coercitividades exercidas sobre pessoas e lugares. Nas palavras dos autores:

[...]o eixo relativo à legalidade das práticas de policiamento de pessoas e territórios, nos termos do ordenamento jurídico-político em vigor, contribui para indagar sobre as dimensões do que seja a *práxis* do consentimento *de quem e para quem* policiar, um requisito fundamental para se problematizarem as coercitividades e suas formas de obediência até o limite da pura opressão. Permite, por conseguinte, compreender as instâncias de fabricação de normatividades que orientam os mandatos de policiamento, suas expressões formais, seus limbos e suas imprecisões, de maneira a salientar as práticas coercitivas que continuam informais e ilegais, por ausência de previsão legal. (Muniz & Paes-Machado, p. 442, 2010)

Além disso, segundo os estudos sobre policiamento (BAYLEY, 2001; Muniz & Paes-Machado, 2010; Oliveira Júnior, 2007; Poncioni, 2016), é nesse saber-fazer policial de rua, que os mesmos tendem a reconhecer seus suspeitos. Os códigos e saberes sobre quem seria suspeito para a polícia está principalmente no saber que eles constroem cotidianamente. A discricionariedade policial, também dá margem a escolha de características mais indicativas de um suspeito criminal considerando que não há uma definição institucional de quem abordar na rua. Tal policiamento pode ser orientado pelo que o policial vê, pela percepção que ele tem daquele território, pelo conhecimento que ele adquire em relação ao seu lugar de trabalho.

Mas o policiamento não é baseado apenas nos saberes construídos na prática, existe o policiamento constituído dentro das academias como mencionado, assim como a suspeição construída a partir do que é discutido nas escolas de polícia. A suspeição escolarizada está muito mais ligada aos comportamentos suspeitos (gestos e formas de se comportar), enquanto a suspeição construída na prática, é algo muito mais subjetivo e está ligada a noção de “fundada suspeita” (Schlittler, 2016). Tal suspeita está fundada no tirocínio policial, que é basicamente o saber pessoal desenvolvido pelos policiais que identificam “atitudes suspeitas”. Por meio dela seleciona-se elementos que podem condicionar aquele indivíduo a posição de um suspeito para a polícia. Já mencionamos o perfil identificado nos dados e em pesquisas sobre policiamento e abordagem policial de quem se enquadra na suspeição policial, esse perfil é caracterizado enquanto jovem, homem, negro e pobre. E apesar da polícia ser orientada ao uso de força mínima ou do uso progressivo da força, ocorre que:

[...] em muitas sociedades contemporâneas – sobretudo as pós-coloniais, com escassa tradição democrática ou profundas clivagens sociais e étnicas –, as organizações policiais seguem abertas às dinâmicas pré-modernas ou

tradicionais de proteção, reproduzindo práticas desiguais, discriminatórias e excludentes sobre uma parcela da população colocada à margem, ou situada na periferia do pacto social. (Muniz & Paes-Machado, p. 439, 2010)

Sabendo então que o policiamento ostensivo pode ser construído dentro e fora da academia de polícia, pois é constituído de saberes formais e saberes práticos, podemos compreender que há processos em paralelo da construção de identidade policial. Essa formação da identidade policial, está totalmente associada à forma como os policiais vivenciam o cotidiano policial e enxergam a sociedade. Estamos falando de processos de socialização dentro da instituição militar, pois as novas interações construídas dentro da caserna formam uma nova visão de mundo, uma visão de mundo policial.

Durante a vida na caserna, são criadas as identidades policiais e formada uma forte cultura institucional. É bem verdade que, há influência direta da cultura institucional na construção das identidades desses policiais, pois a cultura institucional além de criar novas formas de enxergar a sociedade, ela também cria muros, onde de um lado estão aqueles que “só” estão fazendo cumprir a lei e do outro, aqueles que podem infringir as leis a qualquer momento. Poncioni (2014), ao discutir cultura policial e identidade policial, aponta algumas características que fazem parte da identidade do policial brasileiro, são elas:

[...]clara divisão do mundo social em “nós / eles”, aguçando consequentemente a atitude constante de suspeita; isolamento social e a solidariedade em grupo, traduzida no forte corporativismo das organizações policiais; “subculturas” relacionadas às diferentes carreiras, às divisões hierárquicas (o comando nos mais altos escalões e a execução nos mais baixos escalões), funções e responsabilidades dentro da organização policial, por exemplo, entre o policial da administração (o “almofadinha”) e o policial “de rua” (o “tira”); a relação distante com o público e a afirmação do *ethos* guerreiro, paulatinamente sedimentado na identidade profissional do policial como um importante requisito para que o policial possa, “com sucesso”, realizar a árdua missão de combate ao crime. (p.419, 2014)

A relação entre polícia e sociedade há muito tempo é permeada por complexidades e essa “divisão do mundo social em nós/eles”, só reforça a dificuldade de diálogo. Stone (2003) faz uma análise da relação polícia e sociedade nas sociedades democráticas. Essa relação está baseada em exigências do trabalho policial. Segundo o autor, ela gera dilema às sociedades democráticas, são eles: a) Para a sociedade, não importa qual caminho será feito para desempenhar a função dos policiais, esse caminho tem que resultar em segurança para a população; b) É mais difícil para os policiais controlar o crime observando as restrições legais do que sem submeter-se a elas, principalmente quando

envolve metas de produtividade; c) há dificuldades dos policiais de comando em monitorar o trabalho policial de rua dos seus subordinados.

Esses dilemas, segundo o autor, geram conflitos ao policiamento, pois os policiais têm que agregar todas essas situações em seu trabalho sem ferir as exigências do Estado de Direito. (Schlittler, 2016 apud Stone, 2003). Ou seja, o policial tem que saber lidar não apenas com as exigências já estipuladas pela instituição, mas tem que mostrar também à sociedade resultados de suas exigências sem ferir a legalidade de suas ações frente à lei.

São recorrentes os destaques sobre dilemas das policiais militares brasileiras, seja na mídia, seja por meio das representações sociais advindas da sociedade, seja na própria polícia. Cada faceta da sociedade expressa essas preocupações à sua maneira. Na mídia, o discurso das ausências e falhas no combate ao crime. Na população, as críticas ao aumento do crime e a ausência policial. Nos movimentos sociais críticas às constantes abordagens realizadas em cidades periféricas como forma de despreparo policial. Na polícia, dilemas como identidade policial, o saber policial, a prática policial e o reconhecimento de seu trabalho.

A exigência por resultados, seja na requisição de mais segurança à população, seja como fins de produtividade reafirma a necessidade de um ethos guerreiro policial. Ou seja, passa-se a acreditar que o combate à criminalidade só vai ser efetivado a partir da afirmação de um ethos guerreiro. Esse tipo de discurso é perigoso quando analisamos a construção da identidade policial, pois o ethos guerreiro pode ter como base o perigo e a entrega a profissão, mas também pode ser interpretado como mais uso de força e possivelmente abuso de poder para controle do crime. Pois o ethos guerreiro também alimenta essa ideia de missão a cumprir. Ou seja, existem características na identidade profissional do policial que está vinculado a todas as representações construídas dentro e fora da academia de polícia. Construções que são influenciadas pelo modo em que o mundo policial é visto e como ele quer ser visto.

Logo, identidade e diferença são representações simbólicas socialmente construídas, isto é, não são fenômenos da natureza nem arbitrários, mas são produtos de ações sociais de sujeitos sociais concretos, em um processo sócio-histórico de criação contínuo. Ou seja, as identidades variam no decorrer da história coletiva e da biografia pessoal e dependem do contexto de definição. (PONCIONI, 2014, p. 417)

Ao falar sobre identidade, Stuart Hall (2006) afirma que a identidade é constituída num processo sócio-histórico, e por fazer parte de um processo de construção, ela está

sujeita a mudanças. O policial, antes de se tornar policial, foi um cidadão civil com suas vivências pessoais, com uma identidade construída no decorrer de sua vida a partir das experiências em que viveu. Após entrar na PM, essa identidade sofre influências de um novo contexto, do mundo policial, e pode sofrer modificações nesse processo. Não significa que esses policiais terão suas identidades anteriormente construídas apagadas, mas pode ocorrer que terão que conviver com uma nova identidade, a de policial e militar (Silva, 2011).

O que acontece é que, nesse encontro de novas experiências, saberes e interações algumas questões podem se sobressair a outras, mesmo que estes policiais nem sequer se deem conta de tal processo. Até porque o processo de inserção no mundo policial exige novas posturas, nova linguagem e uma ressocialização no mundo da caserna. Muniz afirma que,

A construção do *ethos* policial militar, ou melhor, a ressocialização no mundo da caserna imprime marcas simbólicas que são visíveis ao primeiro olhar, que se mostram evidentes logo no primeiro contato. O espírito da corporação encontra-se cuidadosamente inscrito no gestual dos policiais, no modo como se expressam, na distribuição do recurso à palavra, na forma de ingressar socialmente nos lugares, no jeito mesmo de interagir com as pessoas etc. (Muniz, p.89, 1999)

A relação com o mundo exterior ao policial sofre alterações pós entrada na Polícia Militar. Todas essas características incorporadas agora na identidade desse policial, não só influenciam na forma de se comportarem, bem como implica nas relações construídas fora da instituição e em como são vistos agora. O “fulano de tal”, que antes era só mais um civil, morador de tal região, hoje é “o policial fulano de tal”. A profissão vem antes da identificação do mesmo. A forma como esse policial será visto, não será como um civil, mas a profissão está incorporada a quem ele é hoje. Podemos considerar que a separação entre a vida pessoal e a profissão policial não acontece com tanta facilidade, principalmente em como ele é reconhecido socialmente.

Desse modo, a concepção do “ser policial” não só corresponde às características objetivas de seu trabalho, mas também, e com frequência, correlaciona-se ao significado que este trabalho tem para a sociedade e para eles, e isso tem efeitos concretos nas definições que organizam a experiência cotidiana. (Poncioni, p.416, 2014)

É nesse contexto que se criam muros, tanto pela sociedade que não se sente mais confortável em relacionar-se com alguém que tem autoridade de agir sobre ela, quanto

pelo policial que já não se sente bem-vindo em certos ambientes, grupos, locais que frequentava antes da entrada na PM. Isso faz parte dos desafios de ser policial, pois ser policial compreende também a forma em que a sociedade o vê. E para quebrar algumas barreiras é preciso reafirmar não só a identidade profissional policial em contextos necessários, mas a identidade pessoal fora do cenário profissional, seja sua identidade racial, de gênero, etc.

Agora pois inseridos a um novo contexto, esses policiais possuem características que revelam a corporação em sua identidade. A farda que agora utilizam, os lugares que deixam de frequentar e a visão que adquirem até mesmo da comunidade em que está inserido. Aquele que antes era somente morador da cidade onde trabalha, agora é aquele que aborda e isso gera alguns conflitos bem subjetivos aos policiais, bem como gera impressões aos civis.

Existe uma conexão entre formação policial, formação da identidade profissional policial e policiamento. Não há policial sem que ele passe por esses processos. Seja de formação acadêmica policial, seja de conceber o que é ser policial a partir do momento em que ele entra para a corporação, seja no que o policiamento significa para ele e para a sociedade.

Essa divisão entre um mundo policial e o mundo exterior (civil), gera não só um corporativismo, bem como constrói tipos de preconceitos e estereótipos compartilhados entre eles e que são incorporados à identidade do policial. Sendo assim, a lógica da suspeição policial, por exemplo, é baseada na maioria das vezes no que os próprios policiais consideram como atitudes ou pessoas suspeitas.

Nessa perspectiva pode-se observar que se moldam, ainda no universo da formação profissional, entre outras coisas, a linguagem, os maneirismos, os modos de pensar sobre si e sobre o mundo - social e policial-, que expressam a sua especificidade e conferem algumas características comuns a esse grupo ocupacional específico. A visão que esse grupo específico constrói não apenas sobre o mundo, mas também sobre si mesmo constituem o sistema de representações sociais compartilhado entre os policiais – a “cultura policial” – isto é, as crenças, os preconceitos e os estereótipos produzidos no interior da própria organização policial sobre as experiências concretas e cotidianas do seu trabalho. (PONCIONI, p.417, 2014)

E aqui, por fim, chegamos ao ponto em que gostaria de aprofundar: os possíveis conflitos entre a identidade policial e a identidade negra. Vimos que a cultura institucional imprime tipos de comportamento que implicam na construção do imaginário policial e influenciam nos tipos de práticas adotadas pelo policial na instituição ou nas abordagens.

Ou seja, a cultura policial tem influência direta na visão que os policiais constroem sobre a sociedade e passam a adotar práticas da caserna.

Mas aí, vamos dizer, a atuação diária vai às vezes imprimindo as ações dos outros policiais. [...] Mas o que é louco nisso tudo, assim, por ser uma cultura às vezes a gente acaba internalizando tudo isso. Então o kit peba [...] a gente acaba incorporando de forma que até as pessoas que não estão vendo aquilo ali quando passam sentem medo e o medo é construído. Então mesmo que você esteja ciente da sua... tem que ser racional e tudo mais, essa é uma construção social tão forte que nós policiais que debatemos, que fazemos isso tudo e aquilo outro, acaba se sentindo inseguro frente a essas tipologias que nós resistimos. [...] Então quando eu coloco a velhinha de cabelo branco e branca, não me sinto inseguro com ela, mesmo ela sendo uma potencial... tendo essa possibilidade de cometer crime tanto quanto um jovem negro e aí sucessivamente. Mas desconstruir isso da nossa cabeça que é o mais difícil. Nós passamos, quando entrei na polícia vinte anos já tendo algo antes disso que foi ratificado na construção institucional.” (Policial masculino, negro, praça)

Sendo assim, é possível observar a extrema influência que a instituição tem sobre a vida desses policiais, sobre a forma em que vão executar seu trabalho. E isso é reconhecido por eles. Como diz Silva (2011, p.56): “*A interação social tipifica ações e as naturaliza objetivando-as e institucionalizando comportamentos que podem até mesmo ser estigmatizadas.*”

A cultura policial cria congruências entre a identidade desses policiais e a forma em que atuam. Partindo da percepção de que a cultura policial enviesa olhares, tem-se aqui o caso estudado dos policiais negros. Eles chegam na PM com toda sua vivência enquanto pessoa negra fora da instituição e de repente se vê fazendo uso de sua autoridade policial com outras pessoas negras no trabalho policial. Um encontro racial hierarquicamente delimitado e instalado.

A maneira com que o policial negro vai enxergar o trabalho policial e vai interpretar as práticas de policiamento e todas as denúncias explicitadas pelos movimentos sociais, pode ser determinante para expressar de que local esses policiais estão vendo o mundo, se é de uma perspectiva mais crítica ou até mesmo antirracista ou se é a partir de uma perspectiva institucionalizada. E apesar do forte corporativismo ou do extremo respeito a hierarquia e a disciplina, ainda assim, os policiais não estão desprovidos de opiniões sobre o trabalho policial, reflexo disso é a quantidade de mestres e doutores que vem crescendo dentro das polícias militares que continuam a escrever sobre o cotidiano policial.

Esse encontro de identidades molda as formas de ver o mundo e as próprias relações raciais dentro da instituição. O item a seguir, trata desses encontros: o encontro

das experiências raciais entre policiais e em como eles interpretam os encontros com os jovens negros durante o trabalho policial.

2.1- Solidariedade Racial: percepção de si e do próximo

Mencionado, pois, um possível encontro racial, não somente entre os jovens negros e a polícia, bem como entre os policiais negros, surge o questionamento sobre a existência de solidariedade racial entre esses sujeitos. A solidariedade aqui em destaque está ligada principalmente à ideia de laços sociais, a partir da identificação entre um mesmo grupo étnico racial. Sabemos que tal conceito vem desde a sociologia clássica, como em Durkheim com o conceito de solidariedade coletiva, mas para fins práticos, trabalha-se com esse conceito numa perspectiva mais ligada à teoria do reconhecimento, onde a solidariedade está vinculada às relações sociais interdependentes. Este conceito é importante para se discutir reciprocidade, identidade e relações sociais interdependentes.

Stuart Hall em “Quem precisa de identidade?” (1995) traz a noção de identidade baseada numa perspectiva desconstrutiva. Significa dizer que existem conceitos que trabalham “sob rasura”, conceitos estes que possuem problemas, que já não servem mais para serem utilizados, e caso não tenham sido superados por outro conceito melhor elaborado, ficam ali presentes para nos ajudar a pensar e a continuar a produzir.

O sinal de “rasura” (x) indica que eles não servem mais – não são mais “bons para pensar” – em sua forma original não reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados.” (Hall, 1995, p. 104)

Segundo Hall (2007), a identidade seria um desses conceitos, pois: “No intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem se quer ser pensadas.”(Hall, 2007, p.104) Num diálogo com Foucault e a teoria da prática discursiva, Hall entende que é preciso pensar uma “reconceptualização do sujeito”.

É preciso pensá-lo em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma. Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, da identificação, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer (HALL, 1995, p. 105).

Aqui Hall traz o conceito de identificação que está atrelado ao de identidade, porém é pouco desenvolvido na teoria social. Sendo assim, Hall ao tentar compreender as dificuldades que o tema identidade nos traz, decide caminhar pela linhagem discursiva, e pela linhagem psicanalítica. O autor menciona que no senso comum a identificação é “construída a partir do reconhecimento de alguma origem em comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas[...]” (Hall, 2007, p. 106). Entretanto, a abordagem discursiva sugere que a identificação é um processo nunca completado, ela está sempre em processo.

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao jogo da *différencé*. Ela obedece a lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différencé*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. (Hall, 2007, p. 106)

O que Hall (2007) está tentando mostrar é que o conceito de identidade aqui delineado não é essencialista, ou seja, não é aquele conceito de um eu estático do começo ao fim que não passa por mudanças. Enfatiza ainda que essas identidades são fragmentadas e fraturadas, não unificadas. Mas são “multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos”. Estão em constante processo de transformação. No campo de dispositivos, essa identidade pode passar por vários processos onde alguns se alinham mais a algumas experiências do que às outras.

Já mencionamos que temos um grande número de policiais negros tanto na praça quando no oficialato, isso é representativo para a instituição, mas é também motivo para questionar-se: como uma instituição com um número expressivo de negros pode ainda assim ter atitudes racistas? Durante a pesquisa foi possível observar uma dupla identidade nos policiais negros, a identidade racial e a identidade profissional. Ambas não estão completamente separadas, ao mesmo tempo que se entrelaçam, e em alguns momentos são antagônicas. São antagônicas quando situações conflitantes as fazem entrar em

choque, como por exemplo: quando o policial tem que assumir o papel coercitivo com seus pares, os jovens negros; quando decidem trabalhar numa instituição como a policial que é constantemente acusada de violar direitos sociais de jovens negros e quando estes policiais não conseguem visualizar o racismo institucional.

Sendo então a cultura policial muito presente nas relações ali constituídas, a identidade racial pode passar por processos de mudança. Ao dialogarmos com Hall, chamamos atenção para essas identidades fragmentadas, as identidades posicionais, que se modificam.

Durante a pesquisa, observamos uma dualidade em como os policiais se identificam e são identificados. Quando fardados são policiais negros, quando sem farda, apenas negros. Entendemos que a justiça racial depende também da solidariedade entre pessoas negras, mas compreendemos também que a negritude é vivida de forma diferente por cada um. Isso se demonstra em nossas entrevistas ao percebemos as diferentes experiências entre policiais pretos e pardos dentro da Polícia Militar. Ser negro e autodeclarar-se enquanto negro não é sinônimo de solidariedade com o próximo.

Ao entrar na polícia, além da formação os sujeitos passam a se relacionar com a cultura policial, com o meio militar. Nesse encontro, a identidade policial pode se sobressair sobre a identidade racial. Como já mencionado, a linguagem, a forma de pensar, de agir são compartilhadas entre os policiais que acabam adotando comportamentos da cultura policial. Tal fato acontece pelo que Hall (1995) apresenta como identidades construídas.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. (Hall, 1995, p. 109)

Por mais sólidas que pareçam ser, essas identidades estão sujeitas a constantes mudanças dentro das instituições, a partir das novas vivências ali adquiridas.

As percepções sobre racismo e as experiências dos policiais entrevistados têm suas divergências. Enquanto uns não possuem relatos pessoais de situações explícitas do racismo na PM, outros têm muito o que contar sobre situações dentro da Polícia Militar. O que nos chama atenção é que, por mais que reconheçam seus pares dentro da instituição,

não há ato comunicativo ou laços sociais ali firmados para compartilhar essas experiências entre os mesmos. A prática de solidariedade afim de constituir ajuda mútua entre os policiais negros não é vista.

Entrevistadora: Você sente uma ressonância em relação a outros policiais negros com você, praças, de chegar [nele]? Ou isso é tão assunto tabu que nem alguém que seja negro praça consegue ver em você alguém que ele pode falar “pô, coronel...”?

Não, ainda é tabu. Porque nem todo negro viveu e vivia a fala do negro. Nem sempre eu vivia a fala do negro. Eu vivia a fala do instituto no qual eu entrei. Eu fui ter maturidade racial pouco tempo. Assim, teoricamente dentro da minha carreira, basicamente quase metade dela, eu passei na ignorância. Então tem até um fato que aconteceu na Copa das Confederações estava tendo um jogo, Portugal e não sei o que mais, já tinha acabado o jogo e a gente colocando o pessoal para fora e chegou um português negro e reclamou que estava sendo constrangido, aí eu falei assim, que a gente estava colocando para fora, aí ele: “Não, você está fazendo isso porque sou negro”. Falei assim: “Não, eu sou negro também, eu estou fazendo isso, porque você tem que ir embora, porque acabou, acabou, acabou!”. Aí ele até ficou meio assim, mas nem sempre eu tive discurso de olhar o negro como negro diferente. É interessante isso, meu deus do céu. Porque, por exemplo, eu negro fardado vou ao supermercado, tem um senhorzinho lá negro limpando, aí eu “E aí”, do tipo “e aí, irmão”. [o entrevistado se emociona]. Ainda é um discurso de senzala. (Bernardo¹⁶, Tenente-Coronel, negro, 25 anos de PMDF)

As experiências não são as mesmas, assim como o discurso não é o mesmo. Eles até se reconhecem e sabem que pertencem a um mesmo grupo social, mas compartilhar dessas experiências, falar sobre o tema não é algo recorrente entre os policiais e muitas vezes passa até despercebido. Isso se comprova durante as entrevistas, percebemos nos discursos momentos de solidão na PM. Experiências doloridas e pouco compartilhadas, entrevistas muito emocionadas. Ajuda mútua por meio do reconhecimento do grupo racial a qual pertencem é importante para construir além de laços de apoio, caminhos para uma polícia mais humana. Essa percepção seria importante e válida tanto entre policiais quanto na constituição de uma nova visão acerca da juventude negra. Durante as entrevistas

¹⁶ Todos os nomes inseridos nessa pesquisa são fictícios para preservar a identidade dos policiais entrevistados. As falas identificadas com nome, servem para ajudar na leitura dos retratos sociológicos mais à frente.

apenas uma fala chamou atenção para um tipo de solidariedade numa situação ainda no Curso de Oficiais:

Teve uma situação que aí sim eu diria que poderia ser racial. Não porque eu avaliei como racial, mas porque um outro policial, um sargento na época, veio conversar comigo. Eu tive uma nota de português que ela não ficou abaixo do mínimo, ela estava baixa, né, então vamos supor, a média era 5, eu devia tá lá com 5.5, 5.8, e aí esse policial, não vou lembrar o nome dele, chegou para mim, ele era da [coordenação], chegou para mim e falou assim, “cadete, a senhora por favor tente elevar a sua nota de português, porque existem pessoas aqui dentro que estão trabalhando para tirar a senhora, a senhora me entende?”. Aí, eu falei “me tirar porquê?” Aí ele só fez assim, com a mão no braço, né, aí eu falei assim “tá pode deixar que eu vou tentar aumentar a nota”. Aí eu tive esse cuidado de aumentar a nota, mas eu nunca fiquei sabendo quem foi, quem não foi, ele também era negro e ele deu esse toque, né, para eu não vacilar. (Elisa, Major feminina, negra, 19 anos de PMDF)

Nessa fala observa-se muito além de uma experiência que comprova um episódio de solidariedade, mas comprava também um ato discriminatório interpretado por um outro colega de trabalho que se sentiu no dever de alertá-la. Uma das lutas do movimento negro é justamente por solidariedade racial, pois com ela busca-se a justiça social. A falta de solidariedade entre os negros é resultado do mito da democracia racial, que individualiza os indivíduos e suas experiências e que retira a qualquer iniciativa de solidariedade negra. (Pinto, 2010).

2.2 - A polícia que humanizou: a profissão que dignifica

Em *Pele Negra e Máscaras Brancas*, Frantz Fanon (2008) afirma ter como interesse principal a descolonização do negro, para que pudesse assim reconhecer sua identidade de forma a não querer parecer-se com o branco. A partir de uma perspectiva decolonial, Fanon traz a discussão sobre a zona do não-ser, espaço esse habitado pelo negro, onde o próprio “olhar imperial do branco o fixou nessa zona” (Bernardino-Costa, 2016, p.507)

Ao considerar que o racismo hierarquiza pessoas entre superiores e inferiores, Fanon explica que a zona do não-ser é:

uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos. (FANON, 2008, p.26)

A zona do não-ser seria essa zona sem oportunidade, sem reconhecimento, sem humanidade, onde o negro é alocado. A zona do ser é a zona do branco e para o negro ascender a zona do ser, ele sente que precisa então parecer-se com o branco. Nesse ponto, Fanon fala da então composição das máscaras brancas. A zona do não-ser estabilizada pelo branco é espaço de falta de reconhecimento, de inferioridade e desumanização.

Zona do ser e zona do não-ser é uma divisão maniqueísta imposta pelo colonialismo. Embora o olhar imperial queira produzir cada uma dessas zonas como homogêneas, para Fanon nenhuma delas é homogênea. Entre os não-seres, inferiorizados pela cultura imperial, há uma outra divisão: entre sub-humanos e não-humanos. (Bernardino-Costa, 2016, p. 508)

No texto “A prece de Franz Fanon”, Bernardino-Costa explica o que seria a divisão entre sub-humanos e não-humanos e destaca que foi nesses escritos que o conceito de interseccionalidade aparece em Fanon. No exemplo a qual o texto se debruça, o Antilhano, nesse caso, é considerado sub-humano, enquanto os africanos estariam como não-humanos, inferiores aos antilhanos. Percebe-se que embora ambos sejam negros, um ocupa a zona do sub-humano e outra do não-humano, pois estes lugares além de não serem homogêneos, possuem diferenças de classe, gênero, nacionalidade, etc. Sendo assim, o mundo colonial cria escalas até mesmo entre negros, os mais aceitos e aqueles que de forma alguma são bem vistos. Voltaremos nisso mais à frente.

Segundo o autor, o maniqueísmo colonial desumaniza o colonizado, o que gera o sentimento de inferioridade.

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. (Fanon, 2008, p. 180)

Nesse momento, Fanon faz referência ao conceito de reconhecimento em Hegel. No qual ele afirma que é necessário reconhecimento mútuo entre os sujeitos e só por meio disso o sujeito se torna humano. Não havendo reconhecimento, os conflitos surgem.

Honneth (1999), a partir das reflexões feitas por Hegel traz novas perspectivas para a teoria do reconhecimento. Ele se propõe a analisar a gramática moral dos conflitos a partir da noção de construção de identidade, por meio da autorrealização dos sujeitos ancorada no mútuo reconhecimento, que também é marcada por uma base motivacional afetiva (Mattos, 2012).

Os conflitos intersubjetivos, como trata Honneth, servem não somente para conhecimento da individualidade humana, bem como atuam de forma positiva ou negativa na identidade dos sujeitos, pois essas identidades são construídas por meio dos vínculos ali constituídos. O que faz com que tais caminhos sejam positivos é o reconhecimento intersubjetivo. Não obstante, Honneth acredita que os conflitos sociais existentes, só existem porque têm como foco principal a luta por reconhecimento.

Durante as entrevistas, muitos policiais demonstraram serem gratos à polícia, pois de alguma forma ela deu dignidade a eles, os levou a ascensão e ao reconhecimento. Como se a polícia tivesse os tornado mais humanos. O sentimento de que a profissão ofereceu dignidade a eles, nos leva a questionar: antes da PM, esses sujeitos sentiam-se menores diante da sociedade? Se a polícia os fez serem reconhecidos, volta-se a zona do não-ser quando este são apenas civis? A farda é muito simbólica para esses policiais, por meio dela identifica-se alguém digno de respeito. E aí voltamos a Honneth, o desrespeito motiva à luta por reconhecimento. A negação do reconhecimento social em Honneth desperta a luta por reconhecimento.

Já para Fanon, a estigmatização do negro, o não reconhecimento de sua humanidade, reflete diretamente na sua identidade ou para se afirmar, como uma das saídas sugeridas por Fanon (2008), ou para aflorar ainda mais o sentimento de inferioridade.

3 - POLICIAIS MILITARES NEGROS EM CARGOS SUPERIORES E SUAS TRAJETÓRIAS

Este capítulo trata sobre a temática da ascensão social do negro no Brasil, (em especial na Polícia Militar) com o intuito de trazer as narrativas dos entrevistados que

retratam as complexidades de ser negro e ocupar cargos de escala superior. Além disso, apresentou-se aqui as trajetórias de 3 dos nossos entrevistados que permitiu com que fossem construídos seus retratos sociológicos, a partir das experiências individuais nos diversos contextos de suas vidas até a chegada à profissão, revelando as formas de ver, sentir ou agir dos atores (Lahire, 2004).

3.1 - Ascensão Social do Negro na Polícia Militar: os cargos superiores

Ao falar de ascensão social no negro no Brasil, é preciso considerar pelo menos duas vertentes teóricas importantes registradas por alguns pesquisadores desde a década de 1940 (Osório, 2004). A primeira vertente, ainda nas décadas de 1940 e 1950 está ligada a ideologia da democracia racial no país, onde se defendia a tese de que negros estavam nos estratos inferiores da sociedade por possuírem um passado escravocrata que colocava negros nas condições mais baixas que qualquer ser humano poderia sobreviver. Esse passado se arrastou por longos anos e deixou resquícios. Nesse momento, acreditava-se que o preconceito de classe se sobrepunha ao preconceito de raça, pois assim como outros grupos sociais, os negros tinham dificuldades em ascender socialmente, mas com desenvolvimento econômico, as desigualdades raciais tenderiam a desaparecer. Além disso, a mobilidade social de alguns negros, principalmente os de pele clara, em ocupações de prestígio era sinal de ausência de preconceito racial e por muito tempo disseminou-se essa ideia. (Osório, 2004).

A mobilidade social dos mulatos, a presença de “gente de cor” entre as elites, ainda que em pequeno número, eram argumento forte a favor de tal visão, e foi objeto de análise tanto dos que o acreditavam, quanto dos que o questionavam. (Osório, 2004, p.07)

Autores como Donald Pierson (1942) e Gilberto Freyre (1933) foram essenciais para difusão desse pensamento, alegando ainda que essa mobilidade dependeria de fatores como *“origem familiar, investimento em capital humano (educação e qualificação profissional), além da capacidade de aproveitamento das oportunidades existentes”* (Souza, 2011, p. 02). Freyre (1933) teve papel fundamental na difusão do pensamento de que vivíamos de fato numa harmonia racial.

Num segundo momento, autores como, Florestan Fernandes (1972), Oracy Nogueira (1998), Fernando Henrique Cardoso &, Otavio Ianni (1960), entre outros destacaram-se por seus estudos sobre mobilidade, levando em consideração a discussão

sobre classe social. A partir de estudos empíricos, esses autores pontuaram que existem barreiras raciais para ascensão social dos negros (Souza, 2011). Além disso, perceberam que “a cor era fator importante na determinação do *status* e das oportunidades de ascensão social” (Osório, 2004, p.12), pois até então pretos e pardos continuavam sobre-representados nas classes baixas. Por mais que tivessem negros em classes mais altas, essa quantidade era estável, o que garantia uma maioria nos estratos mais baixos e conseqüentemente um “status de coletividade” inferior para negros. Esses estudos foram importantes para mostrar que o Brasil não era um paraíso racial, como demonstrado por outros autores como Freyre, e que as desigualdades não eram somente de classe, mas haviam barreiras sociais que impediam que uma minoria negra ascendesse, enquanto outra parte estava submetida à pobreza.

Junto a isso, Florestan Fernandes (1965) apontou que apesar da sociedade de classes ter avançado com certa rapidez no Brasil, os negros ainda estavam em desvantagem pelo passado escravocrata que os acompanhavam e pelo racismo, resquício deixado pelo colonialismo, que vinha a se remodelar e atuar de maneira a barrar a ascensão de negros na sociedade de classes. Por esse motivo, o processo de inserção do negro nessa sociedade de classes aconteceu lentamente, pois era de fato organizada para os brancos. Florestan pontuou ainda que, para que o negro viesse ascender socialmente, ou seja adentrar a esse mundo dos brancos, era preciso aderir à ideologia racial dos brancos. Esse processo é conhecido como embranquecimento, ou branqueamento.

Fanon (2008) em “Pele Negra e Máscara Branca” é pontual em dizer que o mito da democracia racial trouxe interpretações errôneas sobre a condição do negro na sociedade. A ideologia do embranquecimento foi por muito tempo um dos caminhos que pessoas negras enxergavam como ascensão social. Falar como o branco, agir como o branco era a forma de serem aceitos nos ambientes dos brancos. O mito da democracia racial criou a ilusão de que não haviam barreiras raciais para ascensão. Ter negros (mesmo que em baixo número) em locais de prestígio era assumir uma sociedade brasileira harmônica. Mas a verdade é que esse tipo de discurso escondeu a devastação que foi esse período.

Partindo da hipótese de que essas desigualdades raciais são herança de um passado escravocrata, Florestan Fernandes (1965) procura demonstrar que existem barreiras raciais que impedem a mobilidade social do negro. O autor apontou que, o racismo como um componente histórico é fator principal na sobrerrepresentação de negros em estratos inferiores, enquanto que brancos estão em estratos superiores. Essa sobrerrepresentação

gera disparidades entre as oportunidades de mobilidade logo de início, pois há um número muito maior de negros do que de brancos começando debaixo. O racismo atua ainda nas oportunidades de mobilidade intra-ocupacionais, considerando que ele marca diferenças entre os atores como: acesso à educação, habilidades profissionais e até mesmo nos objetivos e desejos do grupo discriminado, pois a internalização da ideologia racial age de forma a controlar até mesmo as aspirações. (Osório, 2004)

A partir de outro marco interpretativo, Hasenbalg (1979) traz mudanças para a discussão sobre a questão racial no Brasil. Ao contrário de Florestan Fernandes, Hasenbalg traz uma discussão que supera o discurso da herança escravista para mobilidade social. O autor faz uma nova análise sobre os aspectos ideológicos da questão racial no Brasil, para explicar o desafio da mobilidade social do negro. A partir de estudos quantitativos onde se analisou o desenvolvimento das desigualdades raciais brasileiras, o autor consegue demonstrar um ciclo de desvantagens cumulativas aos não-brancos.

Sendo assim, com o passar do tempo, e após o desenvolvimento econômico do país, estudos colocaram à prova o que já tinham como hipótese: a dificuldade de mobilidade social do negro está para além da questão escravocrata ou de classe. Estudos compararam brancos e negros do mesmo nível socioeconômico e mostraram que os brancos ainda tinham maior facilidade de ascensão do que os negros, pois a facilidade de aceitação era maior na sociedade. Sendo assim, havia ainda ideologia racista forte e presente nas relações sociais, nas instituições das mais variadas formas que dificultavam a mobilidade desses sujeitos e que foram reproduzidas por várias gerações.

Sendo assim, o mito da democracia racial reforçou o lugar que a sociedade impunha ao negro, o lugar de subalternidade. Para sair desse lugar era exigido do negro uma série de atitudes que o fizesse se destacar a ponto de ser aceito em determinados locais. Ou seja, para atingir locais de prestígio ou ascender socialmente era necessário assemelhar-se aos brancos, de forma a demonstrar essa semelhança por meio da linguagem ou de comportamentos, renegando a cultura de seu grupo.

Contrária a essas análises, num estudo sobre ascensão social dos negros, Figueiredo (2002) critica as abordagens tradicionais sobre o branqueamento que se apresenta como chave interpretativa para o fenômeno da ascensão, que diz que quando um negro se movimenta na escala da ascensão, ele se assimila mais aos valores brancos e se distânciava de suas origens. A autora menciona que tal fato, se justifica pela ausência de solidariedade entre negros e afirma que novas abordagens são necessárias para estudar a ascensão negra no Brasil a partir das experiências entre os próprios negros.

No seu estudo *Novas Elites de Cor* (2002) onde trabalha especificamente com profissionais liberais de Salvador/BA, a autora identifica que os negros que subiram na escala social não se distanciaram de suas origens, como mostraram várias pesquisas anteriores, pelo contrário, esses sujeitos faziam uma ligação entre status e negritude, num sentido mais aproximado ao de orgulho racial e por esse motivo, ela insiste que devemos dar voz a esses interlocutores para contar suas experiências nesses novos lugares sociais.

No que diz respeito a ascensão social é interessante refletir sobre o perfil racial da PMDF, principalmente após os requisitos criados para a entrada de novos ingressantes. Ainda em 2005 deu-se início a uma discussão interna na PMDF que debatia a exigência de curso superior no processo de recrutamento. Essa exigência só aconteceu de fato a partir de 2009, com a sanção da Lei 12.086/2009, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras dos policiais militares do DF. O Projeto Policial do Futuro, proporcionava a formação acadêmica para policiais que não possuíam curso superior, pois objetivava aumentar o nível de escolaridade de toda a corporação. Esse mesmo projeto passou a exigir o curso superior para os novos ingressantes. Aliado a isso, surgiram tentativas de exigência do curso de Direito para entrada no Curso Superior de Oficiais na PMDF, mas essa tentativa não teve êxito.

Já mencionamos que a polícia militar é considerada porta de entrada para a ascensão social de negros. Dentre as graduações de Praças quanto nas patentes de Oficiais há um número considerável de pretos e pardos, principalmente entre as praças. Entre os oficiais, esse número ainda é menor que o contingente de oficiais brancos. Dessa forma, nos cargos mais altos da PMDF, ainda temos uma maioria de policiais brancos. Quando falamos então de cargos como o de Chefia do Estado-Maior, essa representação cai mais ainda, ao considerar todos que passaram por esse posto.

Durante nossas entrevistas, chegamos a perguntar para nossos entrevistados se eles achavam que após exigência de curso superior na PMDF houve mudança no perfil racial da instituição. Alguns interlocutores notaram mudanças, sobretudo em relação à idade dos novos integrantes. Outros pontuaram que sim, acham que essa nova exigência pode ter acarretado mudanças no perfil racial, *um embranquecimento da corporação*.

Considerando que, a polícia militar é um espaço de ascensão social negra, é interessante supor que, com essa mudança na forma de ingresso na PMDF pode ter acometido alguma mudança no perfil racial da mesma, principalmente ao refletir sobre

os dados educacionais¹⁷ no Brasil que nos mostra que grande parte da nossa população negra não possui ensino superior completo. Esse tipo de exigência não só aqui, mas em outras PM's, cria uma régua que media quem pode entrar e quem não pode entrar na polícia militar.

Dessa maneira, exigir curso superior para a entrada na PM pode acatar na exclusão de quem de fato gostaria de construir uma carreira dentro da polícia e não utilizá-la como trampolim para outros concursos como vem a acontecer nos últimos anos. Isto é, esse processo pode dar seguimento a um embranquecimento da polícia militar em razão desse corte específico. Talvez essa seja uma questão em aberto para uma possível agenda de pesquisa: qual perfil da PMDF pós exigência do curso superior e o que mudou?

A nossa amostra para essa pesquisa tem como público policiais do oficialato e por mais que a ascensão tenha chegado para nossos entrevistados, a discriminação, e as experiências do racismo não desapareceram. Sentir-se fora do lugar, ainda é um sentimento comum no dia a dia de trabalho, principalmente para aqueles que experienciam a cobrança de ter que mostrar sempre o melhor naquilo que foram designados.

Figueiredo (2004) aponta três fatores resultantes dessa desconfiança com relação aos negros que ascendem, são eles:

“1) do baixo percentual de negros em posições sociais mais elevadas; 2) da construção social sobre o negro que o coloca sempre em uma posição econômica e simbólica inferior à dos brancos; e 3) da construção sócio-antropológica da categoria negro que tem construído uma incompatibilidade entre ser negro e poder desfrutar dos bens associados à modernidade. (Figueiredo, 2004, p. 202)

E acrescentaria que, no caso dos nossos policiais, existe ainda no senso comum a ideia de que profissões que exercem poder, como no caso dos cargos de comando da polícia militar, não é lugar para negros, uma vez que o lugar deles é do outro lado da história, o lugar do delinquente ou mesmo dos cargos mais baixos. Ou seja, há uma incompatibilidade entre ser negro e ocupar cargos de alto-escalão, pelo que destacou Figueiredo: historicamente há baixo percentual de negros nessas posições sociais elevadas e isso gera estranhamento.

Perguntamos aos nossos entrevistados porque escolheram a polícia como profissão:

¹⁷ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf.

Na verdade, o que que aconteceu? Eu estava estudando na UnB, fazia química e eu conheci um bombeiro como eu estudava na UnB, trabalhava a tarde no INSS e estudava na UnB à noite, e dava aula de manhã nos colégios públicos. Aí ele “pô você trabalha de manhã, vai fazer o CFO”, e eu, “o que que é o CFO?”. Apesar do meu pai ser militar eu não sabia o que era o CFO. E aí, ele chegou e falou “ah, faz o CFO do bombeiro, você vai ver, vai ser melhor, vai ser oficial, vai trabalhar comigo”. Aí eu fiz, passei, mas aí na época eu tinha miopia, não sabia como que funcionava o sistema, fui excluída do CFO, aí depois fiz para PM e Bombeiro, porque na UnB, antigamente, você fazia os dois com uma única inscrição. E aí eu fiz para os dois. Aí em 98 eu passei nos dois. Fui chamada para a PM primeiro, só que aí teve uma falcatrua no edital, não sei se eu posso dizer essa palavra, mas houve um problema. Me colocaram numa situação de pendência e depois eu não consegui voltar, mesmo pela via jurídica e tal, não consegui, aí fui excluída. Aí depois fiz de novo, acho que em 99, acabei entrando em 2000. (Elisa, Major feminina, negra, 19 anos de PMDF)

Olha, de qualquer jeito eu queria ser militar, eu estudei em colégio militar, sou filho de militar, meu pai é da Força Aérea Brasileira, então uma coisa ou outra eu... E lá em casa somos quatro e só eu sou militar. Meu irmão é professor da UnB do departamento de música lá, a minha irmã é professora da fundação e a outra irmã do SESC e só eu militar. De qualquer jeito eu ia ser militar. Ou das forças armadas ou bombeiro, não me vejo fazendo outra coisa. (Tenente-Coronel masculino, negro, 28 anos de PMDF)

Na verdade, eu queria ser do Corpo de Bombeiros, estudei no Colégio Militar e... Sou filho de militar. Eu já namorava minha atual esposa, então não queria sair de Brasília e queria ser militar. Então eu não queria ir para EsPECx. Aí falei: não vou fazer concurso para ser oficial da polícia, oficial do bombeiro. Só que no mesmo ano eu fiz também inscrição para PM, passei para o Bombeiro e para a PM, mas na parte do exame médico fui reprovado no bombeiro e aí eu me descobri na polícia. (Bernardo, Tenente-Coronel masculino, negro, 25 anos de PMDF)

Eu tinha 17 para 18 anos e a família pobre naturalmente, só que eu já tinha terminado à época o primeiro grau, e aí aquela velha ordem do pai “bom, até agora nós deixamos você sonhar e tal, tem que trabalhar”. Ok, tranquilo. Aí pintou esse concurso, era primeiro grau, então assim, num primeiro momento não foi nenhum tipo de vocação, vocacionado, sonho ser um policial. Em princípio era ser jogador de futebol e músico, eu já era músico de uma banda escolar e aí pintou o concurso e eu “bom, uma ótima oportunidade”. Fiz sem nenhuma pretensão, para dar uma resposta até para os pais. Mas passei. E aí ingressei em 1991, mas não tinha assim, não era meu sonho, não era uma

vocação, sonho era ser jogador de futebol. (Marcelo, Major masculino, negro, 28 anos de PMDF)

Então eu entrei na polícia para bancar os meus estudos e por que eu escolhi a polícia? A terapeuta até me perguntou: por que? Por que escolher um espaço que é basicamente dominado por homens? Que aí assim a figura da mulher é uma novidade, né e a gente na verdade é diferente, é um espaço basicamente que foi ocupado por homem. A gente está agora tendo muita visibilidade, mas ainda assim ainda é pouco, né. [...]eu fui refletir e foi basicamente por que? A corporação como eu tive uma trajetória assim muito difícil, estudei em escola pública, era pobre e assim, os pais também não eram bem estruturados e tudo mais, então na polícia militar eu vi que eu poderia atuar de igual para igual, que é mais complicado em outros lugares, na iniciativa privada e tudo mais. Então, por isso eu escolhi fazer o concurso na época de soldado da polícia militar de Minas Gerais e fui, tirei em primeiro lugar e tudo mais né. Então eu falei “não, eu tenho que ter um trabalho que me permita subsidiar tudo, toda minha trajetória até chegar lá. E aí entrei na Polícia Militar de lá e depois fiz o concurso público daqui () saí de lá e fiz aqui. [...]Então, basicamente a escolha da corporação foi nesse sentido que no mesmo momento que eu acho que ela é um espaço dominado por homens, mas quando você entra de uma certa forma você consegue lutar em pé de igualdade, até porque as funções são as mesmas, os salários são os mesmos. Então foi essa a questão do estudo. (Major feminina, negra, 22 anos de PMDF)

Aqui temos uma diversidade de justificativas para a entrada na Polícia Militar. Três policiais têm algum familiar que já era militar e serviu de incentivo para a tomada de decisão. E é interessante observar que ter familiares dentro da PM é também símbolo de representatividade, pois significa não só um incentivo, bem como demonstra que há chances reais de entrar para a instituição. A polícia se torna não somente uma porta de entrada para ascensão, mas se revela um caminho para fugir dos roteiros estereotipados criados pela sociedade e destinados aos negros, sobretudo homens negros. Nascimento (2015) num artigo sobre ascensão social negra, afirma:

Ora, sabemos que a categoria representatividade é uma agenda política de vários segmentos do movimento negro brasileiro. Os mesmos acreditam que a visibilidade negra é importante para produzir no imaginário negro a noção de acesso a determinadas carreiras ou postos educacionais. Em outras palavras, ter visibilidade acarreta algumas possibilidades ao longo da vida e a falta dela

também pode criar um ideário popular de que determinadas funções devem ser ocupadas por determinados grupos étnicos. (Nascimento, 2015, p. 07)

Sendo assim, ter uma maioria negra ocupando cargos ou carreiras importantes na polícia pode servir de incentivo para outros, pois essa visibilidade gera expectativas positivas em relação a uma possível ascensão e ocupação de um espaço que também pode ser do negro. É interessante pensar nisso visto que nossa polícia é uma das que mais mata e mais prende o povo negro. Mas também é uma das profissões que mais recrutam o povo negro. E por mais que, ter pessoas negras num espaço de poder não significa necessariamente uma polícia menos racista, ainda assim é importante ressaltar que a polícia mudou a vida desses policiais e que futuramente eles podem ser a mudança na instituição e no trabalho policial com ações e de longo prazo, mas eficazes, como no caso do Protocolo de Enfrentamento ao Racismo, descrito no capítulo 1.

Ainda nas respostas dos entrevistados, identificamos nos dois últimos casos uma relação direta com necessidades financeiras que fizeram com que esses policiais optassem pela polícia militar como profissão. O primeiro afirma ter prestado o concurso, porque já estava sendo pressionado pelos pais para ter uma independência financeira e afirma ainda que não foi algo vocacional, mas uma necessidade de dar um retorno à família. No último caso, a major afirma ter visto na polícia uma porta não somente de ascensão por meio dos estudos, bem como um lugar que, segundo ela, estaria a pé de igualdade profissional com policiais homens. Aqui é preciso fazer uma observação, está claro que há uma discussão de gênero perpetuando essa fala, mas voltaremos à discussão mais à frente.

O caráter inclusivo atribuído à Polícia Militar não inibe dos policiais as experiências de discriminação racial dentro da própria PM. Em função disso, para escapar dos maus olhares ou de julgamentos carregados de preconceito em relação a competência desses policiais, os interlocutores sentem a necessidade de que precisam mostrar que são sempre muito bons no que desempenham e que de fato possuem clara aptidão de cumprir com a função que lhe é confiada na polícia. Ou seja, é preciso estar sempre à frente dos seus colegas no desenvolvimento de seu trabalho. Perguntamos aos nossos entrevistados como que era ser um oficial negro na PM e eles foram nos relatando algumas dessas experiências:

Olha, durante muito tempo é aquela história assim, aquele velho ditado: “se não fizer no começo, vai fazer no final”. Merda, né. É... [o entrevistado se

emociona aqui] Muito difícil, muito difícil, porque você sempre tem que estar... Você nunca está numa base. Você tem que estar bem, você tem que estar sempre melhor, você tem que saber, você tem que ter... É o que eu chamo de o validador de discurso. Então, não basta ser só oficial, tem que ter uma pós-graduação, tem que ter um mestrado, tem que ter um validador de discurso, porque a minha cor da pele ela... Só que é um choque. (Bernardo, Tenente-Coronel masculino, negro, 25 anos de PMDF)

Olha, pra mim sempre foi sinônimo de muita luta. Uma coisa que eu costumo dizer sempre é que você precisa provar duas vezes que você é bom. É toda hora você falar isso para você. “Eu sou competente, eu sou boa, eu estudei, eu fui atrás, eu lutei”. Essa é a sua luta diária, você não pode, você não pode se desprender disso. Porque no momento que você se desprende disso, vem alguém para lhe dizer que você não é. E o segundo momento é aquele que você efetivamente tem que mostrar a mais do que o outro policial que está do seu lado. Então assim, eu lembro que quando eu era aspirante eu cheguei () dois amigos da minha turma, amigos mesmo, são meus amigos hoje de frequentar a casa e tudo mais. E a gente chegou junto, com a mesma formação () eu sou mais séria no trabalho, eu não sou de ficar brincando, nem conversando, nem falando. E aí o que que aconteceu? Meu chefe era gaúcho, loiro, do olho claro, eles já tinham alguns episódios de racismo ou preconceito com outras pessoas () e aí teve uma reunião lá em que eu não estava presente e aí um desses () chegou e falou “olha, eles falaram que acha você um pouco mais fraca do que a gente”. Então assim, eu tive que provar que eu não era fraca. Aí você tem que mostrar alguma coisa a mais, de repente uma ocorrência de comércio, um assalto a comércio, ou até mesmo um serviço, você não pode errar, porque se você errar, você confirmou. Então assim, é assim que eu me sinto, tendo que provar o tempo inteiro que eu tenho algum tipo de competência. Não basta só o currículo. (Elisa, Major feminina, negra, 19 anos de PMDF)

Nas respostas acima, vemos o cansaço nas falas dos nossos entrevistados, o cansaço de ter que provar a todo momento que são bons naquilo que fazem. E mesmo com tantos títulos em seus currículos esses conhecimentos ainda são questionados. É preciso ter algo formalizado que *valide o seu discurso*, como no caso de uma pós-graduação ou uma especialização na área em que trabalha. Na primeira fala, o interlocutor nos relata aos prantos que é difícil ser um oficial negro num mundo onde sua potencialidade não é reconhecida muitas vezes, onde suas qualificações são colocadas em cheque e sua autoridade é questionada. Não basta mostrar que você possui uma bagagem acadêmica considerável, é preciso mostrar mais que isso. É preciso mostrar que você é

tão bom quanto ao policial que está contigo na mesma rotina de trabalho. E se esses policiais demonstram um momento de fraqueza, ou se erram, não importa o cargo, serão questionados na sua essência, é como se perdessem naquele momento seu status e passassem a ser desacreditados, porque “*se não fizer no começo, vai fazer no final. Merda ne?*”. Além dessa batalha diária de ter que mostrar aos outros o melhor de si, ainda existe uma batalha interna de ter que se reafirmar para acreditar em si mesmo, lembrar que você é competente e que possui conhecimento suficiente, porque se qualificou para tal atividade. Aquilo que Fanon (2008) nos diz: é preciso que o negro se liberte de seu arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial, esse complexo de inferioridade criado pela branquitude.

Visualizar e aceitar negros em cargos de comando não parece ser adequado ou responsável. Essa é uma das formas em que as/os entrevistadas/os identificam racismo dentro da instituição em relação aos seus pares. E afirmam que todos os dias é uma nova luta para reafirmar que são bons e capazes naquilo que fazem e mesmo com tantos anos de corporação, situações como essa ainda aparecem. Como diria a epígrafe de Lélia González (1983): “Não é à toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”. (p. 01) A exigência de qualidade na prestação do serviço e a vinculação de que o serviço prestado por elas/es não pode causar problemas é um impasse para essas/es policiais e para isso elas/es devem afirmar-se a todo momento. Situações como essa revelam um tipo de racismo sutil e velado. E mais, parece influenciar até mesmo na promoção desses policiais para outros cargos.

Essa é uma dor que Fanon (2008) nos relatou. A zona do não-ser em que a branquitude criou, faz com que negros se sintam inferiorizados e invisíveis aos olhos da mesma. Há um complexo de inferioridade do colonizado, segundo Fanon, onde o negro passa a agir, pensar e falar como branco, mas ao se deparar com o olhar da branquitude tudo isso muda, pois aí as máscaras brancas caem: *quando o colonizado sai do seu lugar, o olhar imperial tentará restituí-lo à sua posição “natural”, à zona do não-ser, por meio da violência simbólica ou física.* (Bernardino-Costa, 2016, p.510) Fanon deixa claro que é contra isso em que o negro deve lutar, assumindo o enfrentamento contra essas opressões e trazendo o negro a sua humanidade, apropriando-se de sua cultura e suas origens.

O autor fala ainda sobre duas condições de existência para o negro: uma para o branco e outra para seu semelhante. Na condição de existência para o branco, o negro deve mostrar-se digno de respeito, conhecedor e civilizado, como no caso dos nossos

entrevistados. Para ser reconhecido no lugar em que se encontram, é preciso ter êxito em suas funções para mostrar-se digno de respeito. Sendo assim, a falta de reconhecimento no cargo é uma experiência em comum principalmente entre policiais pretos:

Entrevistadora: Esses preconceitos são inibidos por você tá fardada?

Não. Ele existe, eu posso estar com mil estrelas aqui [aponta para o ombro], se o cara tiver dirigindo para mim e for branco, a vítima se dirige pra ele, não é pra mim não que sou comandante não. Outro dia até eu deixei, conversou, conversou, conversou, aí chega uma hora que tem que tomar a decisão do que que vai fazer, né? Aí o policial, “olha, eu sou só o motorista, o comandante é ela”, aí que a pessoa, vai parar pra pensar, né? (Elisa, Major feminina, negra, 19 anos de PMDF)

Tenho andando muito fardado agora quando voltei, né, e ela [filha dele] falou assim: “Meu deus, pai, como as pessoas te olham”. Eu falei assim “por que? Você vê um tenente-coronel, vê um monte de estrelas no ombro do cara e o cara é preto”. É isso. [se emociona] Por isso todo mundo olha. Isso impacta ainda. Na caixinha dos vencedores ele não pode estar, cara. Não pode. Aí fica assim. E isso impacta profissionalmente quando você tem um comando inseguro. Porque o comando inseguro o que ele vai fazer com você? Ele vai te pisar, ele vai te esconder. Então como Deus me dá para fazer onde quer que eu faça, toda vez que tentaram me esconder foi pior, porque onde eu estou, Deus me dá umas ideias loucas e a coisa rola. Aparece e vai, vai. Mas essa coisa acontece. **E a estética militar facilmente acomoda o racismo. Acomoda.** (Bernardo, Tenente-Coronel masculino, negro, 25 anos de PMDF. Grifo meu)

Os relatos acima nos mostram uma percepção gerada no imaginário das pessoas quando precisam recorrer a uma autoridade policial. Percepção essa de que a maior autoridade naquela viatura seria de alguém distinto ao policial negro. Ou seja, mesmo com tantas estrelas no ombro, ocorre um processo automático de invisibilidade do negro, onde não se reconhece que o comandante da viatura estaria representado na figura de uma pessoa negra. E quando se torna visível essa condição do policial negro, estranha-se, pois, essa imagem ainda choca. Como foi dito antes, o lugar do negro está determinado no imaginário da sociedade e este lugar não é daquele que exerce poder sobre outros, mas do que é submisso aos outros. Isso porque, como pode um negro ser uma autoridade tão importante dentro da polícia?

Além disso, no relato do Tenente-Coronel, a farda pode acomodar o racismo, assim como a estética militar. Pois, a farda que carrega o símbolo de autoridade em que dever ser respeitada, é a mesma que não espanta os olhares de estranheza. Inibi uma provável fala discriminatória, mas não afasta a falta de reconhecimento da autoridade do policial negro sobre uma viatura, por exemplo. A farda é ainda é a representação de quem tem autoridade para dar voz de prisão. Já a estética militar, acomoda o racismo interno corporis, pois por meio dela ações e discursos podem ser interpretados somente como parte da hierarquia policial. Estes policiais continuam a relatar suas experiências, agora dentro da instituição policial:

A estética militar ela nivela muito a situação. Você consegue camuflar um racismo dentro da estética militar tranquilo, tranquilo. “Está bom, já deu a hora de você dar sua cota”. Aí eu: “Pô, meu coronel, vou ser transferido para o oitavo batalhão, eu moro em outro extremo, eu moro na Santa Maria”. “Não, Tenente, chegou sua hora de você dar sua cota para a polícia”. E eu: “Sim, senhor! ”. Até hoje eu pergunto que tipo de cota que eu tenho que dar, né. Porque eu trabalhei na papuda, eu trabalhei no terceiro batalhão, trabalhei no centro de manutenção um tempo... (Bernardo, Tenente-Coronel masculino, negro, 25 anos de PMDF)

A gente já teve duas situações, vou falar de alto comando, duas situações que dois coronéis queriam ser comandantes gerais, negros, primeiro foi o Major [cita o nome], que você deve conhecer, na época ele era Major, quando eu o conheci, mas chegou a coronel, um cara super hiper mega competente, professor de direito constitucional, sinistro, trabalhou muito na área de educação, a esposa dele é psicóloga, então assim, ele tinha tudo para ser um bom comandante geral, e aí, na hora dele, colocaram ele no museu. Ah, você sabe onde é o museu? Dentro da acadêmica, um buraco assim que quase não tem nada, quase não tem história, não tem muito papel, não tem... Eu me sinto em relação a alguns companheiros da minha turma sem oportunidades. Então assim “como você é negra você vai ficar no lugar onde ninguém vai ficar. Você vai ser colocada nos piores serviços, nas piores unidades. Eu tenho amigas da minha turma que nunca passaram por lugares por onde passei: Paranoá, São Sebastião... (Elisa, Major feminina, negra, 19 anos de PMDF)

Nesse momento, ao falar de situações onde eles perceberam o preconceito racial dentro da instituição, ambos entrevistados relatam episódios como o de colocá-los nos lugares de serviço mais distantes (sejam eles distantes de suas residências ou em setores onde ninguém gostaria de estar), lugares onde a “bomba” pode estourar. Em outra pesquisa desenvolvida anteriormente¹⁸, identificamos os mesmos relatos entre policiais praças. Eles eram convocados ou realocados para resolver situações em lugares

¹⁸ SENA, A. P. Trajetórias de vida de policiais negros do Distrito Federal: as implicações de ser negro e “estar policial”. Monografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

considerados “problemáticos” pelo enorme número de ocorrências graves, perigosas ou complexas. É possível identificar uma constância entre esses relatos, muitos policiais negros reclamam desta atitude de seus superiores em escolher as piores unidades e os piores serviços para eles.

Interna corporis, por exemplo, eu sou um tenente coronel e eu tenho que designar um negro que chegou, “onde é que eu vou colocar esse negão? Põe lá na Ceilândia. Ah, põe lá em...”. Entende? É onde a estética militar acomoda o racismo. Por exemplo, ou onde eu vou ser mais um ou onde eu vou me estrear. Onde é que a bomba vai estourar? Põe o negão lá para ele se quebrar. (Bernardo, Tenente-Coronel masculino, negro, 25 anos de PMDF)

Um dos nossos entrevistados faz referência constante a uma estética militar que pode acobertar o racismo. A estética militar aqui mencionada está relacionada à autoridade, a hierarquia policial que geralmente não é questionada, colocada em cheque, mas respeitada por seus subordinados e que camufla nessas atitudes e nessas escolhas o que necessitarem acobertar, inclusive um racismo institucional. Se traduz em utilizar-se de uma condição para justificar uma ação.

E inclusive assim, trabalhei no centro de comunicação e é onde isso veio à tona, porque o chefe do centro de comunicação, que depois foi subcomandante geral, falou assim: “eu vou colocar você como oficial de imprensa”. Me colocou e tal e comecei a desenrolar e enfim, eu sempre fiz com prazer tudo que eu fiz. Aí deu certo. Aí depois ele falou assim: “Senta aí.”. Aí conversa vai e conversa vem: “Você sabe que eu fiz um teste com você, né?”. Eu falei assim: “Como assim?”. “Eu coloquei você como oficial de imprensa, porque você era negro e eu queria ver se você dava conta assim, aí você desempenhou bem o papel de ser o porta voz, de você trazer a questão do negro”. Então na verdade era um teste para saber se eu ia dar conta da missão. E como dei conta eu passei ser um bom representante por ser negro e trazer uma outra... (Bernardo, Tenente-Coronel masculino, negro, 25 anos de PMDF)...

Esse relato nos leva a dois pontos: o primeiro da imagem que é ter um oficial preto diante da mídia dando entrevistas sobre a PMDF, o quão representativo isso poderia soar para a instituição; o segundo, testar a capacidade daquele policial por ele ser negro numa nova missão diante de um alcance tão alto que poderia tomar aquelas filmagens. Dizer abertamente que o colocou naquela missão, porque ele era negro e queria testa-lo nos mostra novamente a desconfiança sobre o trabalho dos policiais negros: “*Então assim, dentro da cabeça dele, ele não viu muita competência, ele viu a cor*”. E é essa concepção de que ser negra/o é ser ineficiente, baderneiro, não responsável ou pouco profissional que essas/es policiais tentam desconstruir a partir de suas próprias vivências cotidianas na polícia.

Neste sentido, a constatação de Fanon ‘onde quer que vá, o preto permanece um preto’ continua tão atual quanto no tempo em que foi escrita. Ao circular pela zona do ser, sua posição na relação de poder sempre será lembrada. (Bernardino-Costa, 2016, p.506)

Não basta ter feito o concurso e ter sido aprovado. Não basta ter uma formação na área de comunicação. É preciso colocar em cheque a competência do negro em desenvolver uma atividade que obtenha bons resultados. E se os resultados não forem positivos, já se era esperado. Essa série de experiências nem sempre soam como “fortificação” ou como “vou dar a volta por cima”, elas podem trazer sentimentos negativos aos próprios sujeitos negros quanto a necessidade de continuar a viver a polícia, a vida da caserna, deixando dúvidas sobre seu comando, sobre sua autoridade, sobre seu trabalho desempenhado, da sua vontade de continuar na profissão. Em alguns momentos, vimos nas falas dos nossos entrevistados discursos, como: *“graças a Deus, Deus me deu expertise para desenvolver e conseguir vencer”*. Mas em outros momentos o sentimento é diferente:

Eu só acho que a gente é que vai desistindo, a gente acaba vendo que, ah, tem muito branco, aí não vai ficar batendo de frente, eu, de vez em quando, ainda dou minhas batidas de frente, tento me impor, porque eu sou capitã, tenho que falar mesmo, mas tem muita gente que” ah, olha lá, ficar esquentando minha cabeça com isso, tá faltando pouco tempo, fazer minhas coisas aqui e ir embora, quero voltar para minha casa tranquilo”. (Elisa, Major feminina, negra, 19 anos de PMDF)

Ou seja, chega um momento de anestesia e eles preferem não comentar mais, não discutir mais, e não se importar mais por mais que aquilo os atinja. Chegamos a fazer essa pergunta aos nossos entrevistados, se em algum momento puxaram para discussão a temática racial, e alguns responderam que sim, principalmente em momentos em que seus colegas utilizavam termos como “moreninho”, “moreno”, termos que o senso comum ainda utiliza para fazer referência a pessoas negras. A utilização de termos como preto ou negro para muita gente ainda soa como pejorativo, mas sabemos que são termos políticos de reafirmação identitária, principalmente no Brasil.

Acha que está me elogiando ou então fala assim “não, mas sabe aquele moreninho”, eu falei assim: “Quem? Não economiza na tinta não, ele é negro, negrão, igual a mim? Negão, preto? Porque ele queria ser azul, mas eu não sou, eu sou preto. Ele é assim?”. Aí a pessoa: “hahaha”. Então assim, esse cara está

na ativa hoje, ele me adora, mas ele nas boas intenções assim “cara, você não é negro, cara, você só tem a pele preta”. (Bernardo, Tenente-Coronel masculino, negro, 25 anos de PMDF)

No caso acima, além da decisão de não chamar os policiais negros de negros, talvez por sentirem que o termo soa de forma pejorativa, ainda tentam embranquecer esses policiais, pois apesar de sua cor ser preta, eles não se parecem, não se comportam, ou falam como um negro. Não é possível ser negro e ser tão educado, tão instrumentalizado e tão comportado.

Um outro ponto levantado nas entrevistas foi a questão do policiamento e das abordagens policiais e se já presenciaram, enquanto oficiais, alguma situação de racismo nas abordagens e qual foi a reação deles no momento. Alguns afirmaram que chamam atenção, tocam no assunto e problematizam essas atitudes. Outros não chegam nem mesmo a identificar essas situações e negam discriminação racial nas abordagens.

Aí acaba que a gente, “ah, é suspeito porquê? ”. “Não porque numa hora dessas...” ah tá, não sei o que, tá bom, vamos abordar depois a gente discute. Aí abordava e depois a gente vinha e chamava atenção. “E aí, teve alguma coisa, por que que...”, aí assim, eu provocava mais do que chamava atenção, provocava a discussão pra eles repensarem. Eu acho assim, que muitas pessoas trabalharam comigo perceberam isso e talvez por isso eu tenha muitos amigos, que assim, às vezes eu até poderia ter chamado atenção, poderia ter negado, mas eu preferia o discurso, né, conversar. Porque que a gente tem que fazer isso? Porque, que que você bateu? (Elisa, Major feminina, negra, 19 anos de PMDF)

O papel dos policiais negros na PM de problematizar situações que envolvem a questão racial e que necessitam de intervenção é de extrema importância. Mesmo que num trabalho de base, no seu local de trabalho, pode ter resultados importantes na forma em que os policiais enxergam os suspeitos. Óbvio que esse trabalho não requer apenas a contribuição de policiais negros, mas da instituição como um todo, em projetos e disciplinas que já são adotadas pela polícia na Academia de Polícia. Mas para além do reflexo nas abordagens, essas contribuições precisam repercutir também nas relações entre os próprios policiais.

3.2 - As trajetórias de vida das/os policiais negras/os: retratos sociológicos das experiências

Neste tópico fiz o esforço de revisitar as narrativas dos entrevistados a partir da metodologia dos retratos sociológicos, com intuito de trazer um pouco de suas histórias, vivências enquanto policiais negros e suas especificidades. Consegui voltar a campo com três dos policiais, desse modo pude captar quais lembranças e momentos de suas trajetórias que mais ficaram marcadas e se em algum momento entre as entrevistas houveram mudanças significativas nas respostas dadas as mesmas perguntas.

Entre esses entrevistados existem relatos que marcaram suas vivências enquanto policiais negros e que se repetiram nas duas entrevistas, o que me diz que foram experiências marcantes e significativas para eles. A partir desse momento, apresento as trajetórias dos policiais entrevistados, que me permitiu criar retratos sociológicos a partir das experiências que perpassam os contextos familiares, educacionais até chegar a profissão. Obviamente foi dada mais ênfase a algumas áreas de suas vidas a depender da forma em que o diálogo entre a entrevistadora e os entrevistados foram tomando. Nesse sentido, alguns entrevistados tomaram como ponto de partida episódios marcantes de sua infância até chegar a fase adulta. Enquanto outros focaram mais na área profissional e nas experiências que ela trouxe a eles. Como já dito, para preservar a identidade dos entrevistados, uso aqui nomes fictícios.

3.2.1 - Retrato Sociológico 1 – Elisa

Elisa, 45 anos, nasceu no Rio de Janeiro e reside em Águas Claras, Distrito Federal. Filha de pais casados, ela cresceu com seus dois irmãos. Seu pai era militar do Exército e exercia um autoritarismo em casa nas suas relações com a família. A entrevistada não chegou a mencionar qual a profissão de sua mãe.

A escolarização de Elisa foi cheia de mudanças. Ela começou estudando química na UnB no período da noite, trabalhava durante a tarde no INSS e ministrava aulas pela manhã nas escolas públicas do DF. Ela relata que trabalhava o dia todo e estudava à noite, voltava para sua residência de ônibus e por esse motivo sempre chegava em casa tarde da noite. Nesse período de sua vida, ainda quando estava na UnB, conheceu um bombeiro que lhe deu informações sobre o Curso de Formação de Oficiais dos Bombeiros (CFO), na tentativa de que ela viesse tentar o concurso, pois seria um boa opção de emprego. Apesar de seu pai ser militar, ela não sabia o que era exatamente o CFO, mas decidiu prestar o

concurso. Fez a prova para os Bombeiros e também para a PM. Passou em ambos, mas a PM chamou primeiro. Naquele período ocorreu um episódio durante o processo do seu edital, em que a colocaram numa situação de pendência e ela não conseguiu entrar na polícia militar (hoje ela acredita que a vaga dela foi ocupada por alguém que era influente na PM, o que acontecia muito na época). Apesar do ocorrido, ela prestou concurso novamente e conseguiu ingressar na PMDF.

Elisa não chegou a terminar o curso de química, pois ao entrar na PM a então aspirante não conseguia conciliar os dois cursos por falta de tempo, até porque a PM era de regime integral. Posteriormente ela conseguiu fazer um curso de Direito, no qual se formou. Atualmente é Oficial da Polícia Militar, no momento da primeira entrevista estava como Capitã da PMDF, já na segunda entrevista já era Major. A mesma atua na PMDF há pelo menos 19 anos.

Apesar de ter pais casados, ela relata que sua infância familiar não foi nada fácil. *“A gente pode dizer que é uma infância do... como que eu posso dizer? Dos filmes brasileiros antigos”*. Um ambiente com a presença de violência doméstica fez com que sua mãe fugisse com os filhos para outro estado. Seu pai, por ser militar do Exército e ter meios para isso, conseguiu achá-las na casa dos familiares da mãe. O pai foi ao encontro delas na tentativa de reatar os laços familiares. Elisa relata que nesse momento houveram conflitos entre o pai, o tio e a mãe, mas a mãe acabou aceitando voltar com o pai, contanto que eles não voltassem para o Rio de Janeiro. Foi nesse momento que o pai aceitou um convite para trabalhar em Brasília.

Ao chegar em Brasília, ela conta que as experiências raciais foram muito diferentes comparadas ao Rio de Janeiro:

com a questão do racismo, a gente sentiu muita diferença. Porque no Rio de Janeiro tem muito negro, tem muito mestiço, então você está em casa, o preconceito não é tão na cara. As vezes assim, eu até diria que onde a gente morava não sentia preconceito. E a gente estava na Asa Norte, os primeiros preconceitos que a gente sentiu foi pra poder conseguir conhecer amiguinhos. Eu brincava muito com meus irmãos, com minha amiga Heloisa que é negra também, até hoje é minha amiga, que a família toda é negra. Foi que a gente tinha mais de amizade. Depois teve um episódio que eu fiquei em casa trancada mais ou menos um ano, trancada não, eu ia para o colégio e voltava, porque os meninos do bloco se juntaram para ficar cantando aquelas músicas racistas, não sei se você conhece: *“nega do sovaco fedorento...”*. Aquelas musiquinhas e ficava repetindo e repetindo. E teve um dia que eu desci a escada e tinha deles que era mais ou menos do meu tamanho, que veio cantar a música sozinho, eu dei um cascudo nele e aí subi correndo.

Elisa conta que o pai era muito autoritário e ele não tinha o hábito de incentivar os filhos nos estudos, além de não querer que eles fossem militares. Ela foi uma das primeiras filhas a estudar, os irmãos só estudaram mais tarde.

Por exemplo, eu fui uma das filhas que estudou, os outros meninos foram mais tarde. Aí ele não quis pagar a inscrição do vestibular “ah, ela tem que trabalhar”, não era pra eu passar na UnB.[...] Minha mãe foi me informar que meu pai queria que eu fosse babá. E ele assim, sempre incentivava a gente, nós filhos, por isso eu digo que ainda existe um preconceito dentro daquele ser, pra ser sempre um subemprego. Meu irmão tinha que ser lixeiro, o mais novo. “Ah, você vai ser lixeiro, você não quer estudar, você vai ser lixeiro”. O outro tinha que ser mecânico igual a ele, porque o outro já tinha uma tendência a ser mecânico, até mexe com algumas coisas... e eu, minha mãe falou que tinha que ser babá. Ele falou “ah, tem que arrumar uma criança pra poder criar e trazer dinheiro para dentro de casa”, essa era a ideia.

O incentivo do pai era para que eles trabalhassem para ajudar a sustentar a casa. E estudar não traria isso de imediato. A mãe de Elisa chegou a pagar a inscrição do vestibular para ela e quando passou seu pai não mostrou nenhuma reação de alegria pela sua conquista. Com relação a polícia, a entrevistada aponta que sua primeira lembrança marcante foi na sua infância quando seu irmão foi levado por uma ronda da polícia militar que procurava um cidadão que havia assaltado uma loja na 406 norte. O irmão estava no bloco onde morava interagindo com outros moradores, quando foi levado pela polícia. Mas por ter mais pessoas no momento que presenciaram toda a cena, tiveram uma testemunha que foi com ele e com a mãe dar depoimento a favor de seu irmão e ele acabou voltando para casa.

No ambiente profissional, a entrevistada conta várias experiências complexas na sua carreira que chegaram ao ponto de fazê-la desanimar e pedir licença médica da PM. Um dos motivos foi o cansaço pela jornada de trabalho, pois ela morava em Águas Claras, e trabalhava em Sobradinho. Seus superiores alocaram ela nesta unidade, mesmo após ela insistir com que mudassem, pois a distância entre as duas cidades chega a ser de quase 100km ida e volta. *“um monte de desculpas, ne. Enfim, eu decidi não lutar, fui pra sobradinho”*. Nas duas entrevistas ela menciona essas peregrinações que fez dentro da polícia, onde era alocada para várias e várias unidades, geralmente sempre distantes do seu local de moradia. O que nos faz crer que foi uma das coisas que mais a incomodou durante sua trajetória lá dentro. Além da realocação feita por seus chefes, um dos motivos que a fez mudar para várias unidades foi um problema no joelho que desenvolveu em 2005.

Na verdade, em 2005 eu fiz uma cirurgia no joelho e aí eu fiquei meio que com a fama do escamão. Então não quer trabalhar na rua, não sei o que, mas eu tive grandes dificuldades para achar uma atividade física que não me fizesse sentir dor à noite, porque as dores eram à noite. E aí, então, até 2007, mais ou menos,

ou 2009, eu ainda sentia muita dor e fiquei muito tempo de restrição. E aí você é taxado de baixado, não quer trabalhar, não sei o que. Mas nesse ínterim eu aprendi muita coisa da área administrativa, né, e que, de uma certa forma, se me jogarem em qualquer sessão hoje eu sei como é que funciona, na administração, mas é lógico que cada um com seu contorno aí. E aí, depois eu consegui, no Tribunal, como eu trabalhava por escala, dia sim e dia não, aí nesse contra turno de folga eu consegui descobrir uma atividade na água, que aí sim eu comecei a ter sobrevida, eu conseguia voltar a ficar em pé muito tempo, né, e tive condições de voltar a fazer o curso do operacional da polícia ambiental, e aí eu voltei mais na atividade policial mesmo e depois fiz outros cursos também, mas operacional mesmo foi essa do policiamento ambiental e depois fiz outro em São Paulo também que exigiu muito do corpo e eu passei sem sofrer dores no joelho. Mas, assim, eu posso dizer que grande parte da minha carreira sim, foi na rua.

Ela relata que é bastante incisiva e sempre se posicionou, sendo assim não deixava qualquer coisa passar despercebido. Tinha pavio curto e talvez esse foi um dos motivos para lhe trocarem tantas vezes de lugar.

Um outro episódio marcante na sua trajetória profissional foi quando na sua identidade policial a colocaram como parda, enquanto ela se autodeclara preta.

Eu tive um problema logo no início quando fui aspirante, porque na minha identidade veio parda e aí na época de eu trocar () não lembro o policial que me atendeu, eu pedi para colocar negra. “Não, não pode, tem que ser igual a certidão de nascimento”. Eu falei “ não, olha só, eu estou me autodeclarando negra, eu quero que coloque negra”. Na época nem tinha tanta discussão a respeito disso. E aí com um pouco de resistência eu consegui que ele alterasse a identidade militar.

Atualmente ela trabalha com benefício previdenciário da PMDF na DIPC (Diretoria dos. Inativos, Pensionistas e Civis), e relata que não vê muita perspectiva de crescimento no local em que está, porque se houvesse, talvez essa vaga fosse um pouco mais disputada e talvez ela nem estaria mais lá.

Pontos a serem considerados na trajetória da entrevistada a partir das várias experiências nos diversos campos da vida (família, educação, profissão):

- No ambiente familiar, a entrevistada não teve apoio do pai em seus estudos, mas teve apoio da mãe e de terceiros para ingressar na carreira de oficiais.

- A vida familiar parecia de poucos recursos, apesar do pai ser militar do Exército. A família apresentava conflitos recorrentes e ela não viu apoio do pai para investir numa carreira mais sólida e de ascensão. Ele confiava aos filhos profissões consideradas subalternas.
- A autoridade familiar está constituída na figura do pai que é militar do Exército. Acredita-se que essa disciplinação e esse jeito autoritário tenha ligação com a profissão que ele ocupa.
- O investimento pedagógico se dá quando a mãe decide pagar sua inscrição no vestibular, conseguindo então ingressar numa Universidade Federal e por fim arriscar vários caminhos profissionais até chegar na profissão que está hoje.

3.2.2 - Retrato sociológico 2 – Bernardo

Bernardo, 45 anos de idade, nasceu no Rio de Janeiro. O pai era militar da aeronáutica e trabalhou no Superior Tribunal Militar. A família morou no apartamento funcional na 115 sul, região central do Distrito Federal. Por morar no centro de Brasília, o entrevistado diz que era um negro privilegiado. Ou seja, dispunha de privilégios em relação a outros negros, levando em consideração que o centro de Brasília era local de moradia da classe média. Bernardo e sua irmã estudaram em colégio militar e resolveram continuar nesse ramo. A família morou entre Asa Sul e Norte durante sua infância e nestes locais tiveram experiências marcantes enquanto umas das poucas crianças negras que moravam por perto. Eram uma família negra entre tantos brancos. O entrevistado estudou no Colégio Objetivo por um ano, uma escola particular, e nessa escola poucos alunos eram negros, na turma em que ele estudava só tinha ele de aluno negro, por exemplo.

Bernardo prestou concurso para a Polícia Militar do Distrito Federal e para o Corpo de Bombeiros, mas o interesse dele era de entrar para os Bombeiros. Ele passou nos dois concursos, porém foi reprovado no exame médico do corpo de bombeiros e acabou entrando para a Polícia Militar. Sendo assim, o entrevistado fez o Curso de Formação de Oficiais. Não fez nenhuma outra graduação, mas continuou se qualificando em outros cursos de especialização, entre eles: Marketing e Propaganda; Docência do Ensino Superior; Gestão e Segurança pública; E no momento da entrevista ele estava concluindo um curso de Gestão em Segurança Privada.

O entrevistado relata que sua infância foi cheia de peculiaridades, experiências raciais que à época ele não entendia, mas hoje ele tem consciência. Se tratava quase de uma segregação racial por ele ser uma criança negra.

Fui na casa de um colega que morava na época na 313 sul, então era só subir a nossa, né. Minto, nem na 313, na 314, que era bem perto mesmo, né. E quando eu cheguei nesse prédio, o porteiro me fez subir pelo elevador de serviço. E aí quando eu desci, que eu desci com o pai do... eu desci pelo elevador social. E aí eu comentei que a orientação que o porteiro tinha dado que eu não poderia descer por esse, só pelo outro e aí o pai do garoto foi lá chamar atenção do porteiro.

Em relação a sua identidade racial, o entrevistado conta que depois de mais velho que tomou consciência de sua identidade negra. Só depois de 10 anos na polícia que ele passou a entender a sua dupla posição de policial e negro. Além disso, justificou que essa tomada de consciência se deu por intermédio dos estudos, quando passou a fazer um curso na UnB.

Eu já estava na polícia. Eu era quase Capitão, então já tinha mais de 10 anos de serviço. Porque como eu entrei novo, eu tinha 18 para 19, sempre estudei em colégio militar, não tinha muito....[] então eu tive uma maturação tardia. E aí isso promoveu que eu tivesse uma percepção equivocada da vida, mas [] me dei conta estudando. Tendo acesso... Foi até fazendo um curso na UnB. Foi fazendo um curso, que aí você começa... quando você é questionado, você questiona. Então queria dizer que tem pouco tempo que eu tenho uma consciência racial na atividade policial, que é diferente. Eu vejo que é diferente. Eu não tinha consciência racial na minha atividade policial, eu não tinha e hoje eu tenho, totalmente.

Alguns momentos marcaram sua trajetória racial dentro da polícia. Um deles é o constante sentimento de ter que provar que dá conta do serviço a qual foi convocado. O entrevistado sente que tem que se mostrar melhor sempre, que não pode errar, porque se errar já é justificativa para invalidar tudo o que ele construiu até ali.

Você nunca está numa base, você tem que estar bem, você tem que estar sempre melhor, você tem que saber, você tem que ter... É o que eu chamo de o validador de discurso. Então, não basta ser só oficial, tem que ter uma pós-graduação, tem que ter um mestrado, tem que ter um validador de discurso, porque a minha cor da pele ela... Só que é um choque. Minha filha, a Maria Julia, tenho andando muito fardado agora quando voltei, né, ela falou assim: “Meu deus, pai, como as pessoas te olham”. Eu falei assim “por que?” Você vê um tenente-coronel, vê um monte de estrelas no ombro do cara e o cara é preto.

Bernardo também conta sobre uma situação de abordagem que ele mesmo passou enquanto suspeito, numa viatura descaracterizada. Nessa abordagem ele avaliou que o policial que estava fazendo o policiamento agiu de maneira exagerada. Quando se deram conta de que Bernardo era Tenente-Coronel pediram desculpas pela forma em que tudo aconteceu. Ele corrigiu os colegas, falou contundentemente que a abordagem não era feita daquela maneira e seguiu caminho. Com essa experiência ele conclui que, a posição em que ele ocupa na PM dá a ele “um ambiente de fala e um respaldo de fala”. No momento da entrevista Bernardo tinha 25 anos de Polícia Militar, e era Tenente-Coronel.

Pontos a considerar na trajetória do Bernardo:

- O entrevistado nasceu numa família com o pai militar, estudou em colégio militar e possivelmente teve a família como influência para sua entrada no meio militar.
- A família parecia obter boas condições financeiras diante dos locais de moradia que ocuparam ainda na infância dele.
- Suas vivências profissionais foram marcadas por várias experiências com a discriminação racial, assim como na sua infância, mas só passou a entender cada uma delas e o seu lugar dentro da polícia quando passou a se questionar e estudar mais a questão racial, especialmente após o curso que ele fez na UnB.

3.2.3 - Retrato Sociológico 3 – Marcelo

Marcelo, 47 anos, negro. Nascido em Sobradinho e criado em Planaltina/DF. No momento da entrevista tinha 28 anos de PMDF. Ingressou como praça e posteriormente migrou para o quadro de oficiais. Entrou na primeira turma de vestibular da UnB, num período onde a formação policial ainda era muito militarizada, pois há pouco a polícia estava caminhando para uma formação mais policial de fato.

A partir de 1995 que as coisas começaram a tomar outro rumo, por exemplo, nós deixamos de ir jantar e almoçar no quartel, famoso rancho. Então, isso é uma característica muito militar, de forças armadas, você ter que sair do serviço e vim almoçar aqui.

O entrevistado antes de entrar para a polícia era jogador de futebol profissional do bairro onde vivia. No momento em que ia ser transferido para a outro time da categoria

juniores, aconteceu o confisco das contas bancárias pelo Presidente da República da época, Fernando Collor de Mello (1990-1992). Com isso o empresário que ia encaminhá-lo para o outro time teve que voltar atrás, porque não tinha como retirar o dinheiro para patrociná-lo. Na época ele tinha entre 17 e 18 anos.

Segundo o entrevistado, sua família era pobre e seu pai exigiu que ele passasse a trabalhar para ter independência. Foi aí que ele viu na PMDF uma oportunidade, pois naquele período só se exigia o primeiro grau como requisito para entrada na corporação. Além disso, o número de vagas era alto, o que chamou a atenção dele. Sendo assim, ele prestou o concurso e foi aprovado. Seu sonho não era ser policial, mas era ser jogador de futebol e músico (ele participou de uma banda de música da comunidade). Dentro da instituição o entrevistado continuou no futebol por um tempo, inclusive deu entrevistas a uma emissora mostrando que além da condição de policial, ele era jogador de futebol. Seu irmão era subtenente e hoje já está na reserva. Ele conta que o irmão teve papel fundamental após sua entrada, pois o incentivou.

Após entrar na polícia, Marcelo continuou a estudar, se qualificando mais. Hoje tem: Especialização em Inteligência Policial; Mestrado em Segurança Pública, Violência e Direitos Humanos na Ciência Política; Especialização em Polícia Comunitária; Especialização em Docência do Ensino Superior, entre vários outros cursos. Ele trabalha e atua na cidade onde reside, que segundo o entrevistado às vezes pode gerar conflitos. Nem todo mundo compreende que quando ele veste a farda a representação muda, porque nesse momento ele poder agir sobre as atitudes daquele civil comum da mesma cidade que a dele. Mas, mesmo diante desse estranhamento, Marcelo implantou muitos projetos na sua cidade por meio da PM, entre eles: futebol para as crianças; aulas de línguas; projetos com mulheres vítimas de agressão doméstica, entre outros.

O entrevistado não acredita que exista racialização nas abordagens policiais. Não acha que exista racismo institucional na PMDF, ou qualquer forma de discriminação entre os pares, seja ela de raça ou de gênero, pelo contrário, acredita que por ser um tipo de serviço público há uma igualdade entre eles, pois o que conta é de fato a hierarquia policial. No mais, o que pode haver nas relações intramuros, segundo ele, é alguma condição de assédio moral, exatamente pela condição hierárquica que a polícia militar carrega.

Pontos a considerar sobre a trajetória de Marcelo:

- O entrevistado possui um irmão que é militar da reserva, o que à época do concurso foi importante, pois o irmão o incentivou. Sua família era pobre e ele resolveu tentar entrar para a polícia justamente para dar uma resposta ao pai que já havia lhe cobrado trabalho.
- Entrou para a polícia quando ainda se exigia apenas o curso de primeiro grau de ensino, o que o atraiu para prestar o concurso. Formou no Curso de Formação de Oficiais e depois fez vários cursos de especialização, até mesmo um mestrado em Ciência Política. A polícia de certa forma, o inspirou em sua carreira acadêmica.
- A partir do seu interesse pelo tema polícia comunitária, desenvolveu vários projetos sociais na unidade em que trabalha (localizada na mesma região em que ele reside), como: futebol para as crianças; aulas de línguas; projetos com mulheres vítimas de violência doméstica.
- No âmbito das relações raciais dentro da PM, o entrevistado não identifica racismo nas práticas policiais ou nas relações entre os pares. Justifica que a polícia é uma instituição hierárquica e que o respeito a essa hierarquia prevalece e diz ainda que por ser um serviço público essas questões são mais difíceis de se ver.

3.3 - Breve Análise dos Retratos Sociológicos: o que os dispositivos nos mostram

Nesse momento, analiso essas trajetórias nos seus diversos contextos para colocarmos luz a esse paralelismo entre profissão e raça. Com os retratos sociológicos é possível investigar o que tem de mais marcante nas trajetórias dos nossos entrevistados, pois por meio das perguntas é possível explorar os diversos contextos sociais, como família, escola e trabalho. Esse tipo de método busca por à vista as disposições que orientam as ações dos atores nesses contextos. Pois, na sociologia experimental de Lahire (2004), os atores podem até ter consciência de suas ações, mas não necessariamente dos dispositivos que o levaram até a ela. Ou seja, é preciso se atentar para o momento em que determinadas dispositivos são acionados.

Ao considerar uma série de informações relativas à maneira como o ator de comporta, age e reage em diversas situações, o sociólogo tenta formular o princípio que dá origem a esses comportamentos. Poderíamos, inclusive, dizer que estes se tornam indicadores de disposições que devem ser nomeadas progressivamente. Em todos os casos, embora seja suficientemente consciente para nos descrever o que faz, o ator não tem consciência das determinações

internas e externas que o levaram a agir como agiu, a pensar como pensou, a sentir como sentiu... (Lahire, 2004 p. 22)

As disposições têm a ver com socializações, com momentos de socialização e por esse motivo, Lahire (2004) defende a reconstrução de modalidades de socialização, afim de reconhecer a gênese daquela disposição ou ao menos compreender a constituição da disposição. As disposições estão relacionadas a maneira de ver, sentir e agir às diferentes situações. E nesse sentido tentaremos apresentar esses indivíduos nos seus múltiplos contextos de socialização e as formas de agir diante de vários destes contextos.

Na verdade, uma disposição só se revela por meio da interpretação de múltiplos traços, mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado, sejam eles produto da observação direta dos comportamentos, do recurso ao arquivo, ao questionário ou à entrevista sociológica. (Lahire, 2004, p. 22)

Começaremos pelo contexto familiar dos nossos entrevistados. Todos eles possuem familiares no cenário militar. Dois deles se apresentam na figura do pai e um deles na figura do irmão. De início isso nos mostra as possíveis influências que esses policiais obtiveram em suas vidas para seguirem a carreira militar. Um deles quase admite a não escapatória dessa carreira, já que desde cedo estudou em colégio militar, o que também influenciou na sua decisão de continuar por esse caminho. Apesar disso, nenhum deles admite uma vocação para a Polícia Militar. Dois dos nossos entrevistados queriam na verdade entrar para o Corpo de Bombeiros, mas acabaram sendo reprovados em parte dos exames. O outro, quis entrar pela facilidade que o processo demonstrava ter, porque na época exigia apenas o primeiro grau e tinham muitas vagas. Nesses casos, o contexto familiar de ter militares convivendo com nossos entrevistados indica uma inclinação para seguir a carreira, ainda que os mesmos não possuam vocação ou um desejo explícito pela profissão.

Isso está evidente principalmente nos relatos da Elisa, onde antes mesmo de optar pelo Curso de Oficiais da PM, ela percorreu muitos caminhos na sua vida acadêmica. Trabalhou em locais onde não tinham ligação alguma com a profissão que ela seguiria à frente. Primeiramente cursou química e trabalhou como professora. Ainda sobre essas escolhas, é preciso pontuar que Elisa teve influência principal de terceiros na escolha de prestar concurso para a PM, representado por um bombeiro que ela conheceu e que acabou tornando-se amigo dela. Assim como ela, Bernardo também trabalhou em outros

ramos, mas por já estar inserido em colégio militar, ele acreditava que tomaria esse caminho. Além dele sua irmã também seguiu carreira militar. Nesse caso, a inserção dele em colégio militar, influenciado obviamente por seus pais, provavelmente interferiu nessas escolhas.

Na infância eles tiveram realidades um pouco diferentes. Dois dos nossos policiais moraram no centro de Brasília, enquanto o outro morava em uma das regiões administrativas mais à periferia do DF. Quando crianças, dois deles relataram que passaram por experiências com o racismo. Por morarem na região central de Brasília consideravelmente de classe média branca, ambos tiveram experiências muito próximas. Elisa observou que, diferentemente do Rio de Janeiro, Brasília era muito branca, e o primeiro preconceito racial que ela identificou foi a dificuldade de conhecer amigos (a primeira amiga dela foi uma criança negra). Após isso, ela relata que sofria com outras crianças do seu bloco que cantavam cantigas pejorativas quanto aos negros fazendo referência a ela, cantigas como “nega do sovaco fedorento”. Esse episódio fez com que Elisa se isolasse por um ano em casa, não saia mais para brincar com outras crianças do bloco onde morava. Já Bernardo, também tivera experiências com o racismo na infância. Ele relata que ao visitar a casa de um colega o porteiro do prédio o orientou a subir pelo elevador de serviço e comunicou que ao descer era pra usar o mesmo elevador. Ele comunicou ao pai do seu colega, que acabou chamando a atenção do porteiro. Além disso, Bernardo diz que ouvia muitos apelidos depreciativos por ser negro e que na época não entendia e nem tinha a consciência de que aquelas situações eram preconceituosas.

Quanto à educação, todos os nossos entrevistados seguiram se qualificando mesmo após o Curso de Oficiais. Elisa, por mais que seu pai não a incentivasse nos estudos, permeou várias áreas até se encontrar na polícia e no Direito. Talvez essa falta de incentivo do pai, mas o apoio da mãe (pagando inclusive sua inscrição para um vestibular de universidade pública), a fez criar mecanismos para fugir do que seu pai desejava a ela, ou seja, houve uma repulsão àqueles desejos de seu pai, e a tomada de decisões contrárias ao que ele falava. Em alguns momentos da entrevista é perceptível, e ela mesma afirma, que ela possui mecanismos de defesas muito claros e incisivos, ou seja, “não leva desaforo para casa”. Essa reação de estar na defensiva para qualquer situação que a atinja, direta ou indiretamente, pode estar relacionada a esses contextos complexos e conflituosos que ela viveu desde a sua infância, seja em relação as experiências enquanto uma criança negra, seja com relação ao ambiente familiar com a figura

autoritária e às vezes violenta do seu pai. Lahire fala sobre isso quando afirma que os traços de personalidade ou comportamentos não surgem num vácuo de relações sociais, mas são produtos das socializações e na infância isso é de fato marcante, pois crianças afetam e também são afetadas nessas relações. (Ferreira, 2020)

Bernardo também seguiu se qualificando após o Curso de Oficiais. Fez várias especializações (Docência em Ensino Superior, Gestão em Segurança Pública, Marketing, Propaganda e Comunicação integrada, Gestão de Pessoas...). Trabalhou na polícia em vários departamentos que envolviam a sua formação. Diferente de Elisa, Bernardo tomou conta de que suas experiências estavam diretamente relacionadas com o fato dele ser negro, quando já era adulto e que passou a estudar essas questões. Talvez o fato dele estar inserido desde criança num ambiente militar, que possui a disciplina e a hierarquia como aspecto importante de uma cultura policial militar, tenha o deixado distante de reflexões como essas do racismo.

Marcelo também se qualificou após o Curso de Oficiais, e sua gestão no Batalhão a qual é Major tem muito a ver com a sua formação. Pelos relatos Marcelo aparenta ter uma boa relação com sua comunidade (a mesma comunidade na qual trabalha), talvez por ter sido jogador de futebol profissional da cidade e por viver tantos anos na comunidade. O entrevistado tem o mestrado em Segurança Pública, Violência e Direitos humanos na Ciência Política e uma especialização em Polícia Comunitária, além de vários outros cursos. Um de seus trabalhos finais tem como tema a sindicalização na PMDF, enquanto o outro tem como tema ações para redução da violência contra a mulher. Além disso, Marcelo implantou vários projetos no seu local de trabalho: projetos de futebol para crianças, cursos de línguas e um outro para mulheres que sofrem violência doméstica. Vendo sua trajetória, é possível identificar que Marcelo apresenta inclinações para atividades ligadas a comunidade em que convive. Primeiro demonstrou essa proximidade representando sua cidade como jogador de futebol. Após seguiu contribuindo como policial criando uma série de projetos que beneficiaram sua comunidade. Além disso, se especializou em polícia comunitária, o que talvez tenha contribuído para essa proximidade que ele defende e pratica entre polícia e comunidade.

Por fim, vimos aqui as decisões, as influências, os comportamentos e as experiências vividas por nossos entrevistados em suas trajetórias. Alguns caminhos com conflitos claros que o fizeram criar mecanismos de proteção. Outros que o fizeram chegar

onde estão na PMDF e que contribuíram de maneira expressiva ao seu trabalho desempenhado hoje. O passado de nossos entrevistados não é necessariamente decisivo para todas as escolhas tomadas, mas não são descartáveis, pois segundo Lahire (2004) para compreender o indivíduo é preciso compreender o seu contexto.

3.4 - As diferentes experiências entre os policiais negros na PM

Vejamos que apesar de todos nossos entrevistados terem em comum sua origem racial, nem todos possuem a mesma visão sobre as relações raciais dentro da PMDF. Isso pelas trajetórias e experiências de vida em que cada um dispõe, por todas as redes complexas que eles transitam e todas as socializações por meio das diversas relações sociais que tiveram. Apesar dos atores se constituírem parte dos mesmos grupos sociais (racial e policial) é possível apontar deslocamentos dentro do mesmo espaço de atuação. Por esse motivo, trabalhar com trajetórias individuais (Lahire, 2004) traz questões que podem dar luz a essas várias posições que o indivíduo toma durante sua trajetória que não estão necessariamente ligadas a uma coletividade, assim como não estão totalmente desvinculadas dela. Para Lahire, os atores são produtos de todas essas experiências de socializações nos mais diversos contextos sociais de sua trajetória (Sena & Gonçalves, 2016).

3.4.1 - As experiências raciais

Durante as entrevistas foi possível notar diferentes experiências entre policiais que são lidos como pretos, dos policiais que são lidos como pardos. Por mais que essa discussão não seja nova para o movimento negro, podemos considerar que ela é complexa e pouco se escreve sobre ela. Estamos falando do colorismo. E o que seria o colorismo? Esse termo (colorismo ou pigmentocracia) foi criado nos EUA por Alice Walker¹⁹ (1982), e remete a como o tom da pele e os traços negróides influenciam diretamente na facilidade ou não de adentrar a espaços sociais e serem aceitos pela sociedade nesses espaços, ou seja, serem reconhecidos. Quanto mais escuro for o tom de pele, mais dificuldade essas pessoas terão de serem aceitas e reconhecidas enquanto pertencentes de um espaço. Ou

¹⁹ <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

seja, esse termo nos diz que as discriminações dependem do tom de pele do indivíduo (também de seus traços fenotípicos). A depender do tom de pele (escuro ou claro), pessoas negras podem ter diferentes vivências e oportunidades. Pessoas negras mais claras, com traços mais finos, podem ser mais toleráveis em ambientes majoritariamente brancos.

Antes de expor esse tema, precisamos deixar claro alguns pontos. Num continuum entre pardos e pretos a vivência de pardos é convencionalmente considerada uma vivência de mais acesso do que os pretos e isso não significa ou não invalida o fato de que enquanto categoria política existe a categoria negro que unem pretos e pardos, justamente porque mesmo quando essas experiências de acesso se dão, elas são raras ou elas são vividas de uma forma que também é particular. Então, o que refletiremos aqui não quer dizer que pardos não vivenciam o racismo, mas também não é dizer que eles vivem o racismo da mesma forma que pretos. O mito da democracia racial, tenta nos fazer acreditar que por ser tolerável ter negros em posições de poder, não há discriminação. Mas sabemos que o mito da democracia racial branqueou muitos negros e negras a fim de acobertar violências. Neusa de Souza Santos (1983) diz:

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante.

As percepções dos policiais entrevistados acerca das relações raciais na PMDF são diferentes. As suas vivências também projetam discursos diferentes, pois policiais pretos, por exemplo, têm experiências bem mais intensas com o ser policial e ser negro, do que os policiais pardos. Esses discursos, projetados pelas diferentes experiências desses policiais, demonstram formas de tratamento e de reconhecimento dentro da instituição, o que revela muito sobre como essa temática percorre os corredores da Polícia Militar. Ou se não, revela uma falta de caráter crítico, discursivo e perceptivo sobre suas próprias vivências raciais, ou seja, esses policiais não percebem, por falta de consciência em relação a sua posição no mundo social. Hall (2006) pontua que a identidade não é inata ao sujeito, ela é construtiva, ela não nasce com o indivíduo. Assim como raça que também é uma construção social. E mais:

o termo consciência negra não é um conceito estático. Cada grupo de negros estabelece entre seus atores o seu próprio entendimento do que é ser um negro

consciente, os mesmos a todo o momento dialogam entre seus pares, por vezes retificando e por outras reivindicando as regras que estabelecem o que é estar consciente de sua cor. Ou seja, como já pontuava o antropólogo João Batista Félix: “a identidade étnico-racial não é algo consumado para nós, mas sim algo que é constantemente construído e negociado”. (Nascimento, 2014, p. 09)

No caso das/os policiais aqui entrevistadas/os, quanto mais escura a pele, mais experiências negativas tiveram. É interessante mencionar ainda que a consciência racial para uns/umas é bem mais forte que para outras/os, mas muitas/os afirmam que essa consciência racial foi adquirida com o tempo em suas vivências e também ao instrumentalizarem a discussão racial. Ou seja, ao terem acesso a espaços e a discussões que levam em consideração a temática racial.

De acordo com os relatos e a especificidade de cada um deles, podemos dividir os entrevistados em dois grupos: negras/os de pele clara (pardos) e negras/os de pele escura (pretos), entre ambos temos homens e mulheres com idade entre 40 e 50 anos. Três são homens e duas são mulheres. Entre esses, dois são pretos e três pardos. Os dois policiais pretos têm vivências muito próximas, experiências com a PMDF muito semelhantes. Esse gradiente de cor traz uma série de questões que diferenciam suas vivências e refletem diretamente em como essas/es policiais são aceitos nos espaços dentro da instituição, o que parece impactar principalmente para quem está nos cargos de comando.

Como chegou um oficial que está na ativa hoje num dos jogos da Copa das Confederações e tal, conversa vai e ele diz: “Tenente, vou dizer uma coisa para você. Cara, você é negro de alma branca”. Eu disse: “Não, Coronel! Não! Eu sou um negro de alma negra. Coronel, se eu pudesse nascer mais preto. Coronel, se eu pudesse ser mais preto... a minha alma é mais preta que eu”. (Tenente-Coronel, masculino, negro, 25 anos de PMDF)

Nessa fala entende-se que as características do Tenente-Coronel, que é preto, não são de uma pessoa negra. A sua forma de agir só pode estar ligada ao comportamento de um branco. Experiências como essa e tantas outras que já citamos acima, demonstra as dificuldades dos oficiais pretos de serem reconhecidos por seus pares, de ter sua trajetória e suas vivências vinculadas a figura de uma pessoa negra. Pois não basta não ser reconhecido por seu trabalho prestado a instituição, como também não são reconhecidos como negros quando estão fora dos estereótipos sociais designados aos negros no Brasil.

Durante as entrevistas, surgiram algumas experiências e relatos intensos sobre como é ser oficial negro. Em alguns casos, eles relatam que é preciso se reafirmar a todo momento, fazer o melhor trabalho, para mostrar competência, pois são colocados em dúvida constantemente por seus pares:

Eu acho que, o negro acaba chegando um momento, vou falar por mim, que chega um momento que você cansa de lutar, você cansa de... assistiram Greenbook? Então assim, você cansa de ter que ficar provando sua competência duas vezes. Eu sou competente, hoje, aqui, deixa eu crescer um pouco, hoje se você for para alguém, na sessão de pensões militares na PM, a pessoa para falar sou eu. Aí meu coronel, tô até afastada, aí meu coronel vai lá, faz uma reunião de cadastramento que envolve 5 mil pensionistas que é o que a gente tem, aproximadamente, e não me convoca. Aí assim, tem umas coisas que acontece e por que? Porque que não me chamou? Eu já to com ele há 2 anos, é o mesmo cara, não mudou, porque que ele não me chamou? Ah, porque que vai levar alguém que sabe mais? Quem? Nesse caso específico de pensão, eu sei mais, pode ser alguém que saiba de cadastramento mais, ok, mas vai precisar do meu link, porque se não vai fazer um cadastramento capenga e vai dar problema lá na frente, então assim, às vezes eu canso de ficar provando, que eu sou capaz, que eu deveria ter ido, e chegar e falar, que eu falo mesmo, ô chefe, tá quebrando minhas pernas por que? Que ele é meu chegado, conhece desde a academia, tá quebrando minhas pernas por que? Aí assim, só tem que aceitar e pronto, não tem como ficar batendo boca. Então é isso, eu acho que se o negro tem o espaço, mas tem que ficar provando, toda hora, aonde eu vou, aonde eu chego primeiro, tenho que provar que eu sou competente, não que o branco não tenha que fazer isso, só que eu tenho que fazer a mais. (Elisa, Major, feminina, negra, 19 anos de PMDF)

Estava eu dirigindo, uma viatura descaracterizada, placa descaracterizada e eu indo para casa e eu... Indo para casa estava minhas filhas, e estava uma amiga delas dentro do carro, estava indo para casa. E aí a viatura nos viu e aí já bateu na placa e a placa deu como não cadastrada. Já “encosta”. Aí no que encosta “Bora, desce, desce, desce”. Aí eu falei “gente, presta atenção, ninguém faz nada, ninguém sai do carro, ninguém mexe em nada, só eu falo, só eu desço”, aí minha filha já pegou o celular e começou a filmar. Aí eu desci e falei assim, “olha, estou descendo, não é assim, não é assim que se faz. Não é assim que se faz”. “Ah, não sei o que”, um novinho que não me conhecia. Nisso saiu o mais antigo da viatura e me reconhece “Não, calma, não sei o que”. Aí eu “não é assim, não é assim que se aborda, sou policial”. “Que eu quero ver...”. Aí, “Não, não, não, major, não!” Aí eu falei assim “Olha, não é assim”. “Não, mas o senhor tem que entender...” “Não, eu estou falando o que? Não é assim, cara. Não é assim. Não é assim. Abordagem não é, não é dessa forma, minhas filhas estão dentro do carro. Não precisava ser assim, era só encostar pedir documento, só isso. É uma situação de trânsito. Se no transcurso você percebesse aí o uso progressivo da força”, que entra a questão do *ethos* militar e do *ethos* policial militar. A questão do *ethos* militar é o seguinte, é você resolver a situação no máximo de força, no menor tempo possível. E o *ethos* policial militar é inversamente proporcional, é a menor força gradativamente até chegar na maior. Então já chegou [barulho das mãos batendo uma contra a outra]. Enfim, aí o cara “não, não major, foi mal e tal”. Aí eu falei assim: “olha, se pareceu alguma coisa vocês me desculpem, mas eu tenho que dizer que não é assim, a abordagem é assim” e tal, tal, tal e fui embora. Então eu vivo isso. (Bernardo, Tenente-Coronel, masculino, negro, 25 anos de PMDF)

Enquanto esses policiais relatam experiências como essas, de abordagem policial, ou de desconsideração num momento de trabalho, poucas foram as experiências de preconceito racial relatadas por policiais de pele clara. Alguns chegam a dizer que na instituição não há esse tipo de situação porque a farda os igualam. Além disso, a instituição preserva muito pelo respeito as hierarquias. Sendo assim, existem discrepâncias entre as vivências desses policiais na instituição e mesmo que muitos neguem o racismo institucional, ele está presente nas experiências que eles relatam com a polícia quando jovens ou em alguma abordagem.

3.4.2 - As experiências de gênero

A entrada de mulheres na PMDF não é de longa data, a primeira turma com mulheres ingressantes data de 1983, onde 23 mulheres entraram para a corporação, até então a polícia militar era composta apenas por homens²⁰. O número de policiais femininas ainda é baixo na PM, a pesquisa do Ministério da Justiça “Perfil nacional das instituições de segurança pública” (2019²¹), apontou que apenas 1.114 do efetivo policial ativo do DF é feminino, comparado ao efetivo masculino de 9.465 policiais. Isso se deve ao fato de que segundo a legislação 10% das vagas dos quadros da PM devem ser destinadas as mulheres. Essa porcentagem é alvo de crítica, pois essa porcentagem pode se tornar uma barreira para a entrada de mais mulheres, até porque elas não podem prestar o concurso pela ampla concorrência.

A entrada de mulheres na polícia, na década de 80 tem objetivo muito bem definido pela instituição à época. A polícia estava passando por um processo pós ditadura militar, e para cobrir lacunas de um policiamento masculino e repressivo, achou-se necessária a presença das mulheres na PM, acreditado que as mulheres assumiriam um papel de cuidados na instituição e que sua presença traria uma imagem de humanização: “*A expectativa da inserção da mulher na polícia é da ‘humanização’, da ‘quebra das tensões’, e da ‘melhor imagem da instituição na sociedade’*” (Musumeci, 2005, p.55).

20 <http://www.pm.df.gov.br/index.php/institucional/hinos-e-cancoes/104-noticias/destaques/459-presenca-feminina-completa-30-anos-no-policiamento-do-distrito-federal>

21 Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWwMjMjVmMwQzZGRjYi00OTZlLTlINTktZThmYjQ3OThhNmY5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>

Então a polícia feminina era responsável pelos idosos, mulheres e crianças. Enquanto os policiais seriam responsáveis por trabalhos de investigação, ou operações de risco, entre outros. Ou seja, por muito tempo a imagem da PFEM estava ligada aos cuidados, a organização, a apaziguadora de conflitos. E para a instituição, a presença de mulheres trouxe essa imagem de uma polícia mais sensível, humana e compreensiva. Sendo assim, vemos uma essencialização do feminino, a feminilidade como termômetro do trabalho policial. Ou seja, a PFEM contribuiu com a instituição por terem características naturalizadas de uma mulher. (Figueira, 2017)

Entende-se que o ambiente masculino como a instituição policial, contribui para esse tipo de discurso, além da ideia de que homens são sujeitos autoritários demais, violentos e ríspidos, a dureza da instituição, enquanto as mulheres seriam a sensibilidade (Figueira, 2017). As representações em relação as mulheres policiais ainda giram em torno dessa essencialização e dos estereótipos.

Portanto, se as mulheres são associadas a um jeito delicado, “mais humano”, os homens, por conseguinte representam a “dureza” da corporação. Assim, pode-se dizer os lugares do feminino e do masculino, na polícia militar do distrito Federal, ainda estão relacionados com as divisões de gênero: homem-força, mulher-afeto[...] (Figueira, 2017, p. 96)

Na nossa pesquisa entrevistamos 5 policiais autodeclarados negros, entre eles duas mulheres e três homens. As duas mulheres relatam durante a entrevista as dificuldades de trabalhar num ambiente majoritariamente masculino. Ambas percebem que seus colegas de trabalho ainda duvidam da capacidade das mesmas em desenvolver com êxito o trabalho de rua, por exemplo, e elas precisam demonstrar eficiência sempre.

Até porque assim a policial militar ela tem toda essa questão que ampara a lei de você ser igual, igual no contracheque, igual nas condições, mas ela também tem que matar um leão por dia para mostrar que ela é tão competente quanto o homem, isso aí todos os dias, todos os dias, né. Não é diferente de outras instituições e nesse universo dominado pelo homem então a mulher está sempre em evidencia, não positiva, mas sempre negativa, então você tem que matar um leão por dia. Eu brinco que, meu marido é da minha turma, ele é maior como eu, então eu falo para ele, falo assim: “para mim e para você nós temos o mesmo posto, mas eu tenho que matar um leão por dia”, ele não precisa, só por ele ser homem ele já é competente, eu não. Eu tenho que estar

sempre provando a minha competência dentro daquele espaço, né. (Major feminina, negra, 22 anos de PMDF)

O que se observa a partir da narrativa acima é que por mais que a legislação garanta direitos trabalhistas iguais para ambos, a realidade segue de forma mais complexa para as mulheres. O fato de ocupar um cargo hierarquicamente maior, não desvia os olhares discriminatórios com relação ao trabalho das policiais, pois só o fato de ser homem coloca os policiais diretamente como competentes. Obviamente que isso não descarta a importância para essas mulheres de poder ocupar um cargo com esses direitos trabalhistas iguais resguardados diante do cenário salarial das mulheres no Brasil, pelo contrário, o serviço público chegou a elas não só como porta de entrada para uma carreira mais sólida, bem como um meio de ascensão social.

Agora ser mulher num espaço basicamente masculino não é fácil, não é fácil. Mas é o que eu digo também, essa situação da corporação não permitir diferenciação entre os postos também ajuda bastante a figura da mulher ali, entendeu? Vamos supor, por mais que os homens quisessem, eles jamais poderiam dar um salário diferente da mulher para o homem no mesmo posto, não pode, né. Mas por exemplo, quando fui fazer meu concurso para PM e é assim até hoje só 10% dos candidatos podem ser mulher. Então obrigatoriamente a gente vai ser menos, né, a gente vai ser menos, nunca vai ser igual, metade por metade. Então “ah, quantas mulheres chegam ao último posto?”, poucas. Até porque tem poucas nessa trajetória, em comparação ao universo masculino. (Major feminina, negra, 22 anos de PMDF)

Ainda assim, as entrevistadas relatam que muitas vezes é preciso reafirmar seus lugares dentro da hierarquia policial, frequentemente não reconhecidas por quem vê de fora. Até porque no imaginário dessas pessoas, os homens são sempre as autoridades. E isso só acontece, porque a polícia ainda é vista como um ambiente masculino.

Por exemplo, não é dentro da corporação só, é também fora, a sociedade, é aquele machismo cultural mesmo. Uma coisa de você chegar numa ocorrência e a pessoa ela trata diferente. Eu observo muito isso, até porque a gente passa a enxergar as coisas de uma certa forma quando a gente pesquisa, né, então eu observo muito isso, eu andava com meu assessor e ele é um sargento homem e eu major, então a gente ia numa reunião, aí por exemplo, vou tratar com diretor e tal, tal, aí tinha gente que se dirigia a ele, e não a mim. Porque para ele o homem é sempre autoridade, eu achava aquilo ali bem interessante, ficava até calada assim esperando assim, geralmente rolava um constrangimento, né, que meu assessor falava assim “tem que falar com ela, ela que está...”, eu até me divertia com isso, mas é automático, é automático. Por exemplo, se eu chegar numa ocorrência, eu chegar com meu motorista, eu chegar para atender uma ocorrência, vou atender vocês duas tem algum problema, automaticamente vocês vão falar com ele e não comigo, é aquele preconceito social mesmo em relação ao homem e a mulher. Então geralmente a mulher tem que se esforçar, ela tem que criar meio expediente para mostrar que ela é tão competente naquele assunto quanto o homem. (Major feminina, negra, 22 anos de PMDF)

Sim, mas assim... Aí já tem alguns outros preconceitos envolvidos. Por exemplo, em alguns lugares fardado quando eu vou para uma abordagem, algumas pessoas, em especial homens, não concebem que a comandante é uma mulher, aí já tem o preconceito de gênero. Então às vezes você que verbaliza, já aconteceu recente (), eu que verbalizei isso. Cidadão mão na cabeça, cidadão não sei o que lá, aí você falando o cara foi lá, fez a abordagem e ele chamou o cara que abordou de comandante. Apesar de eu ter comandado tudo ali, de eu ter feito todo o (). Então algumas pessoas não concebem. (Elisa, Major, feminina, negra, 19 anos de PMDF)

O imaginário social ainda assimila a polícia militar ao masculino, a um trabalho masculino. E mais, interpretam ainda que numa situação de policiamento o comandante também é homem. Não há reconhecimento de mulheres em quadros mais altos da PM.

É preciso pontuar que a trajetória das nossas entrevistadas é atravessada por uma interseccionalidade. A interseccionalidade fala sobre essa interdependência entre as relações de poder de raça e gênero, por exemplo, onde identifica-se uma multiplicidade de sistemas de opressão, essa proposta é defendida principalmente pelo movimento feminista negro diante das opressões que mulheres negras passam, mas toma rumos nas diversas disciplinas, como nas ciências sociais. Sendo assim, além das questões de gênero já discutidas aqui, temos que pontuar que estamos falando de mulheres negras. Mulheres que já convivem com situações de discriminação racial e também com situações machistas na instituição. No caso de nossas entrevistas, cada situação soa de maneira diferente na trajetória de ambas, mas ambas possuem algum relato sobre essa multiplicidade de opressões. Essas questões nem sempre estão explícitas, mas pelos relatos pode-se afirmar que essas mulheres vivenciam na pele o que é ser mulher, negra e oficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procuramos trabalhar não somente com os retratos sociológicos por meio da reconstrução da trajetória de vida de policiais, mas tentamos trazer as especificidades entre ser policial e ser negro em cargos de prestígio na PMDF. A produção acadêmica sobre racismo na polícia militar tem se estendido nas últimas décadas,

considerando principalmente as problematizações do movimento negro com relação ao alto índice de violência policial no Brasil. Essa movimentação, levantada também dentro das instituições de estado, despertaram o interesse dos pesquisadores que começaram novas pesquisas sobre policiamento e desigualdades raciais. Acreditamos que essa pesquisa também pode contribuir para os estudos sobre polícia e questões raciais, considerando que esses policiais e tantos outros possuem por meio de suas vivências influências diretas nas suas relações de trabalho, sejam por meio das suas interações cotidianas, seja por meio dos trabalhos acadêmicos que eles vêm desenvolvendo.

Os retratos sociológicos tornaram-se uma ferramenta importante para estudo, principalmente por nos permitir voltar a campo em questões que anteriormente não foram aprofundadas, ou por permitir que fizéssemos as mesmas perguntas e apanhássemos mais detalhes sobre o que já havia sido dito. A partir dessa metodologia de pesquisa, foi possível analisar as tramas e as ligações que compunham a vida dos policiais entrevistados de maneira a compreender um pouco do seu imaginário sobre suas vivências raciais e policiais.

Sobre isso, é possível pontuar que a polícia está entre duas posições, do pesquisado e do que pesquisa. Essa nova onda de policiais que também estão se qualificando por meio de uma pós-graduação, de um mestrado ou doutorado de fato tem influenciado em como esses policiais percebem as relações de poder dentro da instituição, sejam elas as relações de gênero ou as de raça. Vimos que nossos entrevistados são altamente qualificados e muitos deles desenvolveram o caráter crítico por meio da educação e da pesquisa. Um deles chega a relatar que de fato só tomou consciência de posição enquanto oficial e negro depois de participar de um curso numa instituição federal. Ou seja, o argumento de que a polícia não é qualificada ou que não possui policiais com estudo sobre questões sociais é frágil. Resultado disso são todas as pesquisas sobre discriminação racial na PM, sobre ser negro e ser policial, sobre as várias violências sociais, ou sobre todos os projetos que as instituições de segurança pública promovem para discutir esses temas, apesar desta produção não ter visibilidade no debate público.

Por meio de análise bibliográfica empreendida e da pesquisa qualitativa realizada, essa pesquisa identificou as diversas complexidades entre ser um Oficial da PMDF e ser negro. Durante as entrevistas acompanhamos um apanhado de emoções dos nossos entrevistados ao relatar todas as dificuldades enfrentadas na instituição, mas também vimos gratidão ao que a PM fez com a vida desses policiais, onde muitos deles (diria a

maioria) se acharam dentro da profissão, além dela ter proporcionado estabilidade financeira. E mesmo compreendendo quais foram as dificuldades encontradas no caminho durante os mais de 20 anos de instituição, alguns acreditam que há muito o que se fazer lá dentro. A sensação de que a polícia dignificou esses policiais, os humanizou ou deu a eles a oportunidade de fugir dos roteiros descritos pelo mundo social para os negros, muitas vezes também esconde a exaustão que é vivenciar o racismo. A exaustão de mostrar eficiência no trabalho ainda não traz reconhecimento do profissionalismo de alguns desses policiais. Por isso, será mesmo que a polícia dignificou essas vidas negras? Ou novas barreiras raciais surgiram para que pudessem ser enfrentadas na instituição? Talvez, essas perguntas possam fazer parte de novas agendas de pesquisa sobre o trabalho na modernidade e o significado deles para nós, negras e negros.

A Polícia Militar do Distrito Federal possui no seu quadro de praças uma maioria negra, enquanto que o quadro de oficiais a distribuição ainda é um pouco mais branca. O que nos revela que a polícia, ainda é uma das profissões com mais negros em ascensão, porém no quadro de oficiais essa realidade ainda não é tão aparente, é um processo lento no qual a PMDF precisa de atentar. Podemos considerar que a segurança e a estabilidade financeira foi um dos pré-requisitos para a escolha da profissão. Apesar disso, sentiu-se que a progressão na carreira se dá com uma certa lentidão para alguns de nossos entrevistados para mudar de cargo dentro da instituição (quando não com eles, com alguém próximo a eles, como no caso citado por uma entrevistada de um coronel negro, muito bem qualificado, que não foi promovido para Comando Geral, e sim para um outro local que não exploraria tanto suas qualificações). Ou seja, é um caminho difícil, pela falta de reconhecimento, quando não há dificuldade quanto à promoção, há dificuldades para serem designados para melhores unidades de trabalho. Essas e outras experiências vividas pelos policiais dentro da instituição sobressaíram e muitas entraram em convergência.

As experiências raciais desses policiais são mais próximas principalmente entre pretos. Nesses casos, há um conjunto de relatos que conformam preconceito racial mesmo numa instituição marcada pela hierarquia e pelo respeito a essa hierarquia. Na verdade, a hierarquia configura muitas vezes a falta de atitudes frente a essas experiências. O que nos leva a dizer que entre esses entrevistados não existe uma estratégia para enfrentar essas situações, mas a contundência em reafirmar constantemente suas identidades e debater assuntos situacionais como cabelo crespo e cor é uma forma de se posicionarem

contra essas falas dos colegas de trabalho. Em alguns casos, a estratégia de calar essas situações de racismo, foi simplesmente “não discutindo”, por excesso de cansaço. Mas em outros, houveram falas mais firmes e necessárias, mesmo que muito individualizadas.

Além disso, é preciso pontuar que não existe um movimento de solidariedade ou um espaço entre os policiais negros onde eles possam expor e dividir essas experiências uns com os outros, dando lugar ao que muitas vezes denomino de *solidão racial*. Esse compartilhamento ocorre apenas com um amigo ou outro colega que também é negro, ou com a família. O que também é importante, pois se resume no ponto de apoio deles. É interessante refletir sobre isso, pois sendo a instituição policial majoritariamente negra, não existe uma coletividade que os façam questionar ou mesmo compartilhar essas experiências pessoais. É compreensível, considerando que nem sempre a autoafirmação de uma identidade vem seguida por uma consciência negra, assim como essa construção identitária pode ter se formado de maneira individualizada, sem suporte coletivo.

Em um dos casos, a condição de mulher soou muito mais forte do que a condição de ser negra. As experiências como policial feminina dentro de um ambiente masculino como é a PM, marcou por diversas vezes a trajetória da entrevistada. Por outro lado, ela consegue identificar que a polícia lhe deu oportunidade para continuar seus estudos, sabendo ela que sua condição de classe vinculada a condição racial não lhe proporcionava tantas oportunidades quanto a de um branco. Por esse motivo a polícia se tornou a porta para sua ascensão. A outra policial já consegue identificar em sua trajetória já dentro da polícia barreiras raciais e de gênero, agindo concomitantemente.

O reconhecimento aqui ou ali do profissionalismo dos policiais se deu por estratégias individuais, onde foi preciso por diversas vezes investir numa super-dedicação às atividades previstas, ou mostrar-se totalmente disponível e capaz de exercer múltiplas funções. Da mesma forma que após a entrada no quadro de oficiais os mesmos continuaram a se profissionalizar ao fazerem diversos cursos para acréscimo ao currículo.

Muitos autores mencionam um processo de embranquecimento dos negros que chegam em cargos superiores para se assemelharem aos brancos e serem aceitos/reconhecidos. No caso dos nossos entrevistados, esse processo não aparenta acontecer, pelo contrário, como Figueiredo (2002) afirma, para alguns houve um processo de enegrecimento, pois os brancos sempre mostram a eles que são negros “e que, portanto, deveriam ocupar outro espaço na sociedade, ratificando a posição de inferioridade”

(Santana, 2014, p. 170) ou de despreparo. O que talvez tenha ficado turvo no imaginário de alguns dos nossos policiais, foi a percepção de questões raciais no trabalho de policiamento, visto que alguns deles não acreditam que haja racismo nas abordagens ou racismo na instituição. Alguns chegaram a evitar tocar no assunto e assimilaram essas violências a uma questão de classe.

Constatou-se ainda, por meio dos retratos sociológicos que parte dos caminhos e atitudes que esses policiais tomaram durante sua vida profissional, têm influências de outros contextos vividos antes da profissão, ainda na sua infância ou juventude. Como exemplo, a presença de familiares militares como inclinação para suas escolhas profissionais ou atividades desempenhadas com tanta eficiência dentro da comunidade que trabalha, inspiradas na relação que se mantém com ela desde criança.

As experiências desses policiais dentro da PMDF no quadro de oficiais, mostra que o racismo atua nos diversos meios sociais, mesmo nos espaços de privilégio. O racismo aqui, ultrapassa a pobreza. E por mais que um ou outro não perceba que determinada situação se configura numa experiência de racismo, seus depoimentos nos permitem fazer essa leitura social. Ainda assim, é de inestimável importância que negras e negros continuem a ocupar espaços como esses na polícia militar, pois a partir dessas vivências podemos construir novos rumos para a questão racial na sociedade como um todo e na polícia militar, em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANDAS, Wagner Solano de. O racismo institucional contra os negros na Polícia Militar. Dissertação de Mestrado. UFPb. João Pessoa, 2010.

ARBOLEYA, Arilda. Agência e estrutura em Bourdieu e Giddens pela superação da antinomia “objetivismo/subjetivismo”. v. 1, n. 1, fev 2013 – ARTIGOS

ALMEIDA, Silvio L. de. Racismo estrutural. In: Feminismos Plurais. Coord. RIBEIRO, Djamilia. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BARROS, G. S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 134-155, 2008.

BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Fundação Ford, 2001.

BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016.

BUENO, Samira. Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. Dissertação de mestrado. FGV, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DAVIS, Angela Y. A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contato racial. SP: Companhia Editora Nacional. 2a. edição, 1942.

DUARTE, E. et al. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2014. p. 81-118.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. II. São Paulo: Ática, 1978

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, P. A. Retratos sociológicos de cinco mulheres – da educação básica ao mestrado. Dissertação de mestrado. Uninove. São Paulo, 2020.

FIGUEIRA, Kamila Thais da Silva. POLÍCIA FEMININA: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2017.

FIGUEIREDO, Angela. A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil. Soc. estado. vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2015.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor**: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Anablume, 2002.

FIGUEIREDO, Angela. Classe Média Negra: trajetórias e perfis. Salvador: EDUFBA. 2012.

FIGUEIREDO, Angela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. Cad. Pagu [online]. 2004, n.23, pp.199-228.

FRENCH, J. H. Repensando a Violência Policial no Brasil: Desmascarando o Segredo Público da Raça. TOMO. N. 31 JUL./DEZ. 2017.

FREYRE, G. 1933 *Casa grande e senzala*, Rio de Janeiro, Schmidt Editor.

GILL, Rosalind. Análise do Discurso. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. 7 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. (D. M. Leite, Trad.) São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES, Marta M. de A. A “Raça” da mulher negra na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. Monografia. Universidade Federal Fluminense, 2017.

GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et alii. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, ANPOCS, 1983. 303p. p.223-44. (Ciências Sociais Hoje, 2.)

GUIMARÃES, Antônio S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

HAMILTON, Charles V; KWANE, Ture. Black Power. Politics of Liberation in America. Nova York: Random House, 1967, p 2. apud ALMEIDA, Silvio L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj; Ucam, 2005 [1979].

HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 2009.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

Hall, S. (2007). Quem precisa de identidade? In T. T. Silva (Org.), Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais (7ª ed., pp.103-133). Petrópolis, RJ: Vozes

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Segurança Pública. jul/2012.

JACCOUD, L. (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

LAHIRE, B. Retratos sociológicos: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIMA JUNIOR, P.; MASSI, L. Retratos sociológicos: uma metodologia de investigação para a pesquisa em educação. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 21, n. 3, p. 559-574, 2015.

MATTOS, Márcio Júlio da Silva. Dissertação de mestrado: Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. 2012.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade étnica. *Cadernos PENESB, UFF, Niterói, Editora da UFF*, n. 5, p. 15-34, 2004

MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 2018.

NASCIMENTO, Aline Maia. A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de pm's negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal. Monografia em Sociologia, UnB, 2014.

NASCIMENTO, Aline Maia. Tem que ter raça: polícia militar como ascensão social negra. *REA, ABANNE*, 2015.

NOBRE, Carlos. O negro na Polícia Militar: Cor, crime e carreira no Rio de Janeiro. Editora Multifoco, 1ª edição, Rio de Janeiro, abril de 2010.

NOGUEIRA, O. Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOGUEIRA, O. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. *Cultura de polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ONU. Preventing and Countering Racial Profiling of People of African Descent Good Practices and Challenges. 2019.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Texto para discussão n°. 1033. Brasília, 2004.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contato racial. 2da. edição. SP: Companhia Editora Nacional, [1942] (1971).

PIRES, George Luiz. A cor da farda: as relações raciais na Polícia Militar de Sergipe. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

PMDF. Protocolo de Enfrentamento ao Racismo e Injúria Racial. PORTARIA PMDF No 972, DE 07 DE JULHO DE 2015.

PONCIONI, Paula. Identidade profissional policial. In: Crime Polícia e Justiça. Org: Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

_____ O modelo de policiamento comunitário nos Programas de Educação Policial: uma breve revisão da literatura especializada sobre o assunto. *Politeia*, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 127-140, 2016.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: *Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

RAMOS, Paulo César. “Contrariando a estatística” : a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil / Paulo César Ramos. -- São Carlos : UFSCar, 2015.

RAMALHO NETO, J. P. Farda e “cor”: um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 10, n. 45, p. 67-94, 2012.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. "Elemento suspeito". Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 8, novembro de 2004.

REIS, D. B. A marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relatos de policiais militares. *Caderno CRH*, Salvador, v. 10, n. 36, p. 181-196, 2002.

REIS, D. B. O racismo na determinação da suspeição policial: a construção social do suspeito. 2001. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RIBEIRO, Airton Edno. 2009. Dissertação de Mestrado: A Relação da Polícia Militar Paulista com a Comunidade Negra e o Respeito à Dignidade Humana: a Questão da Abordagem Policial. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade de São Carlos/UFScar.

ROSARIO, Denice S. S. Branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão: da prática da discriminação racial na atividade policial militar no estado da Bahia. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2017.

SAMPAIO, E. O . Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 4 , n. 6, p. 77-83, mar. 2003.

SANTANA, Ivo. Vidas de Entremeio: negros e ascensão social no serviço público – o caso de Salvador (BA) ILHA, v. 16, n. 2, p. 147-185, ago./dez. 2014

SANSONE, L. Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 512-532, 2002.

SENA, A. P. de. Trajetória de vida de policiais negras/os do DF: implicações de ser negra/o e “*estar policial*”. Monografia de graduação, UnB, 2017.

SENA, J. R. F de; GONÇALVES, A. G. B. Retratos sociológicos e perfis culturais-religiosos no Maracatu de Baque Solto de Pernambuco. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia . João Pessoa/PB, agosto de 2016.

SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública 2013 (ano base- 2012). 2014.

SENASP. Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. 2019.

SILVA, Gilvan Gomes. A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UnB, 2009.

SINHORETTO, J. et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). Segurança pública e direitos humanos: temas transversais. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. p. 121-158.

SINHORETTO, J., SILVESTRE, G., SCHLITTLER, M.C. “Desigualdade e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante”. Sumário Executivo, 2014.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**. Presença feminina na PM do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Andréa A. de. **Barreiras raciais e mobilidade ocupacional**: um estudo sobre a ascensão dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2011.

ANEXOS

Roteiro para Entrevistas Semiestruturadas Realizadas com Policiais Militares Negros do DF

1. Apresentação do entrevistado: Qual seu nome? Sua idade? Patente, anos de corporação. Colocar o que achar necessário para se apresentar.

2. Falar sobre a sua trajetória pessoal: Com que idade e por que entrou na polícia? Como foi a sua formação? De maneira sucinta, desde que se formou e foi progredindo na carreira, quais funções ocupou, em quais unidades atuou? Quais cursos possui? Qual sua atual hierarquia, função e local atual de trabalho? Quanto tempo está no seu atual lugar de trabalho?

3. Questão da Formação Policial e carreira: Como é formação do policial no seu Estado? Como se deu a sua formação? Qual sua opinião sobre a formação que a instituição oferece? Quais são os principais requisitos para um oficial ser promovido?

- Explorar qual cargo da PM é considerado como mais importante para o policiamento ostensivo.
- Diferenças hierárquicas;
- Qual o maior desafio no comando.

4. Definição do Policiamento Ostensivo: O que é Policiamento Ostensivo? Existe algum documento institucional que o ordena e conceitua? Qual é o objetivo do policiamento ostensivo? Existem vertentes dentro da polícia que pensam diferentes formas de como se deve fazer o policiamento? Quais são as modalidades de policiamento envolvidas na realização do policiamento ostensivo?

5. Planejamento do policiamento: Qual seu papel dentro do planejamento e execução do policiamento ostensivo? O que é levado em consideração para se planejar o policiamento? Quais procedimentos para planejamento? Existem interferências políticas nas decisões? Você acredita que esse modelo é efetivo?

6. Sobre as ocorrências atendidas, percepções sobre “crimes e criminosos”: Quais são as principais ocorrências atendidas pela polícia? Existem procedimentos que os policiais devem adotar para o atendimento das ocorrências?

7. A Metas de produtividade – existem? Como são medidas? É difícil atender às metas colocadas?

8. Fiscalização do trabalho policial: Como se supervisiona a atuação dos policiais que atuam nessas funções? Quais os mecanismos de controle interno da polícia?

9. Especificamente sobre a racialização, você enxerga que existe uma abordagem policial mais direcionada para os(as) negros(as) do que para os brancos(as) no dia-a-dia policial? Você pensa que existe uma racialização na instituição policial?
10. E em relação à própria instituição policial, você enxerga racismo dentro da própria polícia?
11. Apresentação dos dados sobre desigualdades raciais. Pedir para comentar os dados.

A depender da resposta acima, explorar:

1. Você tomou medidas e ações para inibir as práticas de racismo na polícia? Quais?
2. Como foi a experiência de falar sobre esse tipo temática na polícia?
3. Como essa temática foi recebida inicialmente no seu local de trabalho?